

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

LUAN BENEDITO OLIVEIRA DA SILVA

**PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO NA INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA:
ANÁLISE DA FORMAÇÃO DESENVOLVIDA PELO NÚCLEO UNITRABALHO,
NO PRONINC DE 2014 A 2017, SOB A ÓTICA DOS/AS EDUCADORES/AS**

CÁCERES-MT

2023

LUAN BENEDITO OLIVEIRA DA SILVA

**PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO NA INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA:
ANÁLISE DA FORMAÇÃO DESENVOLVIDA PELO NÚCLEO UNITRABALHO,
NO PRONINC DE 2014 A 2017, SOB A ÓTICA DOS/AS EDUCADORES/AS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart

CÁCERES-MT

2023

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

SILVA, Luan Benedito Oliveira da.

S586p Produção Social do Conhecimento na Incubação Solidária: Análise da Formação Desenvolvida pelo Núcleo Unitrabalho, no Proninc de 2014 a 2017, Sob a Ótica dos/as Educadores/as / Luan Benedito Oliveira da Silva – Cáceres, 2023.

109 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (não)

Trabalho de Conclusão de Curso

(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

Orientador: Laudemir Luiz Zart

1. Produção Social do Conhecimento. 2. Incubação Solidária. 3. Economia Solidária. 4. Educação Popular. I. Luan Benedito Oliveira da Silva. II. Produção Social do Conhecimento na Incubação Solidária: Análise da Formação Desenvolvida pelo Núcleo Unitrabalho, no Proninc de 2014 a 2017, Sob a Ótica dos/as Educadores/as: .

CDU 37

LUAN BENEDITO OLIVEIRA DA SILVA

**PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO NA INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA: ANÁLISE
DA FORMAÇÃO DESENVOLVIDA PELO NÚCLEO UNITRABALHO, NO PRONINC
DE 2014 A 2017, SOB A ÓTICA DOS/AS EDUCADORES/AS**

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Laudemir Luiz Zart
Orientador – PPGedu/UNEMAT

Dr.^a Cristiane Betanho
Membro Externo – Universidade Federal de Uberlândia/UFU

Dr.^a Lóriége Pessoa Bitencourt
Membro Interno – PPGedu/UNEMAT

Prof. Dr. Pedro Henrique Isaac Silva
Membro Externo – Instituto Federal de Brasília/IFB.

APROVADA EM: 31/08/2023.

Dedico esta dissertação à minha mãe Neuza Helena Oliveira da Silva e, ao meu pai Ailton José da Silva, dois trabalhadores, camponeses, que fizeram o possível e o impossível para que seus filhos pudessem estudar e sempre demonstraram que eu poderia ser mais, se valorizasse a educação.

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela graça recebida, pois sem ele nada disso seria possível. A amorosidade e paciência do meu orientador Laudemir Luiz Zart, que mesmo com todas as dificuldades que tive, com compreensão e gentileza sempre esteve ao meu lado me mostrando que seria possível, ajudando-me a enfrentar minhas limitações. Agradeço pelas orientações, pelos saberes partilhados e, por me mostrar que devemos valorizar o saber do outro e apreender com as experiências dos trabalhadores/as, possibilitando-me a produção social do conhecimento.

Aos professores e professoras do PPGEdU/UNEMAT, por serem facilitadores do processo de aprendizagem, pela dedicação em apontar caminhos a serem percorridos, na realização deste curso tão importante para minha formação.

À Banca — Professora Doutora Lóriége Pessoa Bitencourt, Professora Doutora Cristiane Betanho e Professor Doutor Pedro Henrique Isaac Silva — agradeço pelos saberes compartilhados e por todas as contribuições para o aprimoramento desta dissertação.

À minha parceira de mestrado Alessandra Ferreira Mota, por todo apoio e auxílio em todas as fases do curso e, por nunca soltar minha mão. E minha irmã de orientação Andreia Moreira por sempre estar ao meu lado me apoiando nessa caminhada que trilhamos juntos.

Aos educadores/as do Núcleo Unitrabalho, que me possibilitaram aprender com suas práticas e pelas suas ações enquanto atores de ressignificação e transformação da sociedade.

À minha companheira de vida e luta Viviane, que me dá forças diárias para me manter forte e fez dos meus sonhos, os nossos sonhos.

Ao meu filho Thauan, meu parceiro, que em gestos simples e espontâneos revela todos os dias a essência do amor.

À minha mãe Neuza Helena, por ser uma mulher forte, batalhadora, que sempre trabalhou, incansavelmente, para que eu pudesse estudar, demonstrando-me a importância da educação, mesmo que ela não tenha tido a mesma oportunidade, mostrando pelo seu fazer que podemos ser justos e solidários.

Ao meu pai Ailton José, camponês, que em suas práticas, no campo, evidencia-me a grandiosidade do seu saber e, em com sua luta forneceu suporte para realizar meus sonhos.

Afinal, que outra é a matéria do educador senão a palavra? Afinal, que outro é o desafio da educação popular senão o de reverter, no mistério do saber coletivo, o sentido da palavra e o seu poder? Deixemo-la ser aqui, portanto, o começo e o fim do pensar.

Carlos Rodrigues Brandão

RESUMO

O presente estudo é resultado da pesquisa realizada, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade do Estado de Mato (UNEMAT), Campus de Cáceres, na linha de pesquisa: Educação e Diversidade e teve como foco de investigação a formação em economia solidária desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho). Teve-se como objetivo geral compreender como o processo de formação em economia solidária aliada à metodologia de Incubação Solidária realizada pelo Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho), no Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Solidárias (PRONINC) influenciou na produção social do conhecimento na perspectiva dos educadores/as. Para atingir esse objetivo, propusemos uma análise reflexiva das atividades de formação realizadas pelo Núcleo Unitrabalho vinculadas ao PRONINC. Cabe destacar que investigamos o método de planejamento e organização da formação, bem como, entendemos a incubação solidária no processo de organização dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis e, com isso, compreendemos o processo de mobilização e organização. Por fim, realizamos uma análise da interação entre a produção do conhecimento científico e a práxis dos empreendimentos com vistas a Produção Social do Conhecimento, no ponto de vista dos educadores/as. Quanto à fundamentação teórica, essa foi embasada nos/as seguintes autores/as: Brandão (1986; 2008), Betanho (2008; 2012; 2017), Culti (2006), El Andaloussi (2004), Freire (1984), Gadotti (2009), Gaiger (2009), Lechat (2002), Mance (1999), Mészáros (2005), Marx (2004), Morin (1981), Sardá (2011), Sguarezi (2020), Tiriba (2019), Singer (2003) e Zart (2011; 2013; 2018; 2019; 2020). No tocante à metodologia, a abordagem encontra-se centrada, na pesquisa qualitativa, caracterizando-se, assim, como pesquisa-ação. Nesse sentido, utilizamos como instrumentos de investigação: observação participante, análise documental, revisão bibliográfica e questionário de caracterização. O estudo contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da pesquisa ora proposta, proporcionando um aprofundamento teórico-metodológico, em relação à produção social do conhecimento, o qual aconteceu durante as atividades formativas investigadas. Dessa forma, a pesquisa foi realizada com os/as educadores/as (professores/as, técnicos/as e bolsistas) do Núcleo Unitrabalho. Assim sendo, conseguimos compreender sob a ótica dos/as educadores/as que o processo de produção social do conhecimento, de acordo com a incubação solidária é construído, a partir de uma inter-relação dialógica em que se oportuniza a troca de saberes entre os atores sociais. Diante dessa significância, compreendemos que a produção social do conhecimento, na incubação solidária, almeja a horizontalidade e a participação de todos/as, visto que a produção do conhecimento é compreendida como um processo colaborativo e democrático em que todos os membros da comunidade, do grupo ou do empreendimento solidário tem a oportunidade de contribuir, compartilhar e influenciar acerca do conhecimento produzido. Por fim, concluímos que essa interação permitiu que os/as educadores/as experienciassem um contexto diferente, quanto à aprendizagem dos saberes, evidenciando-nos que, a partir do processo de incubação solidária é possível transformar a sociedade, alicerçados na superação da sociedade capitalista (competitiva e excludente) em que vivemos.

Palavras-Chave: Produção Social do Conhecimento. Incubação Solidária. Economia Solidária. Educação Popular.

ABSTRACT

This study is the result of research carried out in the Postgraduate Program in Education (PPGEdu), at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), Campus of Cáceres, in the line of research: Education and Diversity, and focused on training in solidarity economy developed by the Nucleus of Studies and Praxiologies of the University and the World of Work (Unitrabalho Nucleus). The general objective was to understand how the process of training in solidarity economy allied to the methodology of Solidarity Incubation carried out by the Nucleus of Studies and Praxiologies of the University and the World of Work (Unitrabalho Nucleus), in the National Program of Solidarity Cooperative Incubators (PRONINC) influenced the social production of knowledge from the perspective of the educators. In order to achieve this goal, we proposed a reflective analysis of the training activities carried out by the Unitrabalho Center linked to PRONINC. It is worth noting that we investigated the method of planning and organizing the training, as well as understanding solidarity incubation in the process of organizing sustainable economic enterprises, and thereby understanding the process of mobilization and organization. Finally, we analyzed the interaction between the production of scientific knowledge and the praxis of the enterprises with a view to the Social Production of Knowledge, from the point of view of the educators. The theoretical foundation was based on the following authors: Brandão (1986; 2008), Betanho (2008; 2012; 2017), Culti (2006), El Andaloussi (2004), Freire (1984), Gadotti (2009), Gaiger (2009), Lechat (2002), Mance (1999), Mészáros (2005), Marx (2004), Morin (1981), Sardá (2011), Sguarezi (2020), Tiriba (2019), Singer (2003) and Zart (2011; 2013; 2018; 2019; 2020). As far as methodology is concerned, the approach is centered on qualitative research and is therefore characterized as action research. We used the following research tools: participant observation, documentary analysis, a literature review and a characterization questionnaire. The study made a significant contribution to the development of the research proposed here, providing a theoretical-methodological insight into the social production of knowledge, which took place during the training activities investigated. The research was carried out with educators (teachers, technicians and scholarship holders) from the Unitrabalho Center. We were therefore able to understand from the educators' point of view that the process of social production of knowledge, according to solidarity incubation, is built on a dialogical interrelationship in which the exchange of knowledge between social actors is made possible. Given this significance, we understand that the social production of knowledge in solidarity incubation aims for horizontality and the participation of everyone, since the production of knowledge is understood as a collaborative and democratic process in which all members of the community, group or solidarity enterprise have the opportunity to contribute, share and influence the knowledge produced. Finally, we concluded that this interaction allowed the educators to experience a different context in terms of learning knowledge, showing us that, through the process of solidarity incubation, it is possible to transform society, based on overcoming the capitalist (competitive and exclusionary) society in which we live

Keywords: Social Production of Knowledge. Solidarity Incubation. Solidarity economy. Popular Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reys Maldonado

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

Núcleo Unitrabalho – Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho

INCUBAR – Projeto de extensão: Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana

MT – Mato Grosso

FEISOL – Feira de Economia Solidária e Agroecologia

COOPERSSOL – Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável

GFORDOC – Grupos de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Docência

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

SEAF – Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários

FAPEMAT- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

SECITEC – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SNJ – Secretaria Especial da Juventude

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social

MNMMR – Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de rua

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

GEPRER – Grupo de Estudos para Educação das Relações Étnicas Raciais

FASE – Fundação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FOCAES – Fórum Cacerense de Economia Solidária

UJS – União da Juventude Socialista

RECID – Rede de Educação Cidadã

CDHMD – Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biénnés

ARPA – Associação Regional de Produção Agroecológica

ACTA – Associação Centro de Tecnologia Alternativa

ARPEP – Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal

ACOOOPERFRON - Associação de Cooperação da Agricultura Familiar Camponesa

IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

MTE – Ministério do Trabalho e Previdência Social

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FBB – Fundação Banco do Brasil

COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

COPPE/UFRJ – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas para a promoção da Igualdade Racial

SEAP – Secretaria Especial da Agricultura e Pesca

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MTur – Ministério do Turismo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PHS – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

MCidades – Ministério das Cidades

MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

SESU – Secretaria de Educação Superior

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

MEC – Ministério da Educação

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

CERTIFIC – Programa de Certificação de Saberes Profissionais

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MinC – Ministério da Cultura

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

BSCs – Bases de Serviços Técnicos de Comercialização

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CIISC- Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis

SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SAIP – Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

MS – Ministério da Saúde

CAPS – Centros de Atenção Psicossocial

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho

FNT – Fórum Nacional do Trabalho

SPPE – Secretaria de Políticas Públicas e Emprego

PROESQS – Projetos Especiais de Qualificação

SRTES – Núcleos e Seções de Economia Solidária das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

RECM – Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

PRONACOOP – Programa Nacional de Fomento as Cooperativas de Trabalho

FRS – Fundos Rotativos Solidários

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

SNCJS – Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário

PNQ – Plano Nacional de Qualificação

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

GT – Grupo Temático

IADH – Assessoria para o Desenvolvimento Humano

Soltec/UFRJ – Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ)

NIDES/UFRJ – Programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tempo de existência das incubadoras	58
Tabela 2 - Distribuição espacial das incubadoras e empreendimentos incubados	58
Tabela 3 - Números de Incubadoras por região.....	60
Tabela 4 - Relação custo-benefício edital 89/2013 do PRONINC.....	61
Tabela 5 - Atividades com maior peso no processo de incubação	62
Tabela 6 - Outras atividades realizadas pelas incubadoras.....	63
Tabela 7 - Empreendimentos por segmento	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produções científicas encontradas, a partir do descritor Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários	29
Quadro 2 - Ações e Políticas desenvolvidas pela SENAES	48
Quadro 3 - Concertações Institucionais da SENAES	50
Quadro 4 - Áreas temáticas de organização do Núcleo Unitrabalho.....	68
Quadro 5 - Instituições de Ensino Superior e Escolas de Ensino Fundamental e Médio que foram parceiras, no desenvolvimento do Projeto INCUBAR.....	71
Quadro 6 - Entidades, movimentos sociais, grupos sociais e organizações parceiras do projeto INCUBAR	72
Quadro 7 - Produção e Socialização dos Conhecimentos	77
Quadro 8 - Produções acadêmicas realizadas no projeto INCUBAR	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 APROXIMAÇÕES COM A PROBLEMÁTICA: CONTEXTUALIZANDO A JUSTIFICATIVA	23
1.2 CONTEXTUALIZAÇÕES CIENTÍFICAS: APROXIMAÇÕES, A PARTIR DO BALANÇO DE PRODUÇÃO	25
1.3 ATORES/AS DA PESQUISA: OS/AS EDUCADORES/AS DO NÚCLEO UNITRABALHO	33
1.4 PESQUISA-AÇÃO: A EPISTEMOLOGIA DA (I)NEUTRALIDADE.....	33
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE HISTÓRICO E PANORAMA NO BRASIL	39
2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: SEU INÍCIO	39
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITO DE SUPERAÇÃO	42
2.3 PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	47
3 PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES E OS PROJETOS VINCULADOS AO NÚCLEO UNITRABALHO	55
3.1 PRONINC: ANÁLISE DO PROGRAMA	55
3.2 NÚCLEO UNITRABALHO: UM ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO.....	65
3.3 PROJETO INCUBAR: REFLEXÕES SOBRE AÇÕES DIALÓGICAS	69
4 PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO NA INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA: CONCEITOS DE TRANSFORMAÇÃO	82
4.1 PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO: A INTERAÇÃO DE SABERES	82
4.2 INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA: UMA METODOLOGIA DE COMPREENSÃO.....	90
6 (IN)CONCLUSÕES	95
REFERÊNCIAS	101

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em economia solidária e educação popular estamos diante de dois temas complexos, por isso, é importante compreender que para pô-los em prática é necessário estar disposto a: respeitar o meio ambiente e reconhecer as culturas. Além disso, é imprescindível estar atento à emancipação das pessoas, consumir de forma solidária, cooperar, buscar a sustentabilidade e sem dúvida, um mundo mais solidário e justo para que todos/as vivam de forma harmoniosa.

Nesse contexto, a incubação solidária, enquanto metodologia de formação vem como uma possibilidade de dialogicidade entre conhecimento científico, saberes populares e práticas sociais, criando dessa forma, mecanismos para a constituição de uma produção social do conhecimento, a partir da mobilização, da organização das pessoas e da reflexão de suas práticas. Assim sendo, é possível evidenciar que a incubação solidária possibilite uma inter-relação entre educadores/as, sujeitos/as e grupos sociais, visando a produção social do conhecimento e, conseqüentemente, possibilite uma mudança de pensamento.

A incubação solidária, [...] é a organização epistemológica e societal de reflexões e de ações que tendem a pensar as estruturas, as relações e as práticas sociais numa perspectiva dialética e dialógica para apreender as contradições sociais e os processos de dominação-emancipação de superação e de construção social de realidades que possibilitam as vivências coletivas da cultura da solidariedade (ZART, 2020, p. 200).

Nesse processo, a finalidade não é somente despejar/depositar, no outro ou no grupo, em que se trabalha, aquilo que é do controle do/a educador/a, muito menos permitir que as pessoas sejam apequenadas ao universo da sapiência de que já estão apropriadas, sem colaborar para que acrescentem novos conhecimentos. Desse modo, o processo educativo é compreendido como uma construção que acontece no dia a dia, numa relação dialógica de interação entre “conhecimentos teóricos e práticos, com os erros e acertos, avanços e recuos, próprios do processo interativo” (CULTI, 2006, p. 61).

Nessa acepção, Zart (2012), sustentado na concepção de Berger e Lukmann (2009), apresenta reflexões importantes ao afirmar que o conhecimento ocorre, a partir da construção social da realidade. Essa acontece doravante às possibilidades de interações dialógicas e reflexivas de sujeitos/as sociais díspares ou não, que carregam consigo um conhecimento advindo de suas experiências, de seus estudos e de suas vidas. Proporcionando a interação de diferentes sujeitos sociais, que em suas relações dialéticas e dialógicas, desenvolvem práticas

sociais, as quais terão como resultado o que compreendemos por produção social do conhecimento.

[...] o conceito de produção social do conhecimento, como a ciência que correlaciona os conhecimentos científicos e os saberes das vivências práticas dos grupos sociais populares. As aprendizagens que decorrem do encontro-desencontro de percepções e concepções, na incubação solidária, via a problematização e reconstrução de saberes, constituem visões de mundo em movimentos cognitivos e políticos para a adequação de conhecimentos, saberes e práticas para o desenvolvimento de organizações sociais solidárias (ZART, 2020, p. 200-201).

A pesquisa ora apresentada explica e compreende, a partir do objetivo geral, como o processo de formação em economia solidária aliada a metodologia de Incubação Solidária realizada pelo Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho), no Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) influenciou na produção social do conhecimento na visão dos educadores/as.

Intentando atingir esse objetivo, propusemos os seguintes objetivos específicos: realizar uma análise reflexiva das atividades de formação desenvolvidas pelo Núcleo Unitrabalho vinculadas ao PRONINC; entender o método de planejamento e organização da formação, bem como, explicar a incubação solidária, no processo de organização dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis; compreender o processo de mobilização e organização; por fim, analisar a interação entre a produção do conhecimento científico e a práxis dos empreendimentos com vistas a Produção Social do Conhecimento, na visão dos/as educadores/as.

Cabe salientar que no tocante à definição de educadores/as, nesta dissertação, abarcamos todas as pessoas que participaram do projeto INCUBAR, bem como ministrante das ações formativas/educativas (cursos e oficinas), todos/as professores/as, bolsistas técnicos/as, graduando/as e voluntários/as.

Nesse processo, após a aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso - CEP/UNEMAT e, do parecer, de que não havia restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa, com base na Resolução n.º 466/2012 e a Norma Operacional n.º 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde pudemos realizar a aproximação necessária com os atores de nossa pesquisa.

O caminho metodológico percorrido para a efetivação desta pesquisa foi respaldado no referencial teórico da pesquisa-ação, tendo como abordagem a inserção no meio e a implicação dos atores na execução da pesquisa. Desse modo, foi proporcionado o suporte essencial para realizar a interpretação e suas inter-relações sociais, tanto na visão dos/as colaboradores/as do

Núcleo Unitrabalho, quanto das pessoas, grupos, associações e cooperativas, que receberam formações pautadas na economia solidária.

Convém ressaltar que, esta pesquisa, ampara-se no referencial teórico epistemológico da pesquisa-ação de El Andaloussi (2004), no intuito de proporcionar uma abordagem teórica que possibilitasse a análise das ações desenvolvidas pelo Núcleo Unitrabalho, por meio de seus colaboradores/as (professores/as, técnicos/as e bolsistas), pessoas, grupos, associações e cooperativas. Ressaltamos que foi realizada uma observação participante com os sujeitos pesquisados, a fim de compreender o que essas ações geraram para essas pessoas e para o meio em que vivem.

Compreendemos a importância da interação com os atores da pesquisa, uma vez que haja uma interação com meio social pré-estabelecido, remetendo-nos a compreensão de que é fundamental considerá-la como um todo e não disjunta das partes. Nesse contexto, Gil (1991) afirma que a pesquisa-ação é caracterizada por se efetivar, considerando a interação dialógica entre pesquisador/a e pesquisados/as.

É importante salientar que, apropriamo-nos dos recursos metodológicos (métodos e técnicas) necessários para acompanhar, registrar e analisar o desenvolvimento das atividades, com a finalidade de coletar os dados, sistematizar e interpretar, no intuito de entender os acontecimentos e as ligações dos atores no interior das relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Nesse sentido, realizamos esta pesquisa ligada a práxis, baseada no desenvolvimento da prática social, inter-relacionando o contexto da teoria social às atividades desenvolvidas, na comunidade pelo Núcleo Unitrabalho, no projeto INCUBAR, entre os anos de 2014 a 2017. Alicerçamo-nos em tais concepções para promover o desenvolvimento do conhecimento científico, nas relações estabelecidas no contexto ligado aos movimentos sociais, aos grupos de trabalhos formais e informais, considerando as decisões formadas no trabalho coletivo associado, com o intento de contribuir com as transformações sociais, buscando a participação dos atores na produção de conhecimento e na reflexão sobre sua realidade.

Assim sendo, compreendemos que a Economia Solidária é uma economia singular e é realizada, a partir da solidariedade. Segundo Zart (2013) torna-se transformadora, quando ela determina condições materiais e espirituais satisfatórias para as pessoas viverem bem, sem estar amarrado de forma subserviente a ninguém, ou seja, são autoras do seu destino, do seu fazer, das opções e das decisões que tomam.

De acordo com o Atlas da Economia Solidária, no Brasil, a Economia Solidária é assimilada ao “conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo,

poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores/as, sob a forma coletiva e autogestionária” (BRASIL, 2006, p. 11-12).

Por conseguinte, edificar práticas sociais que deem valor e engrandecem os trabalhadores/as significa construir possibilidades de organização da sociedade, como uma maneira de adversar o sistema capitalista, de tal maneira que possa acabar com esse processo alienador e supressivo. Para tal, é necessária uma participação efetiva da sociedade e com a organização dos/as sujeitos/as via movimentos sociais populares, a exemplo da economia solidária, a qual procura constituir uma sociedade mais humana, justa e igualitária, de acordo com os princípios da cooperação, da sustentabilidade, do trabalho coletivo e associado, de perspectiva autogestionária e emancipatória, de modo a contrapor a hegemonia capitalista na luta pelo bem viver.

Podemos dizer que a socioeconomia solidária é simples. Ela recupera o sentimento de pertencimento das pessoas a uma comunidade, a um grupo social, a uma organização social que se constitui para assegurar a sua existência, ou a reprodução social da vida. A única coisa que necessitamos fazer para a socioeconomia solidária dar certo é mudarmos a nossa forma de pensar. É a mudança da ideologia da competição para a cooperação, da concorrência para a solidariedade. Isto implica também mudanças culturais, da forma como nos comportamos em sociedade. Mas a economia solidária é possível, e melhor, ela está acontecendo (ZART, 2011, p. 09).

É possível considerar que, por meio de diversas iniciativas econômicas populares possuímos mecanismos capazes de transformar as relações humanas, fortalecer os vínculos, valorizar a cultura, os saberes, proporcionando assim, uma realidade diferenciada em que os/as trabalhadores/as se reconheçam como sujeitos/as sociais de direitos.

Compreendemos que essa mudança deva acontecer e, para isso, é necessário buscarmos a realização de três fatores importantes: mobilização, formação e organização. A partir disso, chegamos a metodologia de incubação solidária, na qual perpetramos a igualdade para todos/as, sujeitos/as sociais, sejam eles da academia (professores/as, técnicos/as, bolsistas), ou camponeses/as, catadores/as, mulheres, como corrobora Vailant e Costa (2016), ao afirmar que a incubação solidária é concebida pelo “igualar” de todas as pessoas.

O que seria este igualar: é um processo de desconstrução do mito de que o conhecimento está presente apenas no coletivo acadêmico, há sempre a possibilidade do povo dos assentamentos e dos bairros esperarem que os “iluminados” da universidade tragam as soluções. Assim, eles e elas permanecem na condição confortável de os homens e as mulheres serem iluminados. Neste contexto, temos que desconstruir, primeiro no coletivo da incubadora a mesma ideia ainda presente na maioria das formações e mesmo nas relações de pesquisa e extensão (VAILANT; COSTA, 2016, p. 07).

Por isso, ao realizar a formação os/as educadores/as formam e desconstróem-se em um processo de (re)construção, baseada no respeito aos saberes de todas as pessoas, bem como

compreendem que a metodologia de Incubação Solidária só é possível caso tenha como base a Educação Popular e, assimilam que a mesma acontece em uma práxis educativa coletiva de troca e desconstrução constante. Assim sendo, esta metodologia só é possível se for construída, coletivamente, e termos como base os seguintes pressupostos:

1. Somos todos/as trabalhadores/as, portanto somos da mesma classe social.
2. Somos todos/as sujeitos do processo de aprendizagem, mesmo que com papéis diferentes no processo.
3. Estamos, todos/as, buscando construir uma outra economia e, portanto, somos anticapitalistas.
4. O processo será conduzido pelas práxis da teoria e prática juntas, em cada ação e em cada processo de educação e produção (VAILANT; COSTA, 2016, p.07).

Nessa acepção, a educação popular é proposta como uma educação transformadora, mediadora de aprendizagem do/a sujeito/a para o autorreconhecimento de estar inserido/a, no mundo; com ênfase no contexto da educação formal e informal, propondo uma ligação entre o/a sujeito/a que deve ser o protagonista de sua história e o contexto ligado ao desenvolvimento territorial, considerando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

A educação popular, ao contrário da educação bancária (Freire, 1975), tem como um de seus objetivos questionar a atual lógica excludente do mercado e, como consequência, criar alternativas para ela. Nesse sentido, vinculado a essas e outras perguntas, estaria também à descoberta, por meio de um processo de ação-reflexão-ação, do que é o mercado global e que, mesmo que o mercado de intercâmbio seja hegemônico em nossa sociedade, existem outros mercados que se caracterizam por diferentes relações econômicas: relações de cooperação, de reciprocidade [...] (TIRIBA, 2007, p. 90-91).

Concomitante a isso, a incubação solidária, como epistemologia e metodologia de educação popular cria situações para que toda a população se conscientize e desperte para a importância da organização da classe trabalhadora e, assim, promover formas diferenciadas de auto-organização do trabalho; o que significa desconstruir a hegemonia estabelecida pelo capitalismo. Desse modo, a educação popular gera a mediação conscientizadora para a compreensão da estrutura social permitindo que os trabalhadores desenvolvam a construção de um pensamento social crítico, acerca da realidade em que vivem e possam propor mudanças, na sociedade mexendo nas estruturas sociais, de modo a transformá-la.

Na complexidade social da educação popular e da incubação solidária o processo de construção da realidade social é de interação dialógica dos sujeitos sociais. Na dialogicidade os sujeitos se encontram, afirmam-negam visões de mundo e práticas sociais para a geração de novas perspectivas e metodologias de convivências, de mobilização, de aprendizagem, de organização socioeconômica, cultural, política e educacional (ZART, 2020, p. 210).

Os contextos socioeconômicos e educacionais de mobilização, de formação e de organização vêm ao encontro das nossas inquietações em analisar e expor as ações desempenhadas pelo Núcleo Unitrabalho.

Partimos do pressuposto de que o conhecimento construído, nesta pesquisa, abarcará o fortalecimento dos/as trabalhadores/as que fizeram parte das ações de incubação solidária, além de instigar outras práticas nesse sentido. O desafio político e epistemológico é que se possa resgatar e problematizar com as pessoas, o sentido de lutar por um ideal significativo. Conforme afirma Tiriba (2006, p. 80): “[...] de os trabalhadores resgatarem o sentido do trabalho, recuperar a energia que o capital lhes sugou, direcionando-a no sentido de uma organização da produção inspirada na hegemonia do trabalho sobre o capital”.

Defronte aos desafios contemporâneos, reflexiona-se como imediato e prioritário expandir cada vez mais a consciência e formação sobre a atuação estratégica que a economia solidária por meio da educação popular pode influenciar, dentro de um novo modelo de sociedade. Ao estabelecer o vínculo de cooperação solidária articula-se outras iniciativas que poderão gerar um novo modelo social, positivo, agregador, que está na base da Economia Solidária. Nesse sentido, Zart (2019) evidencia sobre o processo de desconstrução dessa ideologia, em foco, a capitalista, afirmando que:

Foi uma caminhada que demonstra as dificuldades culturais, econômicas e políticas que configuram a existência dos trabalhadores e das trabalhadoras nos espaços de trabalho e vida. A ideologia dominante se infiltra e penetra nas mentes e nas atitudes das pessoas em todos os lugares, em todas as relações. Desconstruir é uma caminhada corajosa e exigente, conflituosa, dialógica e construtora de novas perspectivas (ZART, 2019, p. 168).

Quando abordamos o novo modelo de sociedade, estamos diante de um modelo excludente e, também, explorador. Marx (2004) comenta sobre a maneira como os/as trabalhadores/as são tratados no modelo capitalista.

[...] o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza ele produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria, tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2004, p. 59).

O autor argumenta que, sob o capitalismo, os trabalhadores estão alienados pelo seu trabalho, dos produtos que criam e uns aos outros. Tornam-se meros instrumentos na produção de mercadorias, e a exploração capitalista nega a oportunidade de desenvolver e expressar suas capacidades humanas essenciais.

Dessa maneira, superar essa relação de exploração entre trabalhador/a e trabalho é um dos objetivos que a Economia Solidária traz em pauta, provocando-nos a colocá-la em prática.

Nessa perspectiva, a realização efetiva, só seria possível em uma sociedade, na qual a propriedade dos meios de produção fosse coletiva, e as relações de produção seriam baseadas na cooperação, na solidariedade e na igualdade. Assim sendo, os indivíduos/as teriam a liberdade de escolher e se envolver em atividades que correspondessem às suas habilidades e interesses, e o trabalho tornar-se-ia uma expressão livre e criativa do ser humano.

Sob o mesmo ponto de vista, Marx (2004) reforça a ideia de que a realização está diretamente relacionada à transformação das condições sociais e econômicas, as quais permitem a liberdade plena e o desenvolvimento integral dos indivíduos, possibilitando-lhes viver uma vida autêntica e satisfatória.

1.1 Aproximações com a problemática de pesquisa: contextualizando a justificativa

Cabe como ponto de partida, já de início ressaltar o primeiro motivo que consideramos essencial para justificar a pesquisa é o fato de ser filho de camponeses. Tendo seu pai nascido e criado em São Pedro de Joselândia – município de Barão de Melgaço, em nosso saudoso Pantanal mato-grossense. Referimo-nos ao termo “saudoso”, pois em conversa sobre sua infância, ele demonstrou fortes sentimentos de saudade do Pantanal de anos atrás; daquele Pantanal que não era tomado pela pecuária extensiva, em que a pesca era para subsistência e não predatória, a qual vem causando a redução das reservas pesqueiras; comentou ainda que o lugar era cheio de vida, de fauna, de flora e era lembrado somente por sua beleza e não por suas queimadas e desmatamentos. Do Pantanal que não tinha garimpo e que a maior riqueza era a felicidade de sua gente. À mãe, uma camponesa, guerreira, exemplo de amor e luta, nascida e criada, na antiga comunidade Araxicum, no município de Poconé, também, no Pantanal mato-grossense.

Não nos resta dúvida de que estejam se perguntando: “mas o que isso tem a ver com a pesquisa em questão? Qual a aproximação que esses fatos podem ter com a produção social do conhecimento e com a incubação solidária?”

Sendo filho de camponeses pudemos acompanhar de perto a realidade dos/as trabalhadores/as do campo que sofrem em busca de uma produção sustentável, pois em sua grande maioria tem seus sítios e chácaras, cercados por grandes fazendas do agronegócio, que degradam o meio ambiente com a utilização massiva de agrotóxicos. Além disso, causam a contaminação do solo reduzindo a produção de nutrientes e podem atingir aquíferos e

contaminar a água, o que prejudica a possibilidade de obter um produto agroecológico. Não bastasse tal situação, ainda, sofriam quando se tratava da comercialização da produção, às vezes, por falta de mercado e de organização, mostrando que esse processo é árduo, quando não existe uma ação conjunta.

É possível, hoje, fazer uma reflexão acerca do trabalho realizado pelos pais e pela vizinhança, em que havia a realização de um processo de produção social do conhecimento, a partir, da concepção de uma educação popular, que acontecia no cotidiano das pessoas, através das trocas de saberes coletivos.

Nesse sentido, Brandão (1986) evidencia que as formas – imersas ou não em outras práticas sociais –, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes eram transferidos entre grupos ou pessoas, ou seja, a troca de saberes entre as pessoas que pode ser considerada como uma forma de educação popular. O autor também menciona que existem formas livres, familiares, vicinais, comunitárias de trocas de conhecimentos imersas em outras práticas sociais, que são “artifícios múltiplos de educação do povo”.

Por muito tempo não se enxergava que essas trocas em grande parte advinda das experiências dos camponeses/as era uma força que possuíam e que, a partir dessas foi possível transformar a maneira de vê-los e entendê-los.

E, também, não se via nenhuma possibilidade de solução possível para esses problemas, somente conseguimos visualizar possibilidades ao compreender o significado que as práticas da economia solidária têm nas lutas pela valorização dos/as trabalhadores/as do campo, do trabalho, da produção sustentável, da comercialização solidária e justa, da cooperação, entre outros. Dessa maneira, há uma necessidade de ressignificação de valores, a fim de uma valorização dos saberes e práticas dos/as camponeses/as, os quais estão subalternizados/as forçadamente pelos princípios devastadores da sociedade capitalista em que se vive.

Convém mencionar que após o ingresso na graduação, enquanto acadêmico do curso de Licenciatura Plena em Matemática da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Campus de Cáceres, tivemos a oportunidade através do convite de um de seus coordenadores de conhecer o Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho). Desde então, foram mais de seis anos, inicialmente, como voluntário e, posteriormente, como bolsista e estagiário, em diversos projetos de pesquisa e extensão, desenvolvendo formação em economia solidária, tendo como metodologia a incubação solidária com grupos de camponeses/as, mulheres, jovens, catadores/as e trabalhadores/as em geral; dentre esses o projeto de extensão: Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana (INCUBAR).

No Núcleo Unitrabalho tivemos a oportunidade de desempenhar atividades voltadas à Economia Solidária, Educação Popular, Trabalho Associado, Cooperativismo Solidário, Educação do Campo, Consumo Solidário, Cooperação, Comércio Justo, Comercialização Solidária, Produção Social do Conhecimento e Desenvolvimento Sustentável, entre outros, que antes eram desconhecidas. Durante as reuniões e cursos de formação, constatamos que os problemas enfrentados pelos pais eram os mesmos que os grupos de camponeses/as que trabalhamos nos evidenciaram. Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos no Núcleo Unitrabalho visam a valorização dos/as trabalhadores/as, o trabalho coletivo, a autogestão e a luta por uma sociedade solidária, dessemelhante da sociedade capitalista da qual fizemos parte.

Nessas atividades, buscando o fortalecimento, a organização e a constituição de grupos de trabalho associado, associações e cooperativas, dispendo da cooperação e da solidariedade numa perspectiva emancipatória, visando que essa proposição viabilizasse mecanismos para a criação de mercados para a comercialização. Além disso, resultasse em uma luta pela valorização das pessoas em busca do bem viver, visto que, ao ponderarmos a conjuntura da sociedade atual e ao observarmos o contexto histórico do nosso país, somos capazes de constatar que a classe trabalhadora ao longo dos anos foi marcada pelas contradições sociais, reputada tão somente como uma classe de serventes, configurando-se como mão de obra barata a serviço de uma minoria que preza pelo acúmulo do capital acima de tudo e todos/as.

Dessa maneira, enquanto parte do Núcleo Unitrabalho desenvolvemos junto aos camponeses/as diversas estratégias para que esses mercados fossem constituídos e atingidos. Tendo como exemplo disso, a Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL) que desde o fim de 2014, acontece no pátio da UNEMAT e a Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável (COOPERSSOL), bem como outras ações em busca de uma sociedade mais solidária. Dessa forma, nessas atividades, o trabalho dos/as educadores/as do Núcleo Unitrabalho era moldado pela metodologia de incubação solidária, com vistas a produção social do conhecimento, a partir de práticas coletivas de interação e de trocas de saberes.

1.2 Contextualizações científicas: aproximações, a partir do balanço de produção

Nesta subseção, daremos destaque ao balanço de produção, realizado no primeiro semestre do curso de Mestrado em Educação, da UNEMAT, na disciplina de Atividades Integradas de Pesquisa.

Nessa disciplina, fomos incumbidos a fazer um levantamento das produções científicas já existentes, em relação à temática da pesquisa que propomos desenvolver, uma vez que isso

nos predisporia conhecer as produções acadêmicas já desenvolvidas sobre o assunto. A construção do balanço de produção propiciou uma aprendizagem significativa, uma vez que nos oportunizou a conhecer outros/as pesquisadores/as e universidades que também fazem pesquisas focados na mesma temática desta dissertação.

Embora se tenha encontrado estudos semelhantes acerca da temática em questão, frisamos que, ainda, é pouco discutida no país e que é necessário abrir novos horizontes para que discussões importantes como esta, possam acontecer em mais espaços.

Apresentaremos, nesta subseção, os resultados de um balanço de produção científica publicado nos anais do Seminário de Educação (Semiedu) 2021 – por Silva e Zart (2021), que é uma das primeiras etapas de aproximação do/a pesquisador/a com seu objeto de estudo, o qual resulta de um levantamento bibliográfico acerca de trabalhos (teses e dissertações) realizadas sobre o tema que objetivamos pesquisar. Dessa maneira, podemos ter uma compreensão mais significativa sobre o tema em estudo.

Embasado em Ferreira (2002) compreendemos que o balanço de produção é muito importante, pois permite analisar pesquisas já realizadas sobre o tema em estudo, possibilitando-nos a ter novas ideias, pontos de vistas e perspectivas de um mesmo objetivo e de como analisá-los, por um caminho que ainda não foi utilizado ou com metodologias diferentes; oportunizando conclusões e in(conclusões) dessemelhantes ou não. Além disso, permitindo que possamos verificar até mesmo um possível ineditismo de nossa proposta de pesquisa. Portanto, a compreensão de pesquisas anteriores é indispensável para delinear os caminhos científicos que nos permitam encontrar novos dados relacionados ao objeto de pesquisa.

Em nosso balanço de produção, procuramos encontrar pesquisas relacionadas com a temática: Produção Social do Conhecimento na Incubação Solidária. A escolha dessa temática é justificada pelo fato deste mestrando, ter sido voluntário, bolsista e estagiário do Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho), que está vinculado a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Jane Vanini em Cáceres – Mato Grosso, por um período superior a seis anos. Ressaltamos que até hoje faz parte da equipe do Núcleo Unitrabalho.

É importante mencionar que no Núcleo Unitrabalho desempenhamos atividades voltadas à Economia Solidária, Educação Popular, Trabalho Associado, Cooperativismo Solidário, Educação do Campo, Consumo Solidário, Cooperação, Agroecologia, Comércio Justo, Comercialização Solidária, Produção Social do Conhecimento e Desenvolvimento

Sustentável, entre outros, as quais são desenvolvidas dentro da metodologia de Incubação Solidária.

Ao começar uma pesquisa, em seu balanço de produção é importante pesquisar trabalhos de cunho científico, com a temática similar, já produzidos por outros/as autores/pesquisadores(as), que estejam relacionados ao objeto de pesquisa que propusemos investigar. Sendo essa dinâmica imprescindível para traçar os roteiros assertivos a serem percorridos, a fim de, obtermos respostas para as questões que nos inquietam.

Nessa acepção, Milhomem, Gentil e Ayres (2010) evidenciam que o balanço de produção é parte completa da revisão bibliográfica e, portanto, é um dos primeiros processos de uma pesquisa, com isso é fundamental que tenhamos um cuidado especial com relação as bases de dados nas quais realizaremos as consultas, uma vez que nem todas as informações disponibilizadas na rede são confiáveis, bem como ter uma boa delimitação do tema de pesquisa.

Conseqüentemente, realizamos esta procura, no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), levando em consideração que esta é uma plataforma do Governo Federal, que nos oportuniza o acesso a inúmeras pesquisas científicas de diversas universidades.

Ainda em conformidade com os autores anteriormente citados, um dos pontos mais relevantes do balanço de produção é a definição dos descritores/palavras-chave, pois essa escolha vem de encontro ao resultado dos trabalhos que mais se assemelham com a pesquisa em questão.

Em vista disso, antes de fazer a seleção de nossos descritores, realizamos várias reflexões acerca do nosso problema de pesquisa, com o intuito de realizar uma pesquisa que pretendesse compreender A Produção Social do Conhecimento, na metodologia de Incubação Solidária. Para isso, selecionamos, inicialmente, dois descritores principais: “Produção Social do Conhecimento” e “Incubação Solidária”. Vale ressaltar que utilizamos aspas ao pesquisar os descritores, pois pretendíamos que a busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES encontrasse os conceitos selecionados de forma composta e não separadamente o que poderia ampliar o número de trabalhos encontrados, porém, sem o foco pretendido.

Assim, iniciamos realizando a busca pelo descritor “Produção Social do Conhecimento” e, a partir dele foram encontrados 95 resultados, dentre eles: 93 dissertações e 2 teses; por entendermos que seria uma quantidade razoável para realizar uma análise, decidimos não fazer nenhum tipo de refinamento disponível (Tipo, Ano, Autor, Orientador, Banca, Grande Área do Conhecimento, Área de Avaliação, Área de Concentração, Nome do Programa, Instituição,

Biblioteca). Dessa forma, fizemos a procura dos trabalhos em questão e, a partir da aproximação realizamos a leitura dos títulos e resumos.

Nesse sentido, encontramos apenas um trabalho que se aproximava com a nossa proposta de pesquisa que foi a tese de doutorado do professor Laudemir Luiz Zart, intitulada: *Produção Social do Conhecimento na Experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo*, publicada em 01 de agosto de 2012, no programa de Doutorado em Política Científica e Tecnológica, na Universidade Estadual de Campinas, Campinas biblioteca depositária: biblioteca central. Assim sendo, realizamos uma leitura reflexiva desse estudo e podemos afirmar que esse trabalho nos auxiliou de maneira significativa, sendo que nos proporcionou um crescimento teórico extremamente relevante, acerca dos conceitos primordiais compreendidos em nossa pesquisa, a partir das experiências realizadas pelo Núcleo Unitrabalho.

Na sequência, realizamos a busca pelo descritor “Incubação Solidária”, não sendo encontrado nenhum trabalho a respeito. Como vimos esse conceito não é muito difundido, o que permite afirmar que seremos um ou os primeiros a utilizar esse conceito como um dos principais descritores de uma dissertação.

Com a finalidade de averiguar outras possibilidades, novamente, utilizamos os descritores “Produção Social do Conhecimento” e “Incubação Solidária”, mas agora, com a sigla (AND) intercalando “Produção Social do Conhecimento” AND “Incubação Solidária”. Dessa maneira, os possíveis resultados esperados com a pesquisa poderiam contribuir para o desenvolvimento deste estudo, porém, cabe destacar que não encontramos nenhum resultado com os descritores utilizados.

Como não encontramos nenhum resultado para o descritor anteriormente citado, decidimos utilizar mais um descritor que tem relação com nossa pesquisa e com maior abrangência. Assim sendo, o descritor escolhido, a partir de nossas reflexões foi “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários”. Desse modo, ao realizarmos nossa busca foram encontrados 9 resultados, dos quais fizemos, inicialmente, a leitura do título e do resumo, com o objetivo de identificar alguma semelhança com nossa proposta de pesquisa. Vejamos, a seguir, no quadro 1, esses trabalhos:

Quadro 1 - Produções científicas encontradas, a partir do descritor Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários

Tipo	Ano	Autor	Título do Trabalho
Mestrado Profissional	2018	Anderson Yagi Costa	ANÁLISE SOBRE A MOROSIDADE DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO
Mestrado	2013	Everton Randal Gavino	PRODUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DE JANELAS E ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA. CASO: MARCENARIA COLETIVA DE MULHERES, ASSENTAMENTO RURAL PIRITUBA II, ITAPEVA/SP
Doutorado	2006	Maria Nezilda Culti	O DESAFIO DO PROCESSO EDUCATIVO NA PRÁTICA DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
Mestrado	2013	Vitor Cardoso da Silveira	A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS NA IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES MAIS RELEVANTES NA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS DAS DIÁRIAS DOS HOTÉIS NA CIDADE DE CAMPO GRANDE – MS
Mestrado	2012	Gabriel Gualhanone Nemirovsky	À SOMBRA DO CAPITAL: AS DIMENSÕES DA REPRODUÇÃO METABÓLICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
Mestrado	2015	Ricardo Nobuyuki da Rosa Yokoo	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MATO GROSSO DO SUL: O CASO DE CORUMBÁ
Mestrado	2013	Thiago Gomes de Oliveira	O ARTESANATO OVINO: CAMPO DE POSSIBILIDADES PARA A CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO RURAL EM MATO GROSSO DO SUL
Mestrado	2010	Ataulpa Luiz de Oliveira	REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES: UM ESTUDO SOBRE VÍNCULOS SOCIAIS CONSTITUINTES E MANTENEDORES
Mestrado	2014	Danyelle Queiros Lima Chagas	A EMANCIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DAS TIMBAÚBAS (BCDT) FACE À UM PROCESSO DE INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Fonte: Autoria própria.

Os trabalhos expostos no quadro acima, mostram-nos o quão grande é o caminho que a Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários percorre ao ser correlacionada com outras temáticas. Cabe frisar que todos os trabalhos expostos são de caráter científico e significativos, porém, nem todos têm proximidade com nossa temática de pesquisa; assim, foi

necessário a utilização de um dos filtros de refinamento para que pudéssemos encontrar os trabalhos que fossem mais semelhantes e que poderiam contribuir com o nosso trabalho. Desse modo, por estarmos em um Programa de Pós-Graduação em Educação no campo (Grande Área do Conhecimento - Ciências Humanas) focamos em apenas um trabalho para realizar a leitura reflexiva. O trabalho selecionado foi a tese de doutorado da professora Maria Nezilda Culti, intitulada: O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários, publicada em 01 de agosto de 2006, na Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: FEUSP.

Alicerçados pelas buscas e pesquisas realizadas em nosso balanço de produção, junto ao catálogo de teses e dissertações da CAPES, depois de buscar todos os descritores que condiziam com nossa pesquisa foram encontradas duas teses de doutorado de grande relevância para todos os pesquisadores que se propuserem a pesquisar temáticas semelhantes a nossa, que estão implicadas no desenvolvimento prático e teórico da educação popular e da economia solidária e utilizando-se da metodologia de incubação solidária; visto que a mesma pode nos possibilitar uma oportunidade de realizar uma pesquisa científica pautada na reflexão e valorização da produção social do conhecimento.

Essa mudança começa a partir da iniciativa de pessoas do campo popular, buscando novas possibilidades de geração de trabalho e renda para os trabalhadores, conforme Culti:

Trata-se de uma rede de iniciativas no campo popular, cuja característica é fazer frente à crise do trabalho “formal” assalariado por meio de geração de novas formas de produção, trabalho e renda. São diversos ramos de pequenos empreendimentos populares, como cooperativas de trabalho e produção, associações de trabalhadores, empresas familiares de autogestão, entre outras, que constituem o que se vem denominando como economia solidária (2006, p. 01).

Assim como Culti (2006), Zart (2012), também, busca compreender o fortalecimento da economia solidária, do trabalho associado, da autogestão, do bem viver, entre outros. Embasado nesses referenciais possuímos meios para compreender como funciona e qual a relevância da metodologia de incubação solidária que propusemos reflexionar.

Comprendemos que a economia solidária vem como uma possibilidade de subsistência à economia capitalista, na qual estamos fadados a viver. Nesse interim, a economia solidária permite democratizar a sociedade, oferecendo parâmetros para se acreditar no diferente e, que é possível chegar mais longe se trabalharmos associativamente.

Contudo, acreditamos que ao realizar o trabalho embasado na metodologia de incubação solidária, também, estamos utilizando fundamentos da educação solidária, de acordo com Zart (2012):

A educação solidária [...] é formadora da solidariedade revolucionária, isto é, que faz a leitura das contradições sociais, que reconhece os processos históricos de dominação e de exploração, que ativa a esperança nas ações coletivas inseridas em movimentos sociais. A solidariedade neste sentido não é um ato de doação de algo a alguém, mas um processo de construção social de relações sociais, econômicas e culturais geradoras da autonomia das pessoas. A autonomia que quebra com os elos de dependência e se constituem em movimentos contínuos de emancipação social. Neste sentido a solidariedade é exigente das atitudes de participação, da ativa relação dialógica e construtiva de projetos organizativos das competências e das possibilidades das pessoas a partir de seus contextos (ZART, 2012, p. 93).

No tocante à economia solidária, a partir dos preceitos da educação popular, permitenos compreender que os direitos até aqui conquistados, marcam uma história de lutas, mobilizações, ações, as quais refletem o sofrimento de um povo que é extremamente explorado e, além disso, é privado de diversos direitos essenciais.

É possível observar que as lutas foram criadas, a partir de desafios e dificuldades; e por meio das organizações, dos movimentos sociais, sindicais, da classe trabalhadora foram surgindo às conquistas, gerando possibilidade de transformação. Isso mostra que é possível construir uma história diferente e possuímos um mundo mais solidário para todos.

Analisando a conjuntura social do nosso país é necessário, primeiramente, que a classe trabalhadora tenha consciência das condições sociais que vivem diante do sistema capitalista, que os oprime e explora. Dessa forma, romper com o processo de alienação significa criar alternativas que lhes permita contrapor a essa forma de organização social. Portanto, a classe trabalhadora precisa criar meios de organização, e para isso é preciso realizar discussões, debates, e assim, analisar, reivindicar e propor ações para os poderes públicos, considerando as ações entre as redes de organizações sociais, com foco no controle social das políticas públicas que atenda as demandas dessa classe; o que representa desconstruir os estereótipos em relação ao trabalho-educação.

Considerando todo esse contexto em relação aos desafios e as perspectivas, em prol da construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, propomos este projeto de pesquisa, no qual buscamos fazer um estudo das ações que o Núcleo Unitrabalho realizou com diversos grupos sociais, ao buscar o desafio de contrapor a lógica de organização deste sistema capitalista até, então, dominador. Com este projeto buscamos compreender melhor essa estrutura da sociedade que contempla as múltiplas formas de expressão humana, pois agrega crianças, jovens, mulheres e homens, além de levantar a bandeira de fortalecimento ao combate de todas as formas de preconceito e discriminação dos trabalhadores, a partir da análise das ações realizadas pelo Núcleo Unitrabalho. Nesse sentido, conseguimos aproximar nossa

pesquisa com as pesquisas dos autores anteriormente citados, visto que em todas foram possíveis observar uma proposta de mudança que está totalmente atrelada a educação solidária.

Ao edificar práticas sociais que valorizem e engrandecem os trabalhadores é possível construir possibilidades de organização da sociedade, de tal maneira que possa acabar com esse processo alienador e supressivo do sistema capitalista.

Nesse sentido, é necessária uma participação efetiva da sociedade e com a organização dos sujeitos via movimentos sociais populares como a Economia Solidária que procura constituir uma sociedade mais humana, justa e igualitária, de acordo com os princípios da cooperação, da sustentabilidade, do trabalho coletivo e associado, de perspectiva autogestionária e emancipatória, de modo a contrapor a hegemonia capitalista, na luta pelo bem viver. Para tal, metodologias como a da incubação solidária são importantes, pois com elas são possíveis mecanismos sólidos para uma mudança efetiva.

Consequentemente, faz-se necessário criar situações para que toda a população se conscientize e desperte para a importância da organização da classe trabalhadora e, assim, promover formas diferenciadas de auto-organização do trabalho. O que significa desconstruir a hegemonia estabelecida pelo capitalismo, que corrompe a estrutura social, permitindo que os trabalhadores desenvolvam a construção de um pensamento crítico acerca da realidade em que vivem, e possam propor mudanças na sociedade, mexendo nas estruturas sociais, de modo a transformá-la.

Todo esse contexto vem ao encontro de nossas inquietações, em querer analisar e expor as ações desempenhadas pelo Núcleo Unitrabalho, uma vez que acreditamos que isso fortalecerá ainda mais os trabalhadores que fizeram parte dessas ações; além de instigar ainda mais práticas nesse sentido, com o intuito de resgatar nas pessoas o sentido de lutar por um ideal significativo para todos, bem como nas atividades reflexionadas por Culti (2006) e Zart (2012).

Nossas buscas realizadas em catálogos de dissertações e teses da CAPES oportunizou-nos a perceber a infinidade de produções científicas de qualidade que temos em nosso país; embora evidenciou que a temática que propusemos pesquisar não é tão difundida no Brasil, chegando próximo ao ineditismo; visto que, descritores como “Incubação Solidária” não foi encontrada em nenhum dos trabalhos disponibilizados pelas CAPES e, isso aumenta a nossa responsabilidade por estar apresentando um novo conceito, de grande relevância para o desenvolvimento de nossa sociedade.

Convém salientar que é necessário que avancemos em discussões desse gênero, buscando evidenciar as práticas positivas que podem nos proporcionar uma sociedade mais

justa e solidária. Nesse sentido, nas pesquisas que realizamos uma leitura reflexiva, conseguimos perceber diversos temas importantes e que precisam ser mais debatidos e postos em prática, como a: Economia Solidária, a Educação Popular, a Agroecologia, a Autogestão, o Cooperativismo, o Desenvolvimento Sustentável, o Consumo Solidário, a Educação do Campo, a Educação Solidária, entre outros.

Dessa forma, podemos afirmar que o balanço de produção é muito importante e para realizá-lo é necessária ter rigorosidade metodológica observando passo a passo a sua construção, possibilitando-nos descobrir conceitos e temas, que irá servir de suporte para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Assim sendo, ao se estudar um tema tão relevante, concluímos com o balanço de produção de que a ciência é rigorosa, porém, precisa viabilizar a todas as pessoas, novas práticas e conhecimentos, ou seja, a ciência deve estar na academia e, também, em qualquer lugar que tenha sede de conhecimento.

Por fim, o conhecimento é produzido por todas as pessoas independente do nicho social que se encontram, basta que se saiba enxergar, analisar, entender, compreender e, principalmente, respeitar o outro. Acima de tudo é importante dar voz, sem esquecer que é primordial dar ouvidos, a fim de ressignificar nossa existência.

1.3 Atores/as da pesquisa: os/as educadores/as do Núcleo Unitrabalho

Os atores/as de nossa pesquisa são pessoas que participaram do PRONINC e em algum momento foram os responsáveis por momentos formativos/educativos, seja em encontro, curso ou oficina. Nesse contexto, temos professores/as de graduação, professores/as da educação básica, estudantes de graduação de variados cursos, estudantes de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), técnicos/as da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), do Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennés (CDMH) e da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) e voluntários/as. Tendo em vista, a pluralidade de conhecimentos, experiências, saberes que os/as atores/as representam – denominamo-los de educadores/as do Núcleo Unitrabalho.

1.4 Pesquisa-ação: a epistemologia da (i)neutralidade

A escolha pela pesquisa-ação como método de pesquisa ocorreu pela circunstância de compreender que pesquisa e ação são capazes de caminhar juntas, uma vez que a transformação decorre da prática, considerando os mecanismos de conhecimento da realidade nas inter-relações com os atores da pesquisa.

Ao levarmos em consideração que dentro das atividades formativas que estamos examinando, estas são frutos de um processo de inter-relação entre todos os envolvidos: pesquisadores e atores da pesquisa; descortinando, desse modo, que pesquisadores/as se tornam atores e vice-versa. De acordo com a afirmação de El Andaloussi (2004, p. 63) “[...] a relação entre pesquisador e sujeito não é neutra”, portanto, nossa pesquisa não é meramente positivista.

Segundo El Andaloussi (2004), o/a pesquisador/a positivista:

[...] permanece fechado dentro do paradigma da explicação causal. Ele se desenvolve e perpetua acreditando firmemente na neutralidade do pesquisador, na objetividade dos fatos e na capacidade de construir leis gerais capazes de explicar e de prever o desenrolar dos acontecimentos. O olhar que o neopositivista tem sobre o mundo limita o campo de seu desenvolvimento e consegue abordar o homem só como ser fisiológico (EL ANDALOUSSI 2004, p. 62).

Já Lavoie, Marquis e Laurin (1996) consideram que a pesquisa-ação pode ter como intuito a transformação, o entendimento das práticas sociais, a resolução dos problemas, a partir da interação e a produção social do conhecimento. Assim sendo, ela deve ser motivada de indispensabilidades sociais reais, contar com a inter-relação entre atores e pesquisadores/as, ter procedimentos metodológicos passíveis de ajustes, de acordo com a progressão dos acontecimentos que a pesquisa for evidenciando, com vistas às características empíricas. Nessa mesma acepção, El Andaloussi (2004) traz afirmações acerca do valor e da necessidade de realizar uma pesquisa com as pessoas:

A pessoa humana adquire sua dignidade. Não é mais considerada objeto de pesquisa semelhante aos sais minerais ou a natureza da rocha. O respeito e a emancipação da pessoa humana são direitos fundamentais, tanto na pesquisa como na ação: a pesquisa não se faz sobre as pessoas, mas com elas. Com a pesquisa-ação, inicia-se uma nova ética (EL ANDALOUSSI, 2004, p. 81).

Concomitante a isso, Freire (1984, p. 110) afirma que, enquanto pesquisadores/as devemos aprender com os atores da pesquisa e buscar valorizar e compreender seus saberes e suas experiências, pois “as pessoas, o povo, os trabalhadores não são recipientes vazios onde podemos depositar nossas verdades revolucionárias, nossas teorias e técnicas, nossa visão de mundo”. Freire (1984, p. 38), ainda, traz a compreensão sobre a práxis ao evidenciar que “como

reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela é impossível a superação da contradição - opressor-oprimido”

Todas essas afirmações mostram a nossa realidade colocada em prática diante das formações desenvolvidas pelos/as educadores/as do Núcleo Unitrabalho, na metodologia da incubação solidária. Dessa maneira, conseguimos destacar a importância dos/as educadores/as, pesquisadores/as e atores estarem implicados nas ações e na realidade de todos/as os/as envolvidos/as.

No plano do sentido, a implicação na pesquisa-ação significa que o pesquisador aceita ocupar um lugar no qual assumirá um compromisso. Esse lugar o põe em uma situação em que será questionado não só a respeito de suas teorias, seus métodos e seus instrumentos, como também acerca de seus desejos e de suas finalidades. Tal situação incorre no risco de acarretar um estado de fusão em que não será mais possível distinguir o que é pesquisa do que é ação (EL ANDALOUSSI, 2004, p. 121).

Mesmo tendo essa implicação de pesquisadores/as e atores no desenvolvimento da pesquisa, faz-se necessário mostrar como um obstáculo a ser vencido, em que implicar, interagir, trocar e compartilhar pode ser difundido. De acordo com Freire (1979, p. 57) são buscas que devem ser realizadas em prol de “transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) sendo exclusividade do existir. Assim, o existir é individual, contudo, só se realiza em relação com outros existires”. Assim, é possível fazer da pesquisa-ação um movimento constante de comunicação para o conhecimento. Ainda, nesse sentido, El Andaloussi (2004, p. 139) diz que:

[...] a implicação do ator na pesquisa e do pesquisador na ação leva, obrigatoriamente, a uma reorganização social, com redistribuição dos papéis, das funções e do sentimento de responsabilidade no desenvolvimento da educação e, por isso mesmo, no da cidade.

Estamos diante de uma metodologia, que nos coloca em um estado de transformação constante durante o desenvolvimento da pesquisa, como evidencia El Andaloussi, (2004, p. 137), “a escolha do assunto, os métodos e as hipóteses que o pesquisador elabora no início só podem compor um anteprojeto que uma vez negociado com os atores, pode tomar um rumo bem diferente”. O autor supracitado, ainda, enfatiza que:

Permitir a implicação dos participantes é aceitar a redistribuição dos papéis classicamente atribuídos aos pesquisadores e aos atores: o pesquisador observa e explica, o ator ouve e aplica. Implicar o outro é permitir-lhe que se aproprie de uma parte de nosso espaço e que nos aproprie em troca de uma parte de seu espaço. A

redistribuição dos papéis consiste, então, em abrir espaços e instituir a livre circulação entre pesquisa e ação (EL ANDALOUSSI, 2004, p. 124-125).

Nesse contexto, Morin (1986) preconiza que as ações dos/as pesquisadores/as precisam estar amparadas por uma linguagem acessível aos atores da pesquisa; ser um discurso leve e espontâneo, que carregue consigo as experiências e saberes vivenciadas e implicadas mediante o diálogo e ser fundamentalmente um discurso acessível às mudanças, às transformações e (re)construções e que, facultada as condições de ser a pesquisa-ação uma metodologia aberta para reflexões constantes.

Ao estarmos realizando uma pesquisa-ação de atividades formativas, que já foram realizadas e dentro do seu contexto de realização haviam reflexões constantes sobre os temas a serem trabalhados, bem como as formas que os mesmos deveriam ser abordados, tanto na relação dos/as educadores/as com os/as sujeitos/as, quanto na relação de educadores/as com educadores/as, de mudar, transformar e assim, desenvolver uma maneira mais próxima da necessária para cada grupo e/ou pessoa, a fim de atingir o objetivo de ressignificar a relação de educador/a-educando/a, demonstrando que não é só o conhecimento do/a educador/a que tem relevância, mas também, o conhecimento que cada educando/a traz consigo e, pode e deve compartilhar. Assim como suas vivências e necessidades, de tal maneira que o processo formativo que foi e é desenvolvido pelo Núcleo Unitrabalho antes, durante e após a finalização, é um processo formativo que em todos esses momentos passaram por reflexões, mais precisamente, um processo dialético de ação-reflexão-ação. São esses momentos que permitem uma avaliação em busca de uma melhora apropriada e constante nas ações realizadas.

Nesse sentido, Tripp (2005, p. 454) expõe que “uma das razões para não se colocar a reflexão como uma fase distinta no ciclo da investigação-ação é que ela deve ocorrer durante todo o ciclo. O processo começa com reflexão sobre a prática comum, a fim de identificar o que melhorar”.

Por conseguinte, El Andaloussi (2004), ao evidenciar as concepções de Morin (1992), disponibiliza parâmetros para afirmarmos que as reflexões que dialogamos anteriormente são de fato imprescindíveis, ao tratar a mudança como uma dimensão da pesquisa-ação.

A mudança é o objetivo da pesquisa-ação. Prática e saber são, ao mesmo tempo, fonte e produto da mudança. Nessa ótica, mudança não é sinônimo de aplicação de uma teoria, é o produto das transformações simultâneas da ação e da reflexão continuamente renovadas (EL ANDALOUSSI, 2004, p. 105).

E essa mudança tem uma configuração diferente em metodologias de pesquisa mais convencionais, na qual existe a separação do papel de ator e de pesquisador, e ao mesmo tempo o/a observador/a é, obrigatoriamente, o/a pesquisador/a.

Em relação à pesquisa-ação, esses papéis mudam, uma vez que:

[...] o observador não é obrigatoriamente pesquisador. Todos os participantes podem ser pesquisadores, em dado momento, no processo que os leva a realizar um projeto em comum. Cada participante observa os fatos (ideias, gestos, etc) a partir do lugar que ocupa na realização da tarefa comum (EL ANDALOUSSI, 2004, p. 119).

Ao realizar essas ações, a pesquisa-ação pode se mostrar por hora como uma metodologia simples, por deixar os/as envolvidos/as na pesquisa livres para essas mudanças de papéis, porém, ela também pode ser compreendida como complexa, por essas mesmas pontuações nessa significação:

A complexidade se impõe em primeiro lugar como impossibilidade de simplificar, ela surge onde a unidade complexa produz suas emergências, onde apagam-se distinções e clareza nas identidades e causalidades, onde desordens e incertezas perturbam os fenômenos, onde o sujeito observador se surpreende de encontrar sua própria cara no objeto de sua observação (MORIN, 1981b, p. 377 apud EL ANDALOUSSI, 2004, p. 125).

Nesse sentido, entendemos que a pesquisa-ação pode tanto criar complexidade, quanto buscar soluções para ela, mas o fato é que nas ações de atores e pesquisadores/as mudando de papéis, revela-se a possibilidade dos envolvidos de transformar a realidade e a produção social do conhecimento.

Em consonância a isso, estruturamos nossa pesquisa em cinco seções sendo: a primeira, de caráter introdutório, na qual trouxemos nossa introdução e na sequência apresentamos os caminhos metodológicos de nossa pesquisa, realizamos a apresentação das aproximações com a problemática que justificam nossa escolha pela pesquisa, os/as atores/as de nossa pesquisa e os procedimentos metodológicos que buscamos utilizar. Desse modo, realizamos, inicialmente, as aproximações com o objeto de pesquisa e o que motivou a realização desta pesquisa; em que destacamos acontecimentos importantes da vida pessoal e profissional do pesquisador que justifica a relevância deste estudo.

Em seguida, na subseção, da primeira seção, expomos dados e informações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, em especial, o Balanço de Produção, que realizamos em busca de aproximação teórica para a evolução da pesquisa, onde foi realizada a consulta dos descritores “Produção Social do Conhecimento” e “Incubação Solidária. Além disso, será

discorrido sobre os(as) atores(as) de nosso estudo, com intuito de explicar sobre as suas pessoalidades. Por fim, será abordado sobre os procedimentos de produção e análise de dados, mostrando a opção da realização de uma pesquisa qualitativa e descrevemos sobre os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar o objetivo principal.

Na segunda seção, intitulada *Economia Solidária: breve histórico e panorama no Brasil*, evidenciamos o conceito de economia solidária por meio de um breve histórico que teve por finalidade evidenciar como e quando esse conceito passou a ser utilizado, bem como, o contexto brasileiro da economia solidária e as perspectivas existentes sobre as ações da Economia Solidária.

No tocante à terceira seção, intitulada *Programa Nacional de Incubadores de Cooperativas Populares e os Projetos Vinculados ao Núcleo Unitrabalho* trouxemos uma análise do PRONINC, no intuito de demonstrar sua importância para as incubadoras e cooperativas populares e, conseqüentemente, para todas as pessoas abrangidas por projetos apoiados por esse programa. Expomos a respeito do Núcleo Unitrabalho apresentando de forma sucinta sua história, seus objetivos, temáticas de trabalhos e metodologias utilizadas pelos seus membros, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão. Além disso, trouxemos reflexões sobre as ações realizadas no projeto INCUBAR evidenciando a grandiosidade que foi sua execução.

Já na quarta seção, intitulada *A Produção Social do Conhecimento na Incubação Solidária: conceitos de transformação* abordamos reflexões acerca da falas dos/as atores/as de nossa pesquisa, sobre a prática da metodologia de Incubação Solidária, como um processo educativo; explicitamos a interação entre o saber científico e o saber popular e buscamos evidenciar que a produção social do conhecimento, a partir da incubação solidária acontece alicerçada de uma relação dialógica entre as pessoas, contudo, traz consigo a importância de compreender os saberes, as palavras, o lugar, o outro.

Na quinta e última seção, estão as reflexões finais, denominada *(In)Conclusões*, nessa seção, tecemos nossas considerações, a fim de demonstrar nosso entendimento sobre a trajetória que tivemos durante a realização desta pesquisa. Denominamos *(In)Conclusões*, pois acreditamos que este estudo é apenas um degrau que percorremos ao refletir sobre esta problemática, portanto, há o interesse em dar continuidade, levando em consideração sua relevância, amplitude e, também, pelo aprendizado significativo que nos foi proporcionado.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE HISTÓRICO E PANORAMA NO BRASIL

A economia solidária é um conceito utilizado no Brasil, a qual vem sendo praticada com vários nomes e significados, mas todos têm em comum a ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo, que caracteriza a sociedade capitalista em que vivemos. Desse modo, nesta seção, vamos apresentar a sua relevância e, o quanto ela e seus fundamentos são necessários em nossa sociedade. Ainda, vamos falar sobre como surgiu esse conceito, como está no contexto brasileiro e quais as perspectivas que a economia solidária pode proporcionar para nossa vida e para toda a sociedade.

2.1 Economia solidária: seu início

A economia solidária surge como uma possibilidade de mudança, como uma realidade contra hegemônica, de enfrentamento contra uma sociedade capitalista que exclui, explora, diminui e é individualista.

Essa economia, assim como é realizada atualmente, tem como precedente central o cooperativismo operário, que despontou em antagonismo à Revolução Industrial durante o século XIX. Provando-se como uma maneira de resistência à sociedade daquela época. Esse pensamento introduziu uma distinta forma de compreender a economia, o qual teve como base o trabalho e a distribuição equitativa do excedente adquirido e não a acumulação individual do dinheiro, a partir da exploração do trabalho do outro, como afirma Culti (2006).

Nesse sentido, é possível observar que vários dos princípios do cooperativismo são similares aos fundamentos da economia solidária, como podemos identificar na experiência pioneira do cooperativismo moderno, na cooperativa de consumo, foi em Rochdale, na Inglaterra que se criou esse movimento em 1844:

[...] a primeira cooperativa moderna foi a de consumo, criada na Inglaterra em 1844 pelos 28 tecelões em Rochdale-Manchester como uma forma de defesa econômica dos trabalhadores no contexto do capitalismo concorrencial. Esta primeira cooperativa fundou a doutrina cooperativista, cujos fundamentos, vigentes ainda hoje, eram pautados nos princípios morais e de conduta já sistematizados pela filosofia. Foram eles que orientaram a estrutura e as regras gerais de seu funcionamento, registrados no Estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (CULTI, 2006, p. 33).

A iniciativa dos tecelões da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em 1844, foi sem dúvida, uma das experiências mais significativas da história do cooperativismo moderno. É possível identificar que o cooperativismo moderno incorporou os ideais sociais da época como: a autoajuda, a solidariedade, a democracia, a liberdade e a equidade.

Conforme, Frantz afirma que:

A experiência de Rochdale não iniciou o movimento cooperativo, mas transformou-se em um modelo de organização que conseguiu superar as inúmeras dificuldades práticas de cooperação, no contexto da realidade da época, em que florescia a revolução industrial capitalista. Precisa ser vista como resultado de longas experiências e lutas sociais. Não pode ser entendida como algo produzido por um pequeno grupo de tecelões. Eles souberam sistematizar as inúmeras experiências de cooperação, realizadas ao longo de décadas de esforços pela superação de problemas sociais graves. Foi uma experiência prática de cooperação que reconheceu determinados princípios necessários à organização e funcionamento de um empreendimento cooperativo no contexto da nova realidade socioeconômica (FRANTZ, 2012, p. 18).

O cooperativismo moderno, assim como a economia solidária, surge a partir de uma busca por um novo modelo econômico, mais justo, solidário e cooperativo. Pudemos identificar que a economia solidária nasceu com outros nomes e até mesmo com concepções um pouco diferentes das que são usadas hoje em dia.

Embasamo-nos nos escritos de Lechat (2002) e Gaiger (2009), para evidenciar essas transformações. Na Europa, os primeiros idealizadores do que Paul Singer (2001) denominou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, identificados por Karl Marx e Friedrich Engels para distingui-los dos socialistas científicos.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, diversas comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas não tiveram êxito e não conseguiram se manter por muitos anos. Nesse impasse, as múltiplas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após obter êxito e avanços democráticos, foram lamentavelmente extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo.

Assim sendo, é possível perceber que os empreendimentos de economia social surgiram como frutos de grandes crises econômicas. Lechat (2002) evidencia alguns desses momentos de crise, em especial na economia social europeia.

As décadas de 30 e 40 do século XIX, marcadas por um novo tipo de regulação do trabalho que de corporativo transformou-se em concorrencial, viram nascer sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. Criadas por operários ou por artesãos que se negavam a tornar-se proletários essas iniciativas tentavam amenizar os sofrimentos trazidos pelos acidentes, pelas doenças e pela morte. A partir de 1848, no entanto, a repressão se abateu sobre estas associações. A grande crise dos anos 1873-1895 leva à modernização e a

investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais. As cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções de sobrevivência encontradas pelos pequenos produtores (LECHAT, 2002, p. 05).

Outro exemplo de crise é a depressão econômica dos anos 1929-1932, ocasionada por uma crise da regulação concorrencial, que levou a uma intervenção do Estado, que deixou a economia não monetária, totalmente, marginalizada pela expansão do mercado, causada pelo capitalismo.

Trazendo a história para nossa proximidade, Gaiger (2009) apresenta a vertente latino-americana da economia solidária.

Na América Latina, o conceito de Economia Solidária refere-se essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. A solidariedade diz respeito à cooperação na atividade econômica, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos. As organizações de Economia Solidária minimizam a presença de relações sociais que subentendem a separação entre capital e trabalho. Ao convocarem os seus membros à participação cotidiana, motivam seu engajamento em problemas da comunidade e em lutas coletivas mais amplas (GAIGER, 2009, p. 13).

O mesmo autor, ainda, relata sobre o surgimento da economia solidária, no continente latino-americano, que aconteceu em 1980:

O surgimento da Economia Solidária, nos anos 1980, dá continuidade e novo alento a uma história extensa, na qual se contam inúmeras experiências de solidarismo econômico entre os trabalhadores. Em cada região do continente, a Economia Solidária encontra antecedentes longínquos e próximos, a começar pelas formas autóctones pré-colombianas e pelos sistemas coletivos adotados pelos escravos libertos, cujo legado ainda resta avaliar. Essas múltiplas raízes e configurações, amplificadas pelos contrastes regionais e nacionais, tornam discutível adotar uma única conceptualização, muito embora grande parte dessas vertentes tenha confluído para expressões da solidariedade que hoje se reconhecem como parte de um grande movimento social e político, cuja unificação estaria em desejável estágio de construção. É fato que essas manifestações possuem efetivamente algo em comum quanto ao significado que assumem para os seus protagonistas diretos. Elas expressam a impossibilidade e a recusa de viver segundo os preceitos da economia capitalista e nos termos de sua sociabilidade intrínseca; em outras palavras, a negativa de abandonar sistemas de vida que não desvinculam as relações econômicas das relações sociais, insistindo em resgatá-los ou em agir por sua instauração (GAIGER, 2009, p. 15).

Por conseguinte, a economia solidária criada a partir de todas as crises, mudanças e necessidades citadas é uma forma de lutar contra o nefasto sistema capitalista que a nossa sociedade está inserida, mesmo as batalhas sendo duras e constantes é possível superar o capitalismo. E esta superação, portanto, não implica simplesmente na substituição de uma classe dominante por outra, mas sim, a abolição das relações de propriedade privada dos meios

de produção e a instauração de um sistema baseado na propriedade coletiva e no controle democrático dos recursos produtivos.

2.2 Economia solidária: conceito de superação

Para iniciar essa subseção vamos evidenciar a reflexão realizada por Zart (2017), que recorre a etimologia da palavra, para nos trazer a compreensão do conceito de economia solidária.

A palavra economia provém do grego e é formada pela combinação de *oikós e nomia*. *Oikós* significa casa, o lugar, o meio onde moramos, vivemos, trabalhamos, produzimos, consumimos. A casa é percebida como uma totalidade, ela pode ser a nossa morada, a rua, o bairro, o assentamento, o município, a nação, o planeta. Objetiva dizer que, há sempre uma dimensão, um espaço, que é formado por diversas coisas: naturais e/ou culturais (fabricadas pelo ser humano). *Nomia* quer dizer, norma, regulamento, lei. As normas são estabelecidas em conformidade com a moral e a cultura dominante das sociedades. Então, já podemos dizer que a economia é o conjunto das normas que regem as nossas condutas em determinados espaços. Mas elas não são estabelecidas de forma aleatória, são estudadas e fixadas em conformidade com interesses de grupos ou classes sociais e, por isso, as riquezas produzidas são distribuídas de forma igualitária ou de forma desigual que deixa poucos muito ricos (os capitalistas) e muitos pobres (os/as trabalhadores/as) (ZART, 2017, p. 19).

Assim sendo, compreender que a economia é uma forma de se organizar e entender a sociedade; e também é uma ciência, que estuda as formas de organização social, da produção e da distribuição dos bens materiais e imateriais entre as pessoas.

Desta maneira, percebe-se que a economia não se restringe aos significados restritos da economia capitalista, a busca do lucro, da acumulação monopolista do capital. Na economia do capital predominam os valores de mercado, do individualismo, da concorrência, da competição. É a cultura dominante. Na socioeconomia solidária, os valores a serem vivenciados são a comunidade, a reciprocidade, a coletividade, a colaboração, a solidariedade (ZART, 2017, p. 19).

Mance (1999) e Singer (2004) consideram a economia solidária como uma contraposição de estruturação da economia em relação ao capitalismo. Para Mance (1999), as organizações das iniciativas de economia solidária têm a imprescindibilidade de se constituir como uma alternativa solidária em superação ao modelo capitalista. Sendo assim, uma possibilidade de construção de uma sociedade mais solidária, que consiste em uma:

Estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo mas ao próprio capitalismo (MANCINI, 1999, p. 203).

Ao defendermos a economia solidária, estamos construindo uma sociedade onde todas as pessoas possam viver sem depender do/a outro/a; proporcionando uma verdadeira interação solidária que é capaz de desenvolver as condições necessárias para vivermos. De acordo com Zart (2004):

A economia solidária não é um projeto homogeneizador e massificador. O popular é a expressão que enuncia a diversidade de experiências e dos movimentos formadores das manifestações populares que constituem e constroem alternativas para o desemprego, para o sem-teto, para o sem-terra, para os sem cooperação. E economia solidária é uma construção ideopolítica que recupera e reconstrói o espaço da possibilidade, por isso, da utopia. Constitui-se uma ação que representa a instituição de uma revolução cultural, uma revolução política e uma revolução social. (ZART, 2004, p. 179).

Aqui conseguimos evidenciar a economia solidária como um projeto social, cultural e econômico que visa transformar as relações e as estruturas que tornam os/as trabalhadores/as seres escravizados por um sistema excludente, o qual é para poucos. À vista disso, é necessário entender economia solidária como:

Outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002a, p. 10).

Dessa maneira, dentro de uma organização, grupo, associação, cooperativa, instituição ou até mesmo em uma sociedade que visa seguir os preceitos da economia solidária é necessária a participação de todas as pessoas; portanto, a economia solidária concebe como uma de suas características a democracia participativa.

De forma enfática, Sguarezi (2020) evidencia que a economia solidária surgiu como uma resposta a diversos problemas sociais, econômicos e ambientais que um Estado capitalista carrega, e nos traz a compreensão de que esta economia com sustentação na autogestão é uma alternativa para a democratização econômica. Por conseguinte, é possível observar que:

Os movimentos sociais protagonizam através da economia solidária uma verdadeira transformação social silenciosa, paradigmática e pragmática. Silenciosa porque é uma transformação sem armas, sem violência, sem exclusão. Paradigmática porque exige

dos trabalhadores a transcendência da heterogestão para a autogestão e coloca o desafio da democracia como modo de vida. Pragmática porque requer o avanço das competências organizativas, internas em cada empreendimento e externas criando redes estratégicas que possibilitem a consolidação dessa iniciativa (SGUAREZI, 2020, p. 15).

Segundo Santos (2004) fundamentado em Bordenave (1994), apresenta-nos preceitos de participação indispensáveis para a estruturação e funcionamento dentro de uma organização.

1 – Informação – Este é o menor grau de participação. Neste grau, os membros da organização ou do grupo são informados pelos dirigentes sobre as decisões tomadas. 2 – Consulta facultativa – Neste grau de participação, os dirigentes podem, se quiserem e quando quiserem, ouvir as críticas, sugestões ou pareceres dos subordinados, na resolução de algum problema. 3 – Consulta obrigatória – Os dirigentes, neste grau de participação, têm o dever de consultar os subordinados em determinadas ocasiões, mas a decisão final pertence aos dirigentes (SANTOS, 2004, p. 196).

Os três primeiros graus de participação que apresentamos acima são importantes, mas diante de toda a necessidade de interação e dialogicidade que a economia solidária preconiza, somente esses graus não seriam suficientes para a construção de uma organização solidária. Dessa forma, vamos apresentar agora os próximos graus de participação.

4 – Elaboração/recomendação – este é um grau mais avançado de participação. Neste grau os subordinados podem elaborar propostas e recomendar medidas, cabendo aos dirigentes aceitar ou rejeitar mediante justificativa. 5 – Co-gestão – Este é um grau superior de participação, visto que, mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade, os membros compartilham da administração. 6 – Delegação – Neste grau de participação, a administração reserva certos limites, dentro dos quais os administrados ou subordinados podem decidir sem consultar seus superiores no momento da decisão. 7 – Autogestão – Este é o mais alto grau de participação, pois o grupo determina seus objetivos, estabelecendo meios e controles pertinentes sem recorrer a uma autoridade externa. Não há diferença entre administrados e administradores (SANTOS, 2004, p. 196 - 197).

No sétimo grau de participação conseguimos identificar que a autogestão é o grau de participação mais importante, pois possibilita que todos/as participem efetivamente de todas as etapas dentro de um processo de gestão; na autogestão não há distinção por gênero, sexo, etnia e o principal não existe diferenciação entre o/a dono/ao dos meios de produção e o trabalhador/a, as responsabilidades são compartilhadas. Resumindo, a autogestão é um dos principais fundamentos da economia solidária.

A autogestão traz em pauta que podemos ter relações de trabalho, as quais protejam a participação, a autonomia, a igualdade e a justiça contrapondo a exploração que o capitalismo impõe, pois sabemos que:

Somos iguais perante a lei, mas a desigualdade de fato é a contradição que garante as relações de exploração entre capital e trabalho. O homem é livre para trabalhar, mas para trabalhar ele precisa de emprego, e só há emprego se houver investimento do

capitalista, portanto a liberdade do trabalhador é bastante limitada, porque apesar de ser livre para estabelecer uma relação de trabalho quem define as condições contratuais é a empresa e não o trabalhador (SGUAREZI, 2020, p. 68).

Dessa forma, não podemos permitir que o trabalho e o/a trabalhador/a se tornem produtos, só assim conseguiremos a autonomia necessária para sermos autogestionários nas relações de trabalho. A par disso, Zart expõe que a autogestão está:

[...] embasada nos princípios éticos da autonomia, da transparência, da consensualidade, da honestidade e da alteridade. Opõe-se aos processos de heterogestão, quando alguém com poder externo e separado do grupo social impõe as normas a serem obedecidas. Esta relação é própria do modo de produção capitalista onde o proprietário, ou seus representantes – os executivos, determinam o que deve ser feito, o ritmo de trabalho, o valor das mercadorias e os ganhos dos trabalhadores. Há a separação entre o trabalho intelectual, de planejamento e avaliação, e o trabalho manual, de execução (ZART, 2017, p. 06-07).

Nos escritos desse autor conseguimos enxergar a importância da autogestão para a gestão de um empreendimento e, também que essa visão pode ser aplicada em toda a sociedade, uma vez que a autogestão é a afirmação da cultura da solidariedade, da cooperação, da igualdade social, de gênero, da etnicidade reconhecida. Como aponta Zart (2017, p. 07) em que: “a aprendizagem do homem novo e da mulher nova que se identificam na sociedade solidária e sustentável”.

Diante disso, França Filho (2002) explicita que a economia solidária se mostra complexa e necessária, ao contrário da economia capitalista, ela é um caminho de desenvolvimento para a sociedade, pois está relacionada com a transformação da maneira de produzir, comercializar, consumir, tal como a geração de trabalho, a redução das desigualdades e a inclusão social, ou seja, é a construção, (re)construção, formação, (trans)formação de um novo ser social. Consequentemente, a economia solidária objetiva uma nova forma de organização, sem basear-se na atuação do mercado ou do estado, questionando a relação entre a sociedade e economia.

Ainda, nesse sentido, Gonçalves (2011) demonstra que a economia solidária vem superando as falhas que a economia capitalista produz na sociedade expondo que:

[...] a economia solidária é fundamentada no fato de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas nas quais sua lógica é oposta à do modo de produção capitalista. Com isto, esta nova realidade no mundo do trabalho proporcionada pela Economia Solidária, contribui de forma significativa, na medida em que tem se mostrado um importante instrumento de combate à pobreza e gerador de inclusão social, onde milhares de trabalhadores se organizam de forma coletiva e gerem seu próprio trabalho lutando assim pela sua emancipação e capacidade de sobrevivência (GONÇALVES, 2011, p. 113).

Dessa maneira, Singer (1998) vê na economia solidária, o renascimento do cooperativismo, uma maneira de contestação à crescente exclusão social ocasionada pelo

neoliberalismo e pela economia capitalista. Ela vem se constituindo por uma pluralidade de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir. Às vezes, é entendida como um recurso emergencial na luta contra o desemprego, pois se coloca como uma forma de luta direta contra a desvalorização da força de trabalho, fundamentado na construção de uma economia solidária formada por organizações produtivas autogestionárias como:

[...] associações e grupos de produtores ou consumidores; cooperativas de agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária; cooperativas de prestação de serviços; empresas recuperadas que foram assumidas por trabalhadores em sistemas de autogestão; redes de produção, comercialização e consumo; instituições de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito); clubes de trocas; entre outras (BRASIL, 2015, p. 03).

Todos os conceitos e conhecimentos necessários para a efetiva realização da autogestão nos empreendimentos requer tempo e uma devida formação, com o apoio das incubadoras de economia solidária agindo como um meio importante para a compreensão desses preceitos e, dessa forma, tornando possível superar a cultura capitalista.

As organizações atingidas pela economia solidária são diversas, porém, esse conceito se faz presente nesses espaços pelas incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, que realizam um trabalho educativo/formativo junto a esses grupos. Nesse sentido, Culti (2009) afirma que:

As Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários constituem uma tecnologia social cada vez mais utilizada no âmbito das ações de geração de trabalho e renda. São espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades para desenvolverem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, além das atividades de incubação de EES, com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos, sejam eles: cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais (CULTI, 2009, p. 50).

Um exemplo desse tipo de incubadora é a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEESS), que está vinculada ao Núcleo Unitrabalho e as atividades que ali são desenvolvidas serão apresentadas nas seções a seguir. Com ênfase, nesses exemplos, Culti (2009) afirma que:

As incubadoras da Rede Unitrabalho ajudam, na prática, a se organizar, formar/orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais e procura qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em formar EES. Por meio de processo educativo, orientado na participação e no diálogo, instrui quanto à organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeira e quanto a outros aportes necessários. Tem, portanto, como principal objetivo, promover a geração e a consolidação dos empreendimentos de autogestão. As Incubadoras da rede procuram atuar em estreita articulação e parceria com os poderes públicos e iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas (CULTI, 2009, p. 50).

Como pudemos perceber pela citação anterior, a economia solidária é uma alternativa contra hegemônica, que visa uma sociedade mais justa e solidária, em que as pessoas são respeitadas, ouvidas e valorizadas.

Assim sendo, a economia solidária preconiza a autogestão, a auto-organização, a coletividade, a comercialização solidária, o consumo solidário, a cooperação, o respeito, a democracia, o desenvolvimento sustentável, o trabalho associado, respeita os contextos socioculturais e o bem viver. Parte-se de um processo educativo, realizado com participação, interação e dialogicidade com os/as atores/as sociais envolvidos/as.

2.3 Perspectivas da Economia Solidária

Na subseção anterior conseguimos observar que a economia solidária é muito importante para o desenvolvimento da vida das pessoas, pois tem princípios que visam uma sociedade mais justa e solidária, ou seja, melhor para todos/as.

Nesta subseção abordaremos informações que visam dar maior clareza sobre o que está sendo realizado no país, quando o assunto é Economia Solidária. Proporcionando parâmetros para discutirmos as necessidades e o que já está em funcionamento. Afinal, quais as perspectivas que temos, de que isso está acontecendo ou pode acontecer no Brasil?

Iniciamos nossa discussão falando sobre a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003. A partir desse ano foi abalizada uma base de políticas públicas pensadas para difundir programas e ações voltadas para a ampliação das atividades de economia solidária em âmbito Federal, algo que foi reprimido desde a década de 1990.

A constituição de uma secretaria, inicialmente, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) direciona para a incorporação da economia solidária na agenda política, a SENAES, em que desencadeou uma vontade política que até então não estava institucionalizada.

A partir da existência da SENAES, a economia solidária deixou de ser uma ação política tão somente contingencial ou compensatória, tornou-se mais vista e um eixo estruturante transversal de políticas públicas que envolvia variados órgãos e ministérios, visando a constituição de um novo modelo societal. Nesse mesmo ano, também, aconteceu a criação de importantes grupos e instituições no que tange à economia solidária, conforme Sardá (2011):

No início deste século, a confluência de várias instituições, organizações e movimentos criou o Grupo Temático (GT) Brasileiro de Economia Solidária, cujo

processo de articulação deu origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e à Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, ambos nascidos igualmente em 2003 (SARDÁ, 2011, p. 59-60).

Com isso, é possível perceber que no início do século a economia solidária, toma uma posição de maior importância no que diz respeito às políticas públicas nacionais. O mesmo autor, ainda, fala sobre as discussões que foram levantadas na I e II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES):

Desde a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES, 2006), que o campo da economia solidária já vinha afirmando sua compreensão de que, ante à incapacidade estrutural do capitalismo de retomar de forma sustentável o processo de crescimento, com a preservação do meio ambiente e construção de uma perspectiva de futuro para a humanidade, a economia solidária deveria ser afirmada como estratégia de desenvolvimento, e suas políticas deveriam estar voltadas para o fortalecimento desse novo modo de produção, comercialização, consumo e crédito baseado na cooperação, na autogestão e na solidariedade.(SARDÁ, 2011, p. 60-61).

Esse ponto de vista foi ratificado pela II CONAES (2010), que aconteceu em 2010, manifestando-a da seguinte maneira:

Nos momentos de crise econômica aumenta o interesse pela economia solidária, suscitando o debate sobre o tema. No entanto, a economia solidária não deve ser considerada apenas como um conjunto de políticas sociais ou medidas compensatórias aos danos causados pelo capitalismo, nem como responsabilidade social empresarial. Seu desafio é o de projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futuras, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. Neste sentido, as políticas públicas de economia solidária podem ser medidas anticíclicas efetivas, estruturais e emancipatórias que possibilitam um conjunto de microrrevoluções (II CONAES, 2010, p.14.)

Podemos observar que as discussões da conferência foram em torno de que a economia solidária deve estar presente em políticas públicas que vão de encontro ao modelo capitalista econômico e social.

Sardá (2011) levanta uma discussão sobre a criação de cinco grandes eixos de ações e políticas desenvolvidas pela SENAES, como podemos observar, no quadro a seguir:

Quadro 2 - Ações e Políticas desenvolvidas pela SENAES

Eixo	Ações e Políticas
Acesso a conhecimentos	Envolve desde a criação e desenvolvimento do Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), as ações de formação de formadores, trabalhadores/as e gestores públicos de economia solidária, a articulação com o Plano Nacional de

	<p>Qualificação (PNQ) para a realização dos Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (PlanSeQ EcoSol), o apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e as iniciativas no campo da assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários. Cabe destacar aqui o esforço para a formação de gestores públicos, nas três esferas de governo, o investimento na formação de trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, através do projeto Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), e o apoio conferido às incubadoras universitárias através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que multiplicou por cinco e superou a marca de cem universidades públicas e Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) envolvidos com ações no campo da economia solidária.</p>
Acesso a mercados	<p>Abrange os programas de feiras municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais de economia solidária, o esforço para a criação de pontos fixos de comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos solidários e a regulamentação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), instituído por Decreto Presidencial em 2010. Pouco se conseguiu avançar, neste aspecto, na abertura de espaços para a economia solidária nas compras governamentais, em que pesem as conquistas significativas dos agricultores familiares – com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – e dos catadores de materiais recicláveis.</p>
Acesso a capital	<p>Envolve o apoio ao denominado campo das finanças solidárias, que abrange as iniciativas de microcrédito solidário, os Fundos Rotativos Solidários (FRS), os bancos comunitários e às moedas sociais. Destacam-se, nesse caso, os avanços obtidos no apoio aos FRS, em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a sociedade civil, especialmente no Nordeste brasileiro, e o apoio e fomento aos bancos comunitários, que passaram de uma única experiência existente em 2003 (Banco Palmas/CE) para quase 60 experiências atualmente.</p>
Marco legal	<p>Ponto crucial, e de difícil resolução, uma vez que a fragilidade do movimento repercute na baixa capacidade de mobilização na esfera política e legislativa. Houve um retrocesso, logo no começo do governo, com relação à Lei de Falências, que dificultou o avanço no campo das fábricas recuperadas. O projeto de lei das cooperativas de trabalho tramitou aos solavancos no Congresso Nacional, e agora está parado na Câmara para votação final. Sua aprovação, além de abrir um canal institucionalizado de acesso ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), através do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOP), poderia significar o arrefecimento das medidas restritivas que sofrem as cooperativas autênticas de trabalho, confundidas pela Justiça do Trabalho como cooperativas fraudulentas. Há que se avançar ainda na Lei Geral do Cooperativismo, dado o seu anacronismo e caducidade, e na Lei Geral da Economia Solidária, talvez um dos grandes desafios da gestão que se inicia.</p>
Relações internacionais	<p>Desde o seu início, a Senaes foi convidada a dialogar com representações de inúmeros países para apresentar as experiências desenvolvidas no Brasil, estabelecer cooperações internacionais e participar de fóruns de articulações em outros países e continentes. Nesse aspecto, verificaram-se avanços através da articulação da Senaes no contexto da integração regional, com destaque para os espaços institucionais do Mercado Comum do Sul (Mercosul), especialmente através da Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM), do qual passou a participar a partir de 2007. Além disso, são exemplos de países que solicitaram a participação da Senaes em eventos e espaços de cooperação:</p>

	Venezuela, Equador, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, México, Cuba, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Portugal, Timor Leste, Alemanha, Senegal, Moçambique, Angola, entre outros.
--	---

Fonte: SARDÁ, 2011, p. 61-62.

Acima, conseguimos observar que foram desenvolvidas muitas ações, que foram cruciais para o desenvolvimento da economia solidária e, principalmente, das pessoas e grupos que foram atingidas por essas atividades. Além dessas ações expostas anteriormente, tiveram muitos casos de ações realizadas, a partir de concertações institucionais com outros órgãos governamentais, como podemos observar no quadro abaixo, baseado nas informações de Sardá (2011):

Quadro 3 - Concertações Institucionais da SENAES

Instituições	Ações realizadas
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	No âmbito do próprio MTE, a Senaes interagiu e dialogou com várias ações das Políticas Públicas de Emprego. Com a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), construiu uma proposta de um novo marco regulatório para as Cooperativas de Trabalho. Além disso, a Senaes dialogou com a inspeção do trabalho no sentido de construir alternativas inclusivas no âmbito das ações de fiscalização e combate ao trabalho escravo. Com a secretária de Relações de Trabalho participou junto ao Fórum Nacional do Trabalho (FNT) na coordenação do GT-8 do FNT, chamado de Micro e Pequenas Empresas (MPE), autogestão e informalidade. Com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), a Senaes se relacionou ou se relaciona com o Programa Primeiro Emprego, com políticas de microcrédito e crédito aos empreendimentos solidários, e como o PNQ, entre outros. Avanços significativos foram obtidos no âmbito da Política de Qualificação Social e Profissional, onde a Senaes construiu, em conjunto com a SPPE, ações para a construção de metodologias e materiais didáticos para a formação de trabalhadores associados, através dos Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs), e duas versões do PlanSeQ EcoSol, em 2006 e 2008, abrangendo cerca de 16 mil trabalhadores e trabalhadoras nas cinco regiões do país. Por fim, cumpre mencionar as atividades de formação realizadas junto aos servidores do MTE, especialmente com os agentes de economia solidária dos Núcleos e Seções de Economia Solidária das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs), que demonstraram a possibilidade de uma articulação orgânica das políticas de EcoSol no âmbito do MTE.
Ministério da Saúde (MS)	Com o Ministério da Saúde (MS), especialmente com a Coordenação-Geral de Saúde Mental, a Senaes interagiu fortemente no diálogo para a construção de alternativas de geração de trabalho, renda e inclusão social para usuários do sistema de saúde mental no contexto da luta antimanicomial. Além disso, dialogou também no sentido de fortalecer as ações de geração de trabalho e renda desenvolvidos nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), contribuindo na formação de gestores da rede de saúde mental e na articulação das Cooperativas Sociais criadas nessa política com os atores da Economia Solidária nos territórios.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cabe destacar, em primeiro lugar, o esforço realizado para a construção das políticas de inclusão produtiva, tanto com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) como com a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP). Houve

	<p>cooperação na construção de editais para prefeituras e governos estaduais para ações no campo da inclusão produtiva na perspectiva da economia solidária, desenvolvidas no âmbito da política nacional de assistência social, enquanto busca de alternativas emancipatórias para os programas de transferência de renda. Com a SAIP, foi realizado um importante esforço conjunto para o apoio aos FRS, particularmente na região Nordeste do país. Com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) foram realizadas parcerias em ações estratégicas, como no campo da agricultura urbana, PAA, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, a partir do reconhecimento de que as políticas possuíam identidade de propósito e interesses comuns. Com o MDS foram realizados ainda importantes diálogos no âmbito do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), no desenvolvimento de ações e políticas para o fortalecimento da organização social e produtiva do setor da reciclagem dos materiais. Além disso, buscou-se, desde o início do governo Lula, dialogar no sentido de incorporar a economia solidária como uma ação estruturante e emancipatória nas estratégias de segurança alimentar e combate à fome.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)</p>	<p>Com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), especialmente com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), foram realizadas importantes iniciativas no âmbito dos Territórios de Cidadania, no apoio e fortalecimento das redes e espaços de comercialização solidários, através das Bases de Serviços Técnicos de Comercialização (BSCs) da agricultura familiar, do MDA, e na discussão e impulsionamento da regulamentação sobre comércio justo e solidário, materializado no Decreto Presidencial assinado em 2010 pelo presidente Lula.</p>
<p>Ministério da Cultura (MinC)</p>	<p>Com o Ministério da Cultura (MinC), sendo imenso o campo de possibilidades para o diálogo e construção conjunta de políticas culturais para o trabalho associado, cabe destacar as experiências das Teias, feiras de cultura e economia solidária que contaram com forte participação do movimento da economia solidária. Importantes também foram os diálogos estabelecidos entre os Pontos e Pontões de Cultura e os atores da economia solidária. Outra interface importante neste campo se deu através das ações de apoio à extensão universitária, em parceria com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, que resultaram na Conferência de Economia Solidária da Cultura, realizada em 2010 em Osasco/ SP, envolvendo a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>No Ministério da Educação (MEC), a Senaes encontrou, nesses oito anos, enorme receptividade nas Secretarias do MEC, que resultou em parcerias estratégicas para o fortalecimento da economia solidária e a ampliação do campo do trabalho associado às políticas educacionais. Em primeiro lugar, cabe mencionar as parcerias realizadas com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), materializada no Projeto Escola de Fábrica, na incorporação do tema da economia solidária à ampliação da rede de IFETs e na absorção do trabalho associado no âmbito do programa de certificação de saberes profissionais (CERTIFIC). Com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (Secadi) foram realizadas parcerias efetivas em diversas áreas, com destaque para a incorporação da economia solidária como eixo estruturante do Programa Saberes da Terra e os editais para apoio a atividades de formação de professores de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em economia solidária e construção de materiais didáticos – Resolução no 51/2008 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/ MEC). Cabe mencionar ainda, nessa parceria, o avanço obtido nas relações com a Secretaria de Educação Superior (Sesu), especialmente no âmbito do PRONINC. Neste caso, além de</p>

	participar do Comitê Gestor do PRONINC, em conjunto com outros 11 ministérios e órgãos públicos, além das duas redes de incubadoras, a Sesu incorporou o apoio às Incubadoras através do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), que vem ganhando importância e reconhecimento social através de chamadas regulares com a mobilização crescente de recursos.
Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)	Com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), cabe mencionar que as parcerias mais efetivas se deram por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), através de ações no âmbito do apoio à ciência e tecnologia para o desenvolvimento social. A FINEP foi parceira estratégica para a execução de várias políticas da Senaes, especialmente para o apoio ao PRONINC, o desenvolvimento da área das tecnologias sociais e o apoio ao mapeamento da economia solidária no Brasil.
Ministério das Cidades (MCidades)	Com o Ministério das Cidades (MCidades) foi estabelecido importante diálogo para o apoio aos programas de financiamento de moradias populares, principalmente pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PHS). Há um potencial considerável para o avanço da economia solidária nessa área, em especial pelas experiências existentes de construção de moradias populares em regime de mutirão e autogestão. Um exemplo disso é a ação que a Senaes desenvolveu na cidade de São Paulo, apoiando a formação de bancos comunitários em quatro mutirões com autogestão e que tem dado frutos positivos. Ao mesmo tempo, essas experiências podem contribuir para o aperfeiçoamento e maior efetividade das políticas governamentais nessa área, através do maior envolvimento das comunidades beneficiárias nas definições, construções das habitações, planejamento dos espaços de geração de trabalho e renda e equipamentos públicos, bem como para o controle social da política.
Outras áreas do Governo Federal	Outras áreas do governo federal nas quais se verificou importantes diálogos e construções intersetoriais com a economia solidária poderiam ser mencionadas, como por exemplo: com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) foram realizadas inúmeras ações no campo da Agenda 21, fazendo confluir a agenda ambiental com a economia solidária; com a Secretária Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP) ações foram realizadas para o apoio e fomento ao cooperativismo dos trabalhadores da pesca, inclusive para o apoio à Rede Solidária da Pesca; com a Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir) uma importante articulação foi realizada no âmbito das políticas para as comunidades remanescentes de quilombos, resultando na realização da Conferência Temática sobre Etnodesenvolvimento (com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o MDS, a Seppir e a Senaes); Com o Ministério do Turismo (MTur) foi possível iniciar ações concretas de apoio às formas de turismo solidário; com bancos públicos, especialmente BNB e BNDES, foram realizados importantes diálogos para a ampliação da atuação dos bancos de desenvolvimento no apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários, seja através dos FRS apoiados pelo BNB, seja através das relações estabelecidas com o BNDES no âmbito do fomento às empresas recuperadas e cooperativas de resíduos sólidos.

Fonte: SARDÁ, 2011, p. 63-65.

Conforme exposto, conseguimos identificar as conquistas que a SENAES obteve em seus primeiros 8 anos de existência; foram diversas ações e políticas voltadas às políticas sociais do trabalho, geração de renda, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, combate à miséria e a fome, cultura, entre outros. Demonstrando, assim, o quão importante a economia solidária é para o desenvolvimento de um país.

Outros dados importantes são evidenciados por Gaiger (2009), ao apresentar dados do primeiro mapeamento nacional das organizações de economia solidária do Brasil, que foi concluído em 2007, revelando a existência de aproximadamente 22.000 (vinte e duas mil) organizações, que se dividem em duas categorias principais:

Aqueles cuja atividade principal representa a fonte primordial de ocupação e de renda dos seus integrantes, desenvolvendo-se através de processos de socialização dos meios de produção ou de coletivização do trabalho. Incluem empresas autogestionárias recuperadas, grupos informais de produção, cooperativas agropecuárias e de trabalho, unidades de triagem de resíduos urbanos recicláveis e comunidades tradicionais, como pescadores e extrativistas.

Aqueles cuja atividade coletiva principal aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos seus integrantes. Compreendem as associações de pequenos produtores rurais, centrais de comercialização, cooperativas de habitação, eletrificação e crédito, bancos populares, clubes de troca e hortas comunitárias (GAIGER, 2009, p.14).

Segundo Silva et al (2018), o segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e comportou também órgãos de apoio, fomento e políticas públicas, totalizando quase 20 mil empreendimentos econômicos. O mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), projetado para identificar e caracterizar a economia solidária; fortalecer sua integração em redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo; subsidiar a formulação de políticas públicas; auxiliar na realização de pesquisas e dar visibilidade pública à economia solidária.

Desde 2012, a atuação da SENAES foi contemplada no Programa Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária, integrando o Plano Brasil Sem Miséria, de erradicação da pobreza extrema, em especial, no eixo de inclusão produtiva, reforçando ainda mais, a perspectiva da transversalidade.

Embora 2012 tenha sido o ano com maior aporte de recursos orçamentários para a SENAES notou-se o declínio da participação da SENAES e da Economia Solidária, na composição da agenda política de 2013 em diante. Cabe salientar que a desidratação das políticas públicas para a Economia Solidária, a partir de 2015, como será demonstrado mais adiante, acompanhou a crise social, política e econômica instaurada em 2013 e perdura até 2022.

A par disso, Fernandes (2020) declara que:

Em 2013 aconteceu um fenômeno social que ganhou as ruas das capitais e de uma quantidade considerável de cidades deste país. Esse movimento foi o gatilho para uma série de interpretações políticas, econômicas e sociais que até a presente data ainda geram muita controvérsia. De fato, esse evento foi o início de um processo político responsável pelo segundo procedimento de impeachment da história da Nova República, sendo esse último culminado na cassação do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2016. Mal interpretado pelo governo da primeira presidenta eleita no

país, o movimento de rua de 2013 evoluiu de tal forma que, além de retirar do governo uma mandatária eleita democraticamente sem que existissem provas de cometimento de crimes, colocou no poder do país um vice-presidente representante do que há de mais rançoso na política nacional. Michel Temer fez parte da articulação política para derrubar Dilma e tomar a frente do país para implementar uma lógica de destruição das conquistas relacionadas à proteção social da classe trabalhadora (FERNANDES, 2020, p. 17).

Nesse contexto, a SENAES foi rebaixada a subsecretaria, a partir de junho de 2016, tendo seu alcance bastante limitado por meio do recrudescimento da vontade política para consecução de suas ações. Em 01 de janeiro de 2019, a SENAES torna-se departamento e, portanto, é extinta, assim como o MTE e a temática da economia solidária foi alojada residualmente no Ministério da Cidadania, na Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana. Também nos demais órgãos federais constatou-se a retirada da economia solidária da pauta orçamentária.

Assim sendo, fica evidente que houve um esfacelamento das políticas que apoiavam e fomentavam o cooperativismo e o associativismo solidário, gerando uma perda imensurável. Visto que, a economia solidária é separada em dois setores (rural e urbano), no qual o setor rural faz parte do Ministério da Agricultura, alocada à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Com isso, a economia perdeu força dentro do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, sendo levada ao esquecimento, visto que, não se deu conta da pluralidade e necessidade da economia Solidária.

Com a volta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 30 de outubro de 2022, renasce a esperança de que a economia solidária voltará para as pautas governamentais; esperamos que os/as trabalhadores/as voltem a serem respeitados/as pelo Governo Federal.

3 PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES E OS PROJETOS VINCULADOS AO NÚCLEO UNITRABALHO

Nesta seção trouxemos uma análise do PRONINC visando demonstrar sua importância para as Incubadoras e Cooperativas Populares e conseqüente para todas as pessoas envolvidas por projetos apoiados por esse programa. Será abordado sobre o Núcleo Unitrabalho apresentando um pouco de sua história, seus objetivos, temáticas de trabalhos e metodologias utilizadas pelos seus membros no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão. Além disso, será exposto reflexões sobre as ações realizadas no programa INCUBAR evidenciando a grandiosidade que foi essa execução.

3.1 PRONINC: análise do programa

Nesta subseção, faremos uso principalmente dos dados evidenciados nos três relatórios de avaliação do PRONINC, realizados no ano de 2007, pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); em 2011 pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) e o terceiro executado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ), tendo início em 2015 e sendo finalizado em 2017.

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) surge com a intenção de fomentar e desenvolver o cooperativismo popular, que é uma forma de organização social que gera trabalho e renda, mantendo relação direta com a melhoria da qualidade de vida dos estratos mais pobres da população. Para que as cooperativas populares sejam viáveis economicamente e sustentáveis socialmente, é necessário que possuam capacidade de autogestão, o que pode ser desenvolvido e aperfeiçoado pelas universidades.

Dessa maneira, por meio de uma ação articulada no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro a (COPPE/UFRJ) criou em 1995, com o apoio da Finep e da Fundação Banco do Brasil (FBB), a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). A missão, desse projeto, era desenvolver a metodologia de incubação de cooperativas populares e de difusão dessa tecnologia social para outras universidades do país. Em 1997 foi criado o Programa (PRONINC) tendo como

signatários a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Banco do Brasil, a FBB e o COEP. Em 2003, a Finep e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego retomaram a discussão sobre os rumos do PRONINC, decidindo financiar novas Incubadoras de Cooperativas e dar apoio à manutenção das incubadoras em operação.

A Finep integrava o Comitê Gestor do PRONINC, o qual era coordenado, na época, pela Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SENAES).

No âmbito do PRONINC, empreendimentos econômicos solidários são as organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.

No tocante à incubação de empreendimentos econômicos solidários é entendida como o conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que abrange desde o surgimento até a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica desses empreendimentos.

As incubadoras de cooperativas populares são organizações que desenvolvem as ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários e que atuam como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão.

A finalidade do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), conforme o Decreto n. 7.357 de 17/11/2010 aponta o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando atingir os seguintes objetivos:

- I - geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários;
- II - construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação;
- III - articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional;
- IV - desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial;
- V - formação de discentes universitários em economia solidária; e
- VI - criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, com a finalidade de diagnosticar os resultados e demonstrar a efetivação desses objetivos foram feitas três avaliações nacionais das quais resultaram relatórios que evidenciam as ações realizadas no programa.

O primeiro relatório foi iniciado em março de 2005 e finalizado em setembro de 2007, e foi coordenado pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Nesse período, foram visitadas trinta e três incubadoras apoiadas pelo programa e foi obtida uma amostra de noventa e um grupos incubados; todos os projetos acompanhados foram financiados através da chamada pública realizada pelo PRONINC, em setembro de 2003.

Sobre a metodologia desse acompanhamento, Varanda e Cunha (2007, p. 09) afirmam que a mesma está embasada:

[...] na noção de acompanhamento evidenciando a percepção da avaliação do Programa como estratégia processual e participativa. Sendo assim, os parâmetros, conceitos e indicadores para a leitura conjunta dos projetos deveriam ser definidos progressivamente a partir da criação de diferentes formas de interação entre os atores envolvidos na construção do PRONINC enquanto política pública, como: reuniões com o comitê gestor, seminários, visitas a incubadoras e empreendimentos. Nesse processo, a FASE procurou desempenhar um papel de agente intermediador na criação de um ambiente avaliativo para o PRONINC, buscando dar maior transparência e visibilidade aos resultados e iniciativas apoiadas.

Dessa forma, com a sistematização dos dados coletados foi possível identificar os resultados alcançados pelo PRONINC, possibilitando meios para que as incubadoras pudessem produzir seus próprios indicativos e, com isso, planejar suas ações formativas junto aos grupos.

Varanda e Cunha (2007), também, evidenciam que foram executadas diversas atividades, a fim de compreender os impactos do programa, como: a revisão de documentos relacionados a história e trajetória do PRONINC e das incubadoras e construção de instrumentos de pesquisas, realizada antes do início das visitas e a partir dessas foi possível criar as questões analíticas e variáveis para a coleta de informações junto às incubadoras e núcleos.

Também foram realizados quatro seminários formativos entre os anos de 2005 e 2006; o primeiro reuniu as incubadoras, o comitê gestor e parceiros do PRONINC e teve como objetivo o compartilhamento de informações e das experiências de incubação desenvolvidas pelas incubadoras, bem como, apresentar o projeto de acompanhamento do PRONINC, dialogar e propor novas parceiras com o intuito de fortalecer as políticas públicas de geração de renda, economia solidária e inclusão social. O segundo envolveu o comitê gestor do PRONINC e representantes de incubadoras e de empreendimentos incubados da região Nordeste, no qual foram discutidas questões relativas à comercialização, financiamento e crédito. O terceiro seminário, abordou os temas da cadeia produtiva da reciclagem e do marco legal do cooperativismo. O último foi realizado em 2006, neste foi apresentado os resultados alcançados pelo programa e foi um espaço para discussão e indicações de perspectivas futuras. Outra atividade executada foram as visitas de acompanhamento às incubadoras e aos

empreendimentos incubados que possibilitaram a coleta de informações presentes no relatório e a construção de banco de dados como os expostos na tabela abaixo.

Tabela 1 - Tempo de existência das incubadoras

Tempo de existência (em anos)	Absoluto	Percentual
Mais de 10	1	3%
Entre 9 e 10	0	0%
Entre 8 e 9	2	6%
Entre 7 e 8	0	0%
Entre 6 e 7	9	28%
Entre 5 e 6	2	6%
Entre 4 e 5	3	9%
Entre 3 e 4	3	9%
Entre 2 e 3	2	6%
Entre 1 e 2	5	16%
Menor ou igual a 1	5	16%
Total	32	100%
Não informado	1	–

Fonte: VARANDA; CUNHA (2007, p. 13).

Os dados evidenciados, na tabela acima, demonstram que grande parte dessas incubadoras surgiram durante as fases do PRONINC, sendo quatorze incubadoras criadas entre 1998 e 1999, período que houve o surgimento do programa e ao menos doze foram constituídas entre 2003, ano do edital lançado pelo programa e 2005, o que constata que o PRONINC tem correlação com o surgimento de diversas incubadoras, ratificando a relevância do mesmo.

Outra informação relevante foi a questão de como estavam distribuídas essas incubadoras pelos estados brasileiros, sendo possível, verificar, na tabela abaixo, os dados que mostram a distribuição espacial dessas incubadoras pelo país e a quantidade de empreendimentos incubados.

Tabela 2 - Distribuição espacial das incubadoras e empreendimentos incubados

Regiões	Incubadoras	Empreendimentos
Norte	2	18
Nordeste	8	82
Centro-Oeste	2	16
Sudeste	12	112
Sul	9	87

Total	33	315
--------------	-----------	------------

Fonte: VARANDA; CUNHA (2007, p. 14).

A partir, dos dados expostos, os autores supracitados apresentam a quantidade de participantes nesses empreendimentos e o crescimento no número de empreendimentos e de participantes entre os anos de 2003 e 2005.

No total, as incubadoras atendiam a 315 empreendimentos (média de 9,5 por incubadora), com cerca de 9 mil participantes. Entre 2003 e 2005 ocorreu um aumento expressivo tanto no número de empreendimentos incubados (82%) quanto no de participantes (110%), o que pode ser atribuído ao surgimento de novas incubadoras e a intensificação das ações das incubadoras existentes, possivelmente como resultado da retomada do PRONINC (VARANDA; CUNHA, 2007, p. 14).

Já sobre a constituição burocrática e jurídica desses empreendimentos, 55% dos grupos incubados estavam legalmente constituídos, desses 38%, na forma de cooperativas, 14% na de associações, 2% na forma de Instâncias de Intercooperação (redes, centrais, articulações para o consumo ético e solidário) e 1% como Microempresa autogestionárias e os outros 45%, ainda, estavam sob a forma de Grupos Informais.

Com base nisso, é importante frisar a relevância das discussões sobre o marco legal do cooperativismo que aconteceu com o intuito de debater maneiras de tornar menos restritas as formas de legalização dos grupos; visto que, é possível trabalhar uma concepção mais ampla do direito, visando os empreendimentos econômicos, solidários e sustentáveis.

Outros dados significativos que podemos evidenciar do relatório de 2007 é a participação dos empreendimentos incubados concentrada nos setores de prestação de serviço; produção agropecuária; extrativismo e pesca; produção de artefatos artesanais e serviços de coleta e reciclagem de materiais. A distribuição dos empreendimentos por esses setores econômicos é apresentada de maneira diferenciada, de acordo com cada região do país. O que demonstra nesses perfis as características regionais predominantes, como nos empreendimentos ligados a produção agropecuária, extrativismo e pesca são mais difundidos nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Ao começarmos a análise dos dados do segundo relatório realizado sobre o PRONINC é possível identificar o crescimento no número de incubadoras e, por conseguinte, no número de empreendimentos incubados.

Esse segundo relatório foi realizado pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) com início em janeiro de 2010 e finalizado em junho de 2011. Assim como no primeiro relatório, o IADH fez leituras referentes ao PRONINC, atas de reuniões do comitê gestor, entre outros documentos, bem como, realizou um seminário nacional

com o intuito de debater e construir os caminhos para a realização do relatório avaliativo do programa e contou com a presença de representantes das incubadoras, dos empreendimentos incubados e gestores de instituições parceiras, tendo como objetivos do seminário:

Contribuir para a proposta metodológica da avaliação externa do PRONINC em suas três dimensões: Gestão do Programa, Desempenho das Incubadoras e Desempenho dos Empreendimentos; refletir sobre a incubação de empreendimentos econômicos solidários, considerando a visão e especificidades dos empreendimentos, das incubadoras e das entidades financiadoras e apoiadoras (IADH, 2011, p. 19-20).

Esse seminário foi uma das etapas de avaliação definidas pelo IADH como a primeira da fase para realização da avaliação e construção do relatório do programa. Convém ressaltar que esse seminário foi um:

[...] marco importante, do ponto de vista metodológico, pelas seguintes razões: i) foi feito um apanhado sobre os avanços e desafios do PRONINC, permitindo uma leitura da percepção do coletivo das incubadoras, dos empreendimentos e dos gestores; ii) foram construídas as perguntas avaliativas as quais necessitariam ser investigadas; iii) foram levantadas sugestões acerca do futuro, a partir da reflexão sobre “que PRONINC queremos”. Tudo isso subsidiou a construção das etapas seguintes, em especial a elaboração dos instrumentos de avaliação. Durante o seminário, ficou mais clara a motivação para a realização desta avaliação, dita como externa, mas que deveria ser mais próxima possível de uma reflexão coletiva capaz de contemplar todos os aspectos: dimensões, limites e possibilidades subjacentes ao Programa, enquanto política pública (IADH, 2011, p. 20).

Com base nos pontos evidenciados acima, conseguimos identificar que esse seminário foi de extra relevância e auxiliou nas tomadas de decisões durante todo o processo. Já a segunda fase foi a realização de visitas as incubadoras e aplicação de questionário as mesmas e aos empreendimentos incubados. E, na terceira fase aconteceram as oficinas temáticas com grupos de incubadoras.

Ao realizarmos a análise dos dados coletados foi possível observar que houve aumento no número de incubadoras em todas as regiões do país, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 3 - Números de Incubadoras por região

Região	Número de Incubadoras	Porcentagem
Nordeste	15	27,8%
Norte	3	5,6%
Sul	14	25,9%
Sudeste	16	29,6%
Centro-Oeste	6	11,1%
Total	54	100%

Fonte: IADH (2011, p. 28).

Além do número de incubadoras, outro número que teve aumento expressivo foi o de empreendimentos incubados, se compararmos ao primeiro relatório finalizado em 2007 houve um crescimento de aproximadamente 70%, visto que em 2007 foram identificados 315 empreendimentos incubados e em 2011, 537.

Outro fator relevante apresentado no relatório é que quarenta incubadoras identificadas relataram que a criação das mesmas teve apoio do PRONINC, o que ressalta mais uma vez o quão importante o programa é para a criação, desenvolvimento e manutenção das incubadoras e, por conseguinte, dos empreendimentos incubados. Esse fato fica mais evidente no terceiro relatório realizado sobre o PRONINC.

Quanto ao terceiro relatório de avaliação do PRONINC, este foi realizado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ), tendo início em 2015, e sendo finalizado em 2017, com apoio da rede UNITRABALHO e da rede ITCP.

Logo no início, o terceiro relatório traz em pauta um dado muito relevante sobre o PRONINC, mais especificamente, sobre o edital 89/2013 do programa, o qual apresenta a relação custo-benefício do programa demonstrada, na tabela abaixo:

Tabela 4 - Relação custo-benefício edital 89/2013 do PRONINC

Valor total executado	R\$ 15.578.569,67
Incubadoras apoiadas	84
Média de recursos por incubadora	R\$ 185.459,16
Média de recursos por empreendimento	R\$ 14.085,51
Média de recursos por trabalhador	R\$ 517,01
Média de recursos por trabalhador por mês	R\$ 21,54

Fonte: Avaliação PRONINC (2017).

Na tabela acima, é possível identificar que a média de recursos por trabalhador por mês é muito pequena, ou seja, as pessoas envolvidas nos trabalhos têm um custo baixo e mesmo assim, os resultados alcançados são de grande impacto social e econômico.

Nesse terceiro relatório de avaliação, foram identificadas 84 incubadoras, número que mais uma vez mostra que o número de incubadoras continua crescendo, o que possibilita que mais pessoas sejam abrangidas, e com isso tenham acesso a um processo formativo que visa o desenvolvimento de diversos grupos, associações e cooperativas espalhadas pelo Brasil. Desse número foi possível notar uma mudança na distribuição territorial, em especial, na região Centro-Oeste, a qual teve um aumento de 5% quanto à quantidade de incubadoras.

Se comparada a avaliações anteriores, a distribuição de incubadoras no território nacional não teve mudanças significativas. As regiões onde há mais incubadoras ainda são as regiões Sul, Sudeste e Nordeste, com proporções praticamente iguais (em torno de 25% do total). A maior alteração foi identificada na região Centro-Oeste, que registra um crescimento desde 2011, passando de 11% a 16% (SOLTEC, 2017, p. 51).

Convém observar que houve aumento no número de incubadoras nas regiões que antes tinham poucas, e isso demonstra que um dos pontos expostos como objetivo das incubadoras está realmente sendo colocado em prática, como apresenta os dados expostos por Soltec (2017), no qual 18,8% das incubadoras expuseram que um dos seus objetivos é contribuir para a formação de outras incubadoras.

Outro fator salientado no terceiro relatório de avaliação foi as atividades de incubação realizadas pelas incubadoras, nas quais pudemos perceber que esse processo de incubação permite um vasto número de atividades diferentes, que contribuem para o desenvolvimento dos empreendimentos, conforme está exposto, na tabela abaixo.

Tabela 5 - Atividades com maior peso no processo de incubação

Atividades	% que colocaram a opção dentre as 5 mais importantes
Qualificação profissional, técnica, gerencial	71,9%
Assessoria no planejamento e plano de negócios	65,6%
Assistência técnica e/ou gerencial	60,9%
Elaboração de projetos	60,9%
Formação Sociopolítica	59,4%
Assessoria na constituição, formalização ou registro	57,8%
Diagnóstico e análise de viabilidade econômica	53,1%
Assessoria em Marketing e na comercialização	51,6%
Assistência Jurídica	6,3%
Outra	3,1%

Fonte: Avaliação PRONINC (2017).

A partir dessa avaliação foi possível constatar que há uma diversidade de atividades que são praticadas pelas equipes das incubadoras e que vão além de, uma concepção tradicional de um processo de incubação, como atividades contínuas de assessoria de gestão aos empreendimentos incubados, portanto, existe uma pluralidade metodológica nas práticas de incubação, como poderá ser constatado, na tabela a seguir.

Tabela 6 - Outras atividades realizadas pelas incubadoras

Atividades	% de sim no total de incubadoras
Cursos de Formação	84,4%
Organização de feiras e espaços de comercialização	65,6%
Assessoria pontual	54,7%
Produção de materiais pedagógicos, cartilhas e manuais	53,1%
Desenvolvimento de processos e ferramentas de gestão	43,8%
Apoio a articulação política/institucional	40,6%
Elaboração/avaliação de políticas públicas	28,1%
Desenvolvimento de novos produtos	25,0%
Produção de material audiovisual, site	25,0%
Assistência técnica (ATERS)	15,6%
Desenvolvimento de outras metodologias	15,6%
Consultoria	10,9%
Desenvolvimento de artefatos tecnológicos	6,3%
Outras	9,4%

Fonte: Avaliação do PRONINC (2017).

Na tabela acima, conseguimos visualizar e compreender que realmente existe uma perspectiva diversa na atuação das incubadoras, notabilizando a pluralidade de ações realizadas, as quais estão além da formação exclusiva de um empreendimento, uma vez que existe também uma preocupação com o desenvolvimento territorial e local, a partir da produção social do conhecimento, do fortalecimento e da promoção de mobilização social, o que potencializa os resultados alcançados nesses processos, demonstrando que é necessário termos uma abordagem mais ampla e flexível para analisar as experiências das incubadoras.

Vale salientar que isso só é possível se houver uma participação dialógica e participativa no processo de incubação por parte dos membros das incubadoras e dos empreendimentos, colocando em pauta que os preceitos da economia solidária e da educação popular são princípios utilizados nesse processo.

As metodologias de incubação trazem como princípio a busca por ferramentas que levem à consolidação e conquista de condições necessárias para a autonomia organizacional e a viabilidade econômica dos empreendimentos. Dessa forma, foi possível identificar na pesquisa a construção participativa dos métodos e ferramentas como um aspecto importante no processo de incubação. Algumas incubadoras apresentaram significativos avanços nesse aspecto envolvendo estudantes e integrantes dos empreendimentos na construção do processo de incubação, buscando uma horizontalidade na relação com o respeito e valorização dos conhecimentos de cada grupo. Na pesquisa, buscamos identificar quais os princípios utilizados pelas incubadoras no processo de incubação, e foi possível perceber algumas tendências. Dentre as 64 incubadoras estudadas, temos um primeiro grupo

de princípios predominantes composto por: Educação Popular, apontado por 36 incubadoras (56,25%), tendo como principal referência Paulo Freire; a questão da Participação e dos Métodos Participativos, com 34 respostas (53,13%), com grande destaque para a Pesquisa-Ação; e o conceito da Autogestão, citado em 27 incubadoras (42,19%) (SOLTEC, 2017, p.73).

Outros princípios destacados por Soltec (2017) são: a busca pela autonomia/emancipação dos trabalhadores/as, o respeito aos fundamentos da economia solidária, a ideia da cooperação e a referência ao cooperativismo, a importância da adequação sociotécnica e do desenvolvimento de tecnologias sociais; inerente ao processo de incubação, a abordagem territorial fortalece perspectivas de desenvolvimento local e territorial, o respeito ao saber local dos/as trabalhadores/as, o uso da agroecologia, além dos empreendimentos rurais, a busca pela integração entre ensino, pesquisa e extensão e a busca pela igualdade de gênero e pelo protagonismo feminino, enfrentando também, o contexto patriarcal muito presente em nossa sociedade.

O autor supracitado, ainda, ressalta que todo esse contexto foi executado com 776 empreendimentos de economia solidária, dos quais 563 foram totalmente ou parcialmente incubados com recursos do PRONINC, fazendo uma comparação com o relatório de avaliação de 2011, constatamos que:

[...] dos empreendimentos apoiados pelas incubadoras entre os anos de 2014 e 2016 com recursos do Proninc, 40% encontravam-se não formalizados, enquanto outros 57% apresentavam algum tipo de formalização mediante associação, cooperativa ou sociedade mercantil. Fazendo uma comparação com os dados da avaliação de 2011 (IADH), percebe-se que há uma mudança na caracterização de formalização dos empreendimentos. Enquanto em 2011, os empreendimentos eram formalizados com maior frequência como cooperativas (36%), seguido de Associação (32%) e Grupo Informal (29%), em 2016, esse número mudou, e eles passam a configurar-se principalmente como empreendimentos não formalizados (40%), seguido de Associação (37%) e Cooperativa (19%) (SOLTEC, 2017, p. 82).

O autor supracitado ressalta que todo esse contexto foi executado com 776 empreendimentos de economia solidária, dos quais 563 foram totais ou parcialmente incubados com recursos do PRONINC, fazendo uma comparação com relatório de avaliação de 2011, podemos visualizar trabalhadores/as de diversas categorias sociais, representados, na tabela abaixo:

Tabela 7 - Empreendimentos por segmento

Segmento	Porcentagem
Artesãos	25,8%
Agricultores familiares	23,7%
Catadores de material reciclável	14,7%

Outros autônomos	7,5%
Beneficiadores de alimentos	4,6%
Assentados da Reforma Agrária	2,4%
Artistas	2,1%
Desempregados/desocupados	1,8%
Técnicos, profissionais de nível superior	1,2%
Outros	12,1%
Não responde	4,1%
Total	100,0%

Fonte: Avaliação do PRONINC (2017).

Conseguimos visualizar que existe um percentual diversificado de segmentos acompanhados no programa, desses Soltec (2017), expõe que 22.278 trabalhadores/as integram os empreendimentos incubados, dos quais 48,7%, quase a metade são da agricultura familiar ou de assentados/as da reforma agrária; 12% são de artesãos/ãs e 10,5% são catadores/as de matérias recicláveis, potencializando um dos objetivos propostos pela chamada 89/2013, do PRONINC, com o intuito de:

[...] gerar interfaces com outras políticas federais focalizadas no combate às desigualdades sociais. Neste sentido, era importante atingir, mediante o apoio às incubadoras, grupos vulneráveis social e economicamente, procurando inseri-los em atividades de geração de trabalho e renda. Conforme consta no próprio documento de apresentação do PBSM (Plano Brasil Sem Miséria), 47% do público alvo está na área rural, o que potencializa o trabalho das incubadoras de apoio à geração de renda para trabalhadores em condições de pobreza, principalmente por haver um intenso trabalho com agricultores familiares. Além disso, catadores de material reciclável, artesãos, desempregados são grupos que também se encaixam como prioritários pelo Plano (PBSM) do Governo Federal (SOLTEC, 2017, p. 83).

Analisando os três relatórios de avaliação do PRONINC foi possível compreender que o programa é muito importante para a geração de renda dos/as trabalhadores/as atingidos/as, mas vai muito além disso, pois a incubação nos empreendimentos proporciona uma participação mais efetiva nas decisões dos empreendimentos por parte de seus membros, maior autoestima, reconhecimento e pertencimento, cooperação no empreendimento, melhores condições de trabalho, acesso a direitos, cidadania, políticas públicas, compreensão para a formação política, relações de gênero, bem como acesso à educação formal.

3.2 Núcleo Unitrabalho: um espaço de transformação

As informações que apresentamos, nesta subseção, foram obtidas a partir do protocolo nº 36408/2018 do processo de institucionalização autorizado pela reitoria da UNEMAT, sob a portaria nº 2929/2018.

O Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho) está vinculado ao Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Teve sua primeira institucionalização realizada na UNEMAT em 24 de outubro de 2003, e sua segunda em 20 de janeiro de 2018. Tendo como áreas temáticas da extensão universitária – cultura, direitos humanos e justiça, educação e trabalho, ao analisar essas áreas conseguimos ver a dimensão de temas que são alcançados. Já quanto à pesquisa as áreas temáticas são – ciências humanas e sociais aplicadas.

Esse espaço tem como foco o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão relativas ao mundo do trabalho. Com abordagens transdisciplinares que propõem a leitura crítica e propositiva das relações de trabalho submetidas ao capital e, em contraposição, as organizações sociais do trabalho associado como processo de superação da dominação e da exploração, para a constituição de conceitos e práticas sociais de cooperação e de solidariedade.

Para a consecução dos objetivos, o núcleo mobiliza agentes da universidade, de entidades sindicais, não governamentais e movimentos sociais, bem como de gestores/as públicos. Tem como objetivo principal a análise, a geração e o desenvolvimento da cultura da solidariedade e das práticas sociais de cooperação via a organização e a formação de coletividades.

Quanto à extensão universitária, o Núcleo Unitrabalho promove a interação da universidade com os grupos sociais, sindicais e movimentos sociais para a produção social do conhecimento, isto é, das ciências e das tecnologias pertinentes para o autodesenvolvimento e solidário dos/as trabalhadores/as organizadas em coletividades. Para tanto, é exigida a necessidade de geração, apreensão e ampliação de conhecimentos conectados à cultura, à educação popular, à economia solidária, à agroecologia, ao trabalho associado e aos direitos humanos.

No que diz respeito à pesquisa, está embasada em metodologias participativas e de pesquisa-ação, a fim de investigar, sistematizar e publicar as percepções, as práticas, as relações e as estruturas sociais que constituem o complexo de existência dos grupos sociais populares (camponeses/as, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, jovens, operários), explicando as contradições socioeconômicas e culturais da dominação-exploração em relação dialética com as possibilidades de emancipação para a construção social da realidade de solidariedade-cooperação.

Sobre o ensino, o Núcleo Unitrabalho propõe desenvolver projetos de formação para gerar tempos e espaços de democracia cognitiva, socializando conhecimentos e educando pensamentos críticos e propositivos para a construção social ampliada da ciência pertinente.

Assim sendo, tem como objetivos gerais: congrega docentes, discentes e servidores/as da UNEMAT, de diferentes formações e áreas de atuação, para o desenvolvimento de conhecimentos pertinentes, e para fomentar o trabalho conjunto de natureza interdisciplinar e transdisciplinar sobre o mundo do trabalho, bem como desenvolver estudos e ações que abordem a educação e a formação profissional, saúde e trabalho, incubadoras de empreendimentos de economia solidária, trabalho infanto-juvenil, discriminação no mundo do trabalho, reestruturação produtiva, desemprego, relações do trabalho e demais temas derivados do mundo do trabalho, tanto em espaços do campo, quanto urbanos. Além disso, objetiva promover a cooperação entre pesquisadores/as congregando participantes de diversos setores, departamentos e cursos, no sentido de desenvolver estudos, pesquisas e outras ações sobre o mundo do trabalho, de acordo com programas, projetos e demais propostas institucionais ou, em atendimento às demandas das entidades sindicais, instituições governamentais e outras organizações e movimentos sociais.

Com isso, esse espaço desenvolve cursos de formação, qualificação e capacitação nos níveis da extensão universitária, da graduação e da pós-graduação, visando mecanismos que possibilitem a cooperação permanente, na perspectiva de constituição de parcerias, que assegurem a interlocução entre o conhecimento dos/as trabalhadores/as e o conhecimento produzido no âmbito das instituições de ensino superior e das instituições parceiras. Com isso, o núcleo promove na universidade o estudo, a pesquisa, a extensão e o debate permanente sobre a dinâmica das relações de trabalho, da formação e da produção social do conhecimento. O Núcleo Unitrabalho desenvolve mecanismos de elaboração, publicação e difusão das ações e experiências realizadas, as quais serão detalhadas na próxima subseção.

Com o intuito de abarcar a complexidade das relações educacionais, a partir dos contextos das práxis educativas, esse espaço demonstra ter como perspectiva os processos de conhecimento e formação emancipatórios ao problematizar o trabalho como atividade humana subsumida ao capital e, portanto, gerando ações, saberes e processos coletivos emancipatórios das estruturas e das relações do mundo do trabalho.

Ademais o Núcleo Unitrabalho perscruta as políticas públicas tendo como perspectiva a participação crítica e propositiva dos/as sujeitos/as e dos grupos sociais na configuração de ações públicas, que permite a percepção das organizações e as relações dos/as sujeitos/as sociais constituintes de ações que caracterizam os movimentos sociais na produção de novos contextos

históricos. Assim sendo, também, é fundamental a interpretação da diversidade sociocultural e ambiental estruturante da complexidade dos diferentes contextos que constituem a sociedade contemporânea.

Conseqüentemente, o núcleo visa analisar as diversas configurações socioeconômicas que constituem as bases das estruturas e das práticas da economia camponesa, tendo como perspectiva a agroecologia, tal como enfocar questões que evidenciem a relação entre saúde e sociedade contemporânea tendo como perspectivas a prevenção, ações coletivas, práticas alternativas e implementação de políticas.

Para tal, é imprescindível a elaboração de projetos para buscar financiamentos voltado às ações a serem desenvolvidas e isso é realizado de forma competente pelo núcleo, como é o exemplo do projeto INCUBAR que veremos, na subseção a seguir. É importante frisar que o Núcleo Unitrabalho desempenha a função de articular e executar projetos e atividades pertinentes aos objetivos das organizações do mundo do trabalho, através de metodologias e atividades que possibilitam construir relações de trabalho de cooperação, de solidariedade e de sustentabilidade.

Diante disso, o Núcleo Unitrabalho analisa as políticas públicas e desenvolve ações estruturantes para a constituição de políticas públicas democráticas, de inclusão social e participativas sobre e nas relações de trabalho e a educação sob diversas abordagens epistemológicas definidas em seus projetos de pesquisa, extensão e ensino, possibilitando estabelecer redes de comunicação e intercâmbio com instituições de pesquisa, extensão e ensino, com movimentos sociais e ecológicos, entidades sindicais, comunitárias e eclesiais para prestar assessorias, consultorias, propor parcerias e convênios, além de organizar e participar de eventos científicos (seminários, congressos, fóruns, amostras, painéis, anais, revistas – impressa e virtual), dando publicidade institucional aos resultados dos trabalhos.

Outrossim, o Núcleo Unitrabalho é organizado em torno de áreas temáticas que permitem que o espaço atinja os objetivos e intenções relatadas acima, como poderemos observar, no quadro abaixo:

Quadro 4 - Áreas temáticas de organização do Núcleo Unitrabalho

Área Temática	Conceituação
Educação, Trabalho e Socioeconomia Solidária	Campo que trata da formação unilateral do ser humano, apreendendo processos sociais e epistemológicos de auto-organização, autogestão, da participação crítico-propositiva, da transformação social e cultural, da subjetividade-objetividade, das condições de trabalho. Da socioeconomia solidária e do processo de organização de empreendimentos econômicos solidários. Da

	relação e interdependência entre produção, comercialização e consumo. Compreensão e implantação de estratégias das finanças solidárias. Das concepções e práticas sociais de solidariedade e de cooperação. Considerando a educação em seu sentido amplo, com ênfase na perspectiva da educação popular em seus diversos espaços, tempos e formas.
Políticas Públicas e Movimentos Sociais	Realizar uma abordagem de questões relativas às políticas de Estado, os processos democráticos de construção, da executabilidade e da avaliação das políticas públicas, a articulação, a movimentação e a organização da sociedade civil, expondo e constituindo metodologias e ações que atendam as demandas e a consecução efetiva das proposições políticas; a atuação dos movimentos sociais nos cenários político, cultural, educacional, socioeconômico e ambiental.
Diversidade Sociocultural e Ambiental	São compreendidas como áreas de conhecimento e de ação que abrange as diversas temáticas emergentes, tais como raça, etnias, gênero, geração, diferenças socioantropológicas, bem como questões interculturais, ambientais e de saúde coletiva.
Docência e Organização do Trabalho	São entendidas como um processo de formação humana com foco na relação do ensino e da aprendizagem, na organização do trabalho pedagógico, nos conhecimentos científicos, das culturas e da educação popular, das tecnologias sociais para a organização solidária dos grupos sociais e da apreensão e o desenvolvimento de práticas de cooperação para a ampliação e o aprofundamento da cultura do trabalho associado.
Economia Camponesa e Agroecologia	São temáticas que orientam as discussões a respeito da sustentabilidade, meio ambiente, solidariedade, educação do campo e processos organizativos políticos, produtivos, econômicos e sociais do complexo da agricultura familiar, segurança alimentar e territorialidade.

Fonte: Arquivos do Núcleo Unitrabalho.

Com as áreas temáticas e suas conceituações evidenciadas acima conseguimos ter a percepção da riqueza de conhecimento que é produzida, a partir do Núcleo Unitrabalho e das relações que as ações desse espaço proporcionam, construindo ideias, (des)construindo barreiras, criando e (re)criando maneiras de interagir, de trocar, de compartilhar, de apreender, de produzir conhecimento socialmente, de transformar. Na subseção abaixo, faremos algumas reflexões sobre as ações do projeto INCUBAR, que foi desenvolvido no espaço de transformação Núcleo Unitrabalho.

3.3 Projeto INCUBAR: reflexões sobre ações dialógicas

O Projeto Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana (INCUBAR) foi contemplado na chamada Nº 89/2013 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Secretaria de

Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS), Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTE), Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Linha A: Apoio ao fortalecimento de incubadoras tecnológicas de economia solidária, a presente Chamada teve por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários e que possam contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil.

Sendo que, para fins dessa chamada e de acordo com o Decreto nº 7.357, de 17/11/2010 entendemos a incubação de empreendimentos econômicos solidários como o conjunto de atividades sistemáticas de pesquisa, formação e assessoria técnica e tecnológica que abrange o surgimento do empreendimento econômico solidária até a sua consolidação e que busca, através da troca de conhecimentos fazer com que os empreendimentos, no fim do processo conquistem autonomia organizacional e viabilidade econômica.

O projeto foi coordenado e desenvolvido pela equipe do Núcleo Unitrabalho da UNEMAT, que foi constituída por professores/as pesquisadores/as, além de contar com 4 bolsistas técnicos/as e 14 bolsistas graduandos/as em seu quadro organizacional. A partir do relatório do projeto INCUBAR conseguimos identificar todos/as educadores/as que participaram do projeto nesta função e, dessa forma, selecioná-los como atores de nossa pesquisa. Sobre o Projeto, em seu relatório final, fica evidente a importância de programas como o PRONINC, enquanto política pública que gera o desenvolvimento real da sociedade, ao ressaltar que o PRONINC é uma fortaleza de inclusão de pesquisadores/as para o desenvolvimento de atividades de extensão universitária na perspectiva da educação popular. É ao mesmo tempo a edificação de sistemas investigativos vigorosamente fundados na pesquisa-ação, que tem como parâmetro a produção social de conhecimentos para o entendimento, a interpretação, a inteligência e a transformação da realidade social. Aproxima-se do conceito de ecologia dos saberes, ao mesmo tempo, é um diálogo participativo de interação dos movimentos e dos grupos com a universidade.

Nesse sentido, é possível ver a relevância do projeto e das ações por eles desenvolvidas, tal qual, também é importante enfatizar as diversas parcerias com instituições de ensino superior, escolas de ensino fundamental e médio que foram contemplados, a partir das atividades do projeto, tornando o Núcleo Unitrabalho e a INCUBEES grandes espaços de efetivação de redes de trocas e compartilhamentos de saberes e experiências para a produção social do conhecimento, possibilitando-nos o aprofundamento dos conhecimentos sobre as

multidimensões da realidade. No quadro abaixo, vamos expor as escolas, universidades e institutos que tiveram parceria com o projeto:

Quadro 5 - Instituições de Ensino Superior e Escolas de Ensino Fundamental e Médio que foram parceiras no desenvolvimento do Projeto INCUBAR

Instituições	Objetivo
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (Campus de Cuiabá – MT)	Parceria para atividades conjuntas com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação.
Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) (Campus de Cáceres – MT)	Articulação com professores que realizam o Mestrado em Educação na UNEMAT e extensão universitária a fim de desenvolver atividades para o desenvolvimento educacional e econômico dos pescadores de Cáceres.
Escola Estadual 12 de Outubro (Cáceres – MT)	Tem como finalidade o desenvolvimento de atividades de formação com educadores/as, estudantes e agricultores/as nas temáticas da educação do campo, currículo, docência e economia solidária.
Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida (Cáceres – MT)	Tem como finalidade o desenvolvimento de atividades de formação com educadores/as, estudantes e agricultores/as nas temáticas da educação do campo, currículo, docência e economia solidária.
Escola Municipal Paulo Freire (Cáceres – MT)	Base para articulação da formação e da incubação do Grupo de Mulheres do Vale do Sol.
Escola Estadual Madre Cristina (Mirassol D'Oeste – MT)	Base para articulação e desenvolvimento do projeto em inter-relação com a Associação Regional de Produção Agroecológica (ARPA).
Escola Estadual José Lima Barros (Nossa Senhora do Livramento)	Tem como objetivo a formação de jovens estudantes, agricultores/as e educadores/as nas temáticas da educação do campo e economia solidária.

Fonte: Relatório Final Projeto INCUBAR – Núcleo Unitrabalho, 2017.

No quadro acima, conseguimos ter uma dimensão melhor do quão amplo o projeto INCUBAR foi e que a soma dessas parcerias possibilitou que o projeto se desenvolvesse de uma maneira dialógica com trocas de saberes, experiências e aprendizados; que ao serem compartilhados mostrou a grandeza que há na E interação de pessoas e culturas. E, além dessas parcerias com instituições educacionais, o projeto INCUBAR, também, proporcionou a interação com entidades, movimentos sociais e grupos sociais, como podemos verificar, no quadro abaixo:

Quadro 6 - Entidades, movimentos sociais, grupos sociais e organizações parceiras do projeto INCUBAR

ASSOCIATIVISMO
Associação de Cooperação da Agricultura Familiar Camponesa (ACOOOPERFRON)
Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP)
Associação Centro de Tecnologia Alternativa (ACTA)
Associação Regional de Produção Agroecológica (ARPA)
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Distrito do Faval
Associação dos Produtores do Cinturão Verde
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennés (CDHMB)
Rede de Educação Cidadã (RECID)
União da Juventude Socialista (UJS)
Fórum Cacerense de Economia Solidária (FOCAES)
Comissão Permanente de Mulheres
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
Grupo de Estudos para a Educação das Relações Étnico Raciais (GEPRER)
ORGANIZAÇÕES ECLESIAIS
Cáritas Diocesana de Cáceres
Diocese de Cáceres
Pastoral da Juventude da Paróquia Santíssima Trindade
Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
ORGANIZAÇÕES SINDICAIS
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres (STTR)
Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP Subsede de Cáceres)
MOVIMENTOS SOCIAIS
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)
GRUPOS SOCIAIS
Grupo de Mulheres do Vale do Sol – Assentamento Nova Conquista
Mulheres do Jardim Padre Paulo
Jovens do Jardim Padre Paulo
Mulheres do EMPA
Jovens do EMPA
Acampamento Cássio Ramos
Grupo de Jovens do Assentamento Roseli Nunes

Fonte: Relatório Final Projeto INCUBAR – Núcleo Unitrabalho, 2017.

O número de associações, movimentos e grupos sociais e eclesiais que foram parte do projeto INCUBAR evidenciam que as inter-relações entre as instituições aconteceram e, que dessa maneira, é possível compreender que todas elas são mobilizadoras e constituidoras de conhecimentos significativos e pertinentes para a ciência e para a ação de planejamento e de governança das múltiplas situações que ocorrem nos territórios onde se localizam. É válido frisar que algumas dessas associações e grupos sociais foram constituídos no desenvolver das ações formativas do projeto, alguns exemplos são a: Associação de Cooperação da Agricultura Familiar Camponesa (ACOOOPERFRON), a Associação dos Produtores do Cinturão Verde e o Grupo de Mulheres do Jardim Padre Paulo. E, além da criação de novos grupos e associações, há também o fortalecimento e a troca de experiências realizadas com grupos já constituídos, que renovam estratégias, ações e funcionamento, a partir do processo formativo e atuam de forma perspicaz ao aprender e compartilhar saberes valorizando a interação com os grupos.

A busca por essas interações são partes do que a metodologia de incubação solidária destaca, pois vai além da presença nos territórios e se torna uma expectativa e uma indispensabilidade da concertação institucional com órgãos públicos para o real desenvolvimento e a avaliação de políticas públicas voltadas para temas importantes como a economia solidária, a educação do campo e a agroecologia.

Dentro dessa concertação institucional, o Núcleo Unitrabalho conseguiu realizá-la com alguns órgãos públicos como o Ministério do Trabalho e Previdência Social - Secretaria

Nacional de Ciência e Tecnologia – através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a partir da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS).

Esses dois ministérios são os proponentes da Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq N° 89/2013, pelo qual foi aprovado o projeto: Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana, projeto INCUBAR. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como meio para a gestão dos recursos públicos e o pagamento de bolsas de pesquisa e extensão dos projetos aprovados.

Com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Secretaria Especial da Juventude (SNJ) vinculada a (Presidência da República). O INCRA e a SNJ propuseram a Chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPq N° 19/2014. No tocante ao fortalecimento da Juventude Rural, nesse edital foi aprovado o Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-Tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes – Mirassol do Oeste – MT. Esse projeto é denominado dentro do Núcleo Unitrabalho de “Juventude Camponesa”.

Também com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECITEC), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), através do Edital Universal 2014 foi aprovado o projeto de pesquisa: “A Docência na Educação do Campo: análise da constituição de identidades e práticas pedagógicas” coordenado pela Prof. Dr.^a Loriege Pessoa Bitencourt e o projeto de pesquisa: “Configuração Socioprodutiva da Economia e Cultura Camponesa: análise da organização econômica e de capacidades de processos inovadores em três territórios de agricultura familiar”.

Com a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (SEAF): o vínculo do Núcleo Unitrabalho ocorre pela representação de seu coordenador no Conselho Estadual de Economia Solidária.

Com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Núcleo Unitrabalho negociou a participação para o desenvolvimento de projeto Pró-Catador. Também, com a Prefeitura Municipal de Cáceres, para o desenvolvimento do projeto Cáceres Recicla, no qual, a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado com o Ministério Público Estadual o Núcleo Unitrabalho desenvolveu atividades de formação e mobilização dos catadores/as e a

organização de um empreendimento econômico solidário para a coleta seletiva dos resíduos sólidos.

Vale acentuar que todas essas relações e concertações foram possíveis nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff, bem como foram nesses governos que os projetos citados acima puderam acontecer, uma vez que havia a valorização da ciência e tecnologia, da inovação, da educação e, principalmente, das pessoas mais pobres.

Essas secretarias, programas e projetos que debatiam e traziam apoio e fomentavam programas e projetos voltados ao desenvolvimento social sustentável, à economia solidária, à agroecologia e, etc. Além disso, é importante ressaltar que as políticas públicas desses vieses perderam força, a partir do golpe de 2016, quando o presidente Michel Temer assumiu e, foram praticamente esquecidas quando o presidente Jair Bolsonaro assumiu em 2019, com seu ‘governo da morte’.

Ainda sobre a relevância de projetos como o INCUBAR é importante frisar que foram 14 experiências de incubação solidária de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, que desenvolvem práticas diversas, entre elas – a agricultura familiar, pescado, resíduos sólidos, artesanato e culinária, nos quais estão envolvidos sujeitos sociais como – camponeses/as, pescadores/as, mulheres jovens, consumidores/as solidários/as, estudantes, pesquisadores/as, militantes sociais, sindicais, eclesiais e etc.

Da mesma maneira, é preciso citar outros espaços coletivos de consumo, comercialização e organização que surgem, a partir das ações desenvolvidas no projeto INCUBAR, como é o caso da Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL), que é um espaço aberto de encontro de pessoas da comunidade, com produtores, educadores e estudantes da universidade e, simboliza o encontro de troca de experiências, saberes, conhecimentos, práticas e tecnologias sociais. Como destaca Castrillon *et al.* (2018, p. 06):

A FEISOL é um espaço conquistado a partir da luta e organização dos agricultores, jovens, mulheres, tornando também um espaço coletivo de promoção da cultura de prosumidores (do encontro entre produtores e consumidores) para o reconhecimento das pessoas, dos processos, dos produtos, dos saberes e das práticas que caracterizam as vivências socioeconômicas solidárias e sustentáveis no território de Cáceres.

É importante destacar que a FEISOL surge com empenho dos/as educadores/as do Núcleo Unitrabalho, que realizam a comunicação com as pessoas conhecidas na região urbana do município de Cáceres, portanto, fazendo todas as fases de venda dos produtos (venda por ligação e mensagens, entrega dos produtos) bem como, o debate sobre os significados da economia solidária e da agroecologia com os/as consumidores/as. Os/as educadores/as do Núcleo Unitrabalho durante o processo formativo e de incubação solidária dos

empreendimentos, ajudaram a plantar, colher, transportar, vender, entregar, cobrar e prestar contas dos produtos vendidos.

Com o desenvolvimento da incubação solidária desses empreendimentos, a FEISOL recebeu a total inserção dos/as produtores/as nas vendas dos produtos no espaço do pátio da UNEMAT. Desse modo, as responsabilidades passam a ser compartilhadas e acontece um processo significativo de aprendizagem e autoconfiança, pois, os produtores, camponeses, artesãos reconhecem a importância do seu trabalho e do seu produto. Simbolizando a tomada de autonomia por parte dos produtores de realizar a feira, torná-la um espaço de compartilhamento de saberes e experiências entre produtores/as, professores/as e estudantes da universidade e público em geral, com a atitude do diálogo, do bom servir e a aprendizagem contínua da auto-organização. Nessa perspectiva, é possível afirmar que a FEISOL:

É uma iniciativa socioeconômica e cultural autogestionária de produtores, associados, entidades de apoio e consumidores, criada para viabilizar a exposição, a comercialização e a divulgação de produtos e trabalhos de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (EESS). Ainda, estabelece um espaço coletivo de promoção da cultura de encontro entre produtores e consumidores, para o reconhecimento das pessoas, dos processos, dos produtos, dos saberes e das práticas, que caracterizam as vivências socioeconômicas solidárias e sustentáveis (RIBEIRO; SILVA, 2021, p.155).

Outro espaço coletivo que surge a partir das ações do projeto INCUBAR é a Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável (COOPERSSOL), que é uma cooperativa de viés inédito no município de Cáceres, pois tem como preceitos a cooperação, a auto-organização, a autogestão, a ajuda-mútua, a agroecologia e comercialização solidária, que são fundamentados em alguns dos princípios da Economia Solidária como a luta contra a expropriação do trabalho, o bem viver e a solidariedade, que podemos identificar no estatuto social da COOPERSSOL.

I - Promover o consumo solidário e sustentável integrando produtores e consumidores para gerar a cultura de prosumidores. II - Estabelecer redes de cooperação e colaboração solidária para iniciativas de cooperação e de sustentabilidade. III - Prestar serviços aos cooperados, congregando-os com base na reciprocidade e colaboração mútua. IV - Satisfazer necessidades de consumo, bem como, o fomento ao consumo consciente e a organização de cadeias produtivas solidárias e ecológicas. V - Integrar e fortalecer redes de colaboração de empreendimentos econômicos solidários. VI Atuar na formação da consciência social solidária e sustentável. VII - Participar em espaços públicos para a difusão da filosofia e da ética solidária e sustentável. VIII - Estabelecer processos educacionais para a cultura da auto-organização e autogestão (COOPERSSOL, 2019, p. 04).

Os objetivos que a COOPERSSOL preconiza são características da Economia Solidária, tanto por ser uma cooperativa autogestionária, quanto por ser uma cooperativa de consumo solidário e sustentável. Assim sendo, Azevedo (2003) sobreleva algumas particularidades desse

modelo de cooperativa como o caráter coletivo das experiências, generalização de relações de trabalho não assalariadas, o exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos, etc.) e a inserção cidadã das iniciativas, ou seja, respeito ao consumidor, ao meio ambiente, a participação ativa, presença na comunidade, entre outras, quanto pelo fomento do trabalho associado dos/as camponeses/as que fornecem produtos para a comercialização, fazendo com que o trabalho não seja submisso ao capital, não seja absorto e nem alienante, não produza ‘mais-valia’ e oportunize que os incluídos produzam de forma coletiva uma nova concepção de mundo e de trabalho.

Nessa mesma linha de pensamento, Souza (2019, p. 80) afirma que a COOPERSOL é um:

[...] espaço de comercialização organizado com perspectivas distintas ao do mercado capitalista, vem buscando fomentar a interação entre produtores e consumidores no sentido de que juntos possam experienciar e fazer trocas de saberes que promovam e aperfeiçoem práticas de produção responsável e sustentável e de consumo como ato político crítico e consciente das suas interligações educativas e culturais.

Isso posto, conseguimos ver dois importantes exemplos que surgem, a partir das atividades de incubação solidária desenvolvidas no projeto INCUBAR e que também são espaços que as associações, cooperativas, grupos formais e informais podem e utilizam para comercializar seus produtos.

Outro aspecto fundamental intrínseco do projeto é a produção e socialização dos conhecimentos, ou seja, a realização de eventos científicos, cursos de extensão, publicação de livros e cadernos pedagógicos, como poderemos constatar, no quadro abaixo:

Quadro 7 - Produção e Socialização dos Conhecimentos

Eventos, Cursos, Livros e Cadernos	Ano	Tipo
IV ENCAESES – Encontro Cacerense de Economia Solidária: produzir e viver associativa e sustentavelmente	2014	Evento
I Workshop de Constituição e Consolidação de Grupos de Pesquisa do Núcleo UNITRABALHO	2014	Evento
I Workshop de Articulação Institucional e Planejamento do Projeto Cáceres Recicla	2014	Evento
V ENCAESES – Encontro Cacerense de Economia Solidária: relações de gênero e juventude	2015	Evento
II Workshop de Constituição e Consolidação de Grupos de Pesquisa do Núcleo UNITRABALHO	2015	Evento

VI Feira Pantaneira: Saberes e Sabores	2015	Evento
I Workshop: fortalecimento do desenvolvimento da agricultura familiar no território da fronteira	2015	Evento
VI ENCAESES – Encontro Cacerense de Economia Solidária: ecologia de saberes, formação e ação	2016	Evento
III Workshop de Constituição e Consolidação de Grupos de Pesquisa do Núcleo UNITRABALHO	2016	Evento
IX Feira Pantaneira: Saberes e Sabores	2016	Evento
Introdução aos Fundamentos da Educação e Socioeconomia Solidária	2014	Caderno
Produção Social do Conhecimento: métodos e técnicas de investigação-ação	2014	Curso
Socioeconomia Solidária: referenciais históricos, teóricos e práticas sociais	2014	Caderno
Educação Política: fundamentos teóricos e práticas sociais	2015	Caderno
Grupo de Estudo: Educação do Campo e Economia Solidária – reflexões sobre a educação popular	2015	Curso
Livro – Educação e Socioeconomia Solidária: fundamentos da produção social do conhecimento	2019	Livro
Caderno Pedagógico IV – Práticas de Incubação Solidária	2016	Caderno

Fonte: Relatório Final Projeto INCUBAR – Núcleo Unitrabalho, 2017.

Conseguimos aqui contabilizar algumas das produções realizadas no projeto INCUBAR e outras que são frutos do mesmo, como o livro *Educação e Socioeconomia Solidária: fundamentos da produção social do conhecimento* e o caderno pedagógico *Práticas de Incubação Solidária*. Além desses, é importante destacar que fundamentados nas atividades do projeto INCUBAR foram produzidos pelo menos 10 trabalhos de conclusão de cursos de graduação; 19 de conclusão de curso em nível de especialização e 4 dissertações de mestrado, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 8 - Produções acadêmicas realizadas no projeto INCUBAR

Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação	
Título do Trabalho de Conclusão de Curso	Autor/a
Educação do Campo: perspectivas para a construção de um currículo pertinente na Escola Municipal Marechal Rondon	Márcia Aparecida de Barros

Economia Solidária: análise do processo de formação do Grupo de Mulheres do Jardim Padre Paulo em Cáceres-MT	Fernanda da Silva Muniz
Economia Solidária: análise do processo de formação do preço de venda justo da ACOOPERFRON	Thiago Wanderson Zorzan Santana
Cooperativa de Consumo Solidário em Cáceres/MT: análise do processo de estruturação da contabilidade gerencial	Rosiléia Aparecida Coelho
Educação Solidária: análise do processo de formação de agricultores(as) para economia solidária no Distrito do Faval no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT	Maria Vanise Barbosa
Contabilidade Gerencial: impactos econômicos-sociais no desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários de Cáceres/MT	Lizandra Ozeia de Oliveira
O Efeito da Geração de Renda para Agentes Econômicos no Processo da Comercialização: análise a partir da Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL)	Evelyn Oliveira Cardoso Santos
Educação do Campo e Contabilidade: aprendizagens contábeis com os jovens do campo no assentamento Nova Conquista – Cáceres/MT	Marcela Ferreira do Nascimento
Etnomatemática e Economia Solidária: leitura dos saberes matemáticos na produção da associação dos produtores e das produtoras de trabalho associado e agroecológico do território do Facão – UNIFAC	Luan Benedito Oliveira da Silva
Estudo das concepções de docência e de educação do campo dos educadores do território da fronteira Brasil/Bolívia	Leila Aparecida Bispo da Cunha Santos
Monografias de Pós-Graduação Lato Sensu	
Título da Monografia	Autor/a
Análise do Processo de Formação no Curso de Economia Solidária: um olhar acerca da Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D'Oeste – MT	Márcia Aparecida de Barros
Aprendizagem para o Trabalho Associado: alternativa de organização e comercialização	Jucilene de Oliveira Martins
Processo de Constituição da Cooperativa de Consumo: desafios e possibilidades jurídicas	Maria José Dantas Souza
Processo de Organização da Feira de Economia Solidária e Agroecologia – FEISOL	Douglas Alexandre de Campos Castrillon Junior
Formação e Metodologia de Incubação Solidária para reabertura da Farinheira na Comunidade Tradicional Distrito do Faval no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT	Eliane dos Santos Martinez Paezano

Contabilidade Tributária e os Tributos Federais: análise comparativa entre uma sociedade comercial e uma sociedade cooperativa	Suzely Paizano Neves
A Utilização da Etnomatemática pelo Grupo de Jovens do Projeto Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes, Mirassol D'Oeste – MT	Renata Cristiani da Silva
Jovens Mulheres do Assentamento Roseli Nunes	Maínis Conceição Malvezi Lourenço
Agricultura Familiar em Mato Grosso: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Vivieni de Paulo Melo
Mulher e questão do Trabalho nos Empreendimentos de Economia Solidária: questões para o Debate	Juliete Teoronio Batista
Análise do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Produzidos pelos Grandes Geradores de Resíduos no Município de Cáceres – MT	Fabiana Cristina da Silva Coelho Teixeira
Produção de Mudanças de Espécies Florestais para o Reflorestamento na Região Sudoeste de Planejamento do Estado de Mato Grosso	Esvanio Édipo da Silva Ferreira
Processo de Formação dos Catadores e Catadoras de Resíduos Sólidos na Transição do Lixão para o Centro Público de Triagem: desafios da passagem da dimensão individual para o trabalho associado	Maria Catarina Cebalho
O Trabalho a partir da Cultura e Lazer com os Adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres	Alessandro Barros
Economia Solidária e Pescadores: uma análise sob a perspectiva prática de implementação de um empreendimento econômico solidário no município de Cáceres – MT	Camila Percilyana de Lima e Silva Alves
O Papel da Formação na Vida das Trabalhadoras e dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária	Luzinete da Silva
Participação Social e Efetivação de Políticas Públicas Correlatas e Atuação dos Catadores de Materiais Reutilizáveis	Terezinha Rodrigues da Silva
Organização do Trabalho Associado no Centro Público de Triagem no Município de Cáceres – MT	Erika Fátima de Arruda
Dissertações de Mestrado	
Título da Dissertação	Autor/a
Socioeconomia Solidária: a ressignificação do corpo feminino no processo educativo de produzir e reproduzir a vida em coletividade	Aline Pereira Dutton
Formação dos/as educadores/as do campo e a territorialização da educação do campo: concepções e práticas dos sujeitos da escola estadual Madre Cristina	Eliane dos Santos Martinez Paezano

Processo de Formação e Organização para o Trabalho Coletivo da Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D'Oeste/MT	Márcia Aparecida de Barros
Juventude Camponesa e Permanência no Campo: dilemas e desafios nos processos socioespaciais no Assentamento Roseli Nunes, Município de Mirassol D'Oeste – MT	Cristiane Gonçalves Ribeiro

Fonte: Relatório Final Projeto INCUBAR – Núcleo Unitrabalho, 2017.

Nessas produções foram debatidos temas importantes como: economia solidária, agroecologia, desenvolvimento territorial, território, cooperativismo, educação do campo, educação popular, juventude camponesa, permanência no campo, trabalho associado, políticas públicas, reflorestamento, resíduos sólidos, mulheres camponesas, catadores e catadoras de matérias recicláveis, agricultura familiar, etnomatemática, contabilidade, comercialização, consumo solidário, entre outros.

Além dessas produções, tiveram diversos trabalhos aprovados em eventos acadêmicos/científicos, os quais somam aproximadamente 140 artigos, resumos e relatos apresentados pelos educadores/as do Núcleo Unitrabalho durante o desenvolvimento do projeto INCUBAR. O quantitativo de trabalhos aprovados em eventos demonstra que os educadores/as, além de participarem de grupos de estudos, organizar eventos e rodas de conversas, conseguem expressar suas atividades em trabalhos científicos. Com isso, tais trabalhos publicados permitem alcançar grupos de outras regiões do país ou até mesmo de outros locais do mundo, divulgando não apenas as ações e debates teóricos, mas também, os incentivos que os projetos recebem para a realização de suas atividades.

4 PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO NA INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA: CONCEITOS DE TRANSFORMAÇÃO

Nesta seção, temos como foco apresentar a Produção Social do Conhecimento na Incubação Solidária, a partir das falas dos/as educadores/as do Núcleo Unitrabalho sobre o desenvolvimento e suas vivências do/no projeto INCUBAR, evidenciadas no questionário realizado durante a escrita desta dissertação, e no relatório final do projeto INCUBAR.

Assim sendo, discorreremos sobre a relevância da Produção Social do Conhecimento ressaltada nas experiências desenvolvidas pelos/as educadores/as durante o processo de Incubação Solidária.

4.1 Produção social do conhecimento: a interação de saberes

Quando falamos em saberes, nosso primeiro pensamento é sobre os saberes científicos, professores e pesquisadores. Esse conhecimento é importante e necessário e, deve ser valorizado, porém, devemos ampliar nosso olhar para os saberes populares que também são importantes para a sociedade.

Os saberes populares representam uma forma de conhecimento que é construída, a partir das experiências e das vivências das pessoas em suas comunidades. Nesse sentido, a educação popular surge como uma maneira de valorizar e respeitar os saberes, promovendo a troca de conhecimentos entre as pessoas e possibilitando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Além disso, a Educação Popular não se limita ao ambiente escolar, podendo ser aplicada em diferentes contextos, como nas famílias, nas comunidades e nos movimentos sociais. Em resumo, os saberes populares são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, e a interação entre esses saberes e as pessoas é uma forma de produção social do conhecimento. Por conseguinte, é possível compreender que:

[...] o saber serve à interação entre saberes. A interação dialógica entre campos, planos e sistemas do conhecimento serve ao adensamento e ao alargamento da compreensão de pessoas humanas a respeito do que importa: nós-mesmos; os círculos de vida social e de cultura que nos enlaçam de maneira inevitável; a vida que compartilhamos uns com os outros; o mundo e os infinitos círculos de realização do Cosmos de que nós, os seres humanos, somos parte e partilha. Todo o conhecimento competente não vocacionado ao diálogo entre saberes e entre diferentes criadores de saberes – inclusive os situados fora do campo das ciências acadêmicas e dos saberes autoproclamados como cultos e/ou eruditos – não tem mais valor do que o de sua própria solidão (BRANDÃO; BORGES, 2008, p. 57).

Os autores reafirmam que devemos avultar nossos olhares para os/as camponeses/as, catadores/as, artesãos/as, pescadores/as, entre outros, uma vez que essas pessoas também carregam consigo diversos saberes importantes e que podem nos auxiliar até mesmo na construção dos saberes científicos.

Nesse sentido, em nosso questionário perguntamos aos/as educadores/as: Como eram as metodologias de organizações das atividades formativas no Núcleo Unitrabalho? Em resposta, a educadora Maria relatou que:

A metodologia tinha como fundamento os princípios da educação popular, envolvia os sujeitos do coletivo em um diálogo sobre a realidade local, identificando as demandas e reconhecendo as potencialidades, a partir desse reconhecimento definia-se os objetivos, as metas e as atividades a serem desenvolvidas com o grupo.

Em vista disso, a interação entre saber científico e saber popular faculta a escuta das necessidades dos grupos incubados, permitindo-nos que o conhecimento científico seja aplicado de forma mais contextualizada e adaptada às necessidades de cada grupo.

Zart (2020) evidencia que a incubação solidária possibilita práticas sociais numa concepção de dialogicidade do aprender e do fazer. Dessa forma, compreendemos que a produção social do conhecimento na metodologia de incubação solidária é concertada através de um processo participativo e coletivo, fundamentado nos princípios da educação popular e da economia solidária. A metodologia envolve os atores do coletivo, ou seja, as pessoas que fazem parte da comunidade ou grupo em questão, em um diálogo aberto e democrático sobre a realidade local. Nessa inter-relação dialógica, os participantes têm a oportunidade de compartilhar suas experiências, saberes e vivências, permitindo uma troca de saberes entre todos/as os/as envolvidos/as. Esse processo de escuta ativa e respeitosa possibilita a identificação das demandas e desafios enfrentados pela comunidade, bem como o reconhecimento das potencialidades e recursos disponíveis no local.

Com base nesse reconhecimento, são definidos os objetivos, metas e atividades a serem desenvolvidos em conjunto. A produção do conhecimento ocorre de forma coletiva, na qual os saberes locais são valorizados e integrados com outros conhecimentos trazidos por educadores/as envolvidos/as no processo de incubação solidária. Os saberes e experiências individuais são compartilhados e reconhecidos como importantes contribuições para o processo educativo e para a busca de soluções para os desafios enfrentados pelos grupos e/ou empreendimentos.

A partir disso, é importante ter a pesquisa-ação como método de trabalho, pois esta permite ter essas inter-relações dialógicas de saberes e experiências, como aponta a educadora Eliane:

No Núcleo Unitrabalho desenvolvemos os projetos com a metodologia da pesquisa-ação que é uma pesquisa social com uma base empírica que é realizada pesquisa e ação. Assim sempre desenvolvemos nosso trabalho buscando uma aproximação com o grupo ou empreendimento, nos envolvemos com diagnósticos socioeconômicos para conhecer a realidade e após a análise do mesmo levamos de volta esses dados e junto com o grupo/comunidade identificamos as necessidades para que tipo de formação o grupo/comunidade necessita.

Dessa maneira, a pesquisa-ação é relevante para o desenvolvimento da incubação solidária com vistas à produção social do conhecimento, pois ela permite uma abordagem prática e participativa que valoriza a construção coletiva dos saberes. El Andaloussi (2004) afirma que a pesquisa-ação permite compreender a realidade específica do grupo/comunidade, levando em conta o contexto socioeconômico, cultural e histórico em que estão inseridos. Isso permite que as ações e formações propostas sejam adequadas e relevantes para as necessidades locais.

É importante registrar que a pesquisa-ação é fundamentada em uma base empírica, ou seja, na coleta e análise de dados reais sobre e na/da realidade do grupo/empreendimento. Isso garante que as intervenções sejam executadas em fatos concretos e não em suposições. Não se limitando apenas a entender a realidade, mas também, buscando promover mudanças e transformações sociais. Por meio do envolvimento direto do grupo/empreendimento na identificação de necessidades e na busca por soluções, a produção de conhecimento é definida com objetivos de impacto social e melhoria das condições de vida desses/as trabalhadores/as.

Possibilitando a interação entre os atores, educadores/as e os grupos/comunidades promovendo um diálogo de saberes, no qual conhecimentos acadêmicos e técnicos se misturam com saberes populares e experiências vivenciadas no local. Esse aprendizado mútuo enriquece o processo de produção social do conhecimento. Além disso, a educadora Eliane destaca que:

Foram realizadas diversas atividades, com muitas experiências importantes na produção de conhecimento científico, propiciando um grande aprendizado para minha formação, tanto acadêmica, quanto pessoal. As experiências aqui vivenciadas foram importantes pois a relação com pessoas de outras realidades trouxe várias trocas de conhecimentos.

A interação entre os diferentes saberes contribui para que o conhecimento acadêmico seja enriquecido com a experiência prática das pessoas, dos grupos e vice-versa, tornando as soluções mais relevantes e eficazes. Essas “trocas de conhecimentos” evidenciados pela educadora é a produção social do conhecimento que a incubação solidária possibilita.

Ao perguntar sobre qual era a compreensão sobre a produção social do conhecimento, o educador Thiago destacou que o conceito citado é o: “*conhecimento produzido entre o educador e o educando. Não só uma das partes que produz e sim ambos compartilhando os conhecimentos para formar uma ideia*”, mais uma vez temos uma resposta que evidencia a importância da interação entre os saberes científico e popular e, também da relação dialógica entre educador/a e educando/a. Brandão (1986) demonstra que devemos dar valor a palavra do outro, ou seja, ouvir o outro, a fim de possibilitar a interação de saberes.

Ainda sobre esse conceito, a educadora Cristiane evidencia que a produção social do conhecimento é a “*produção onde damos destaque e traz-se a voz dos sujeitos da base dos grupos sociais onde estamos inseridos como pesquisador, bolsista, militante, educadora, e esse conhecimento é reconhecido e descrito com argumentos e justificativa teórica de sua empiria*”. A empiria valoriza o conhecimento gerado, levando em consideração as experiências práticas e vivências reais dos empreendimentos de economia solidária, grupos formais e informais. A partir da observação e análise das atividades e resultados concretos dessas iniciativas é possível identificar os sucessos e os desafios, aprendendo com os acertos e erros, sempre dando o devido valor ao saber popular.

Conforme Zart (2020) declara que a produção social do conhecimento permite o empoderamento dos atores dos grupos e empreendimentos, pois reconhece e respeita o conhecimento desses grupos. Assim, a produção social do conhecimento empodera os trabalhadores/as, dando-lhes confiança em suas habilidades e capacidades. Isso contribui para que eles se sintam protagonistas no processo de formação da incubação solidária, bem como do desenvolvimento de seus empreendimentos.

A produção social do conhecimento provoca ênfase no aprendizado contínuo, frisando que esse é um ciclo ininterrupto de aprendizado e adaptação, em que os/as participantes (educadores/as, educandos/as) estão sempre buscando melhorar suas práticas e resultados por meio do compartilhamento de conhecimento.

Nesse interim, a educadora Márcia evidencia que:

O desenvolvimento das atividades junto a Incubadora proporcionou o desenvolvimento de diferentes ações sociais, fundamentais para minha formação. Durante o tempo em que realizei as atividades referentes ao acompanhamento e a formação dos empreendimentos econômicos pude conhecer um pouco mais sobre os mecanismos sociais, sobre a economia solidária, como instrumento na construção de uma economia diferente a que é pregada pelo capitalismo, ou seja, uma forma mais justa de organizar a sociedade.

Visto que, essa inter-relação com esses atores oportuniza um contexto de aprendizado mútuo, no qual os/as educadores/as podem trocar saberes e conhecimentos com as comunidades envolvidas. Essa relação dialógica de saberes contribui para uma produção social do conhecimento mais rica, onde os saberes locais e tradicionais são valorizados e integrados com os conhecimentos acadêmicos. Manifestando assim, que o desenvolvimento do processo de incubação solidária também é transformador para educadores/as que vão se (re)construindo nas práticas e ressignificando saberes na produção social do conhecimento.

A educadora Eliane reafirma que a produção social do conhecimento é: *“a produção do conhecimento sistematizado, que vem a ser a realização da reflexão e do diálogo entre os saberes científicos e os saberes tradicionais”*. Diante disso, é possível entender que esses saberes podem se complementar, na medida em que o saber científico e o saber popular têm abordagens e perspectivas diferentes sobre os problemas e desafios enfrentados pelos empreendimentos solidários. A união desses saberes possibilita que soluções mais completas e abrangentes sejam desenvolvidas, incorporando a expertise técnica da ciência e a sabedoria prática e contextualizada das comunidades envolvidas. Dessa forma, é possível afirmar que:

Toda interação entre nós nesse construir organizacional, portanto, estabelece uma relação de mútuo reconhecimento. Aprendemos a reconhecer o outro como um legítimo outro na convivência diária. Esse exercício constrói e reconstrói em nós uma postura que afirma a legitimidade da opinião, dos valores e dos saberes que nos são alheio. Essa capacidade-fruto da intenção autogestionária nos ensina e nos prepara para estabelecer as relações de incubação com os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários. Assim, a construção do conhecimento que parte da autogestão se fundamenta na igualdade entre as pessoas e entre os diferentes saberes envolvidos. Por isso, ao reconhecermos o diferente a partir da academia, se torna necessária a articulação do conhecimento científico com o popular, na busca por um saber válido a serviço da transformação da sociedade (ITCP UNICAMP, 2012, p. 22).

À vista disso, a produção social do conhecimento incentiva a participação ativa dos membros dos empreendimentos na construção do conhecimento e no processo de tomada de decisão, bem como inserir atividades importantes nesse cotidiano, que antes eram desconhecidas, como ressalta o educador Thiago:

Uma vez que na parte da incubação de ações de formação-organização, denominada de capacitação administrativa conseguimos utilizar e inserir os conceitos básicos de contabilidade geral e também os ramos da contabilidade, como a de custos no processo de incubação, conceitos estes que praticamente não eram utilizados nestes empreendimentos.

Os conhecimentos em contabilidade, administração e outros campos são importantes para o crescimento e desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária. Eles desempenham um papel fundamental na sustentabilidade e no fortalecimento desses empreendimentos, permitindo uma gestão mais eficiente e uma tomada de decisão mais

embasada. Possibilitando, dessa forma, uma gestão financeira mais organizada e transparente. Os empreendimentos de economia solidária precisam saber administrar suas finanças de forma eficaz para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira adequada, evitando desperdícios e mantendo a saúde financeira do empreendimento. O entendimento dos conceitos de contabilidade de custos destacado pelo educador Thiago contribui para que os empreendimentos saibam identificar e controlar os custos envolvidos na produção ou prestação de serviços. Com esse controle, é possível tomar decisões mais assertivas sobre precificação, avaliação de rentabilidade e redução de gastos excessivos.

A administração é essencial para o planejamento estratégico dos empreendimentos de economia solidária. Com conhecimentos em administração, os membros do empreendimento podem estabelecer metas, definir objetivos claros e traçar um caminho rumo ao crescimento sustentável e à concretização de seus propósitos. A base em conhecimentos de gestão e administração ajuda os/as trabalhadores/as a tomar decisões controladas e embasadas em dados. Isso é especialmente relevante em momentos de desafios ou mudanças no ambiente em que o empreendimento está inserido.

Também é de suma importância frisar que a contabilidade é importante para garantir a transparência das atividades do empreendimento e prestação de contas para os membros da comunidade e outras partes interessadas. Essa transparência fortalece a confiança no empreendimento e pode atrair o apoio de investidores/as ou financiadores/as. Com uma gestão eficiente e estratégica, os empreendimentos de economia solidária têm maiores chances de crescer de forma sustentável, aumentando sua capacidade produtiva, gerando mais empregos e beneficiando a comunidade em que estão inseridos.

Isso contribui para o fortalecimento da autogestão e da governança democrática, fundamentais no processo de incubação solidária. Dessa forma:

[...] a incubação dos empreendimentos consiste na ação participativa, orientação pelos princípios da ES, trabalho cooperativo e atuação em redes solidárias por meio de um processo dialógico, com vistas a fortalecer o protagonismo do grupo em incubação e sua autonomia em relação à equipe da Incubadora. Os procedimentos são construídos a partir de uma relação mútua entre o ambiente acadêmico e os grupos populares e em sua extensão com os parceiros, tendo em vista a inclusão da questão do desenvolvimento de ações sustentáveis e solidárias. Esta opção metodológica contempla a construção coletiva de saberes, troca de informações e de conhecimentos, bem como a difusão de resultados, além de proporcionar a formação de seus membros e a articulação com as entidades nacionais e internacionais que desenvolvem atividades no campo da Economia Solidária (BETANHO; KIMIMURA, 2012, p.53).

Por conseguinte, compreendemos que o conceito de produção social do conhecimento na incubação solidária, refere-se a uma interpelação colaborativa e participativa na criação,

compartilhamento e uso do conhecimento no contexto das iniciativas econômicas solidárias. Em conformidade com isso, a economia solidária se apresenta como um modelo econômico alternativo que busca superar as desigualdades sociais e promover relações econômicas mais justas e igualitárias. Nesse contexto, a produção social do conhecimento enfatiza a valorização das experiências, saberes e habilidades coletivas dos/as indivíduos/as e grupos envolvidos em empreendimentos solidários.

Nessa significação, compreendemos que a produção social do conhecimento na incubação solidária almeja a horizontalidade e a participação, uma vez que a produção do conhecimento é vista como um processo colaborativo e democrático, no qual todos os membros da comunidade, do grupo ou do empreendimento solidário têm a oportunidade de contribuir, compartilhar e influenciar o conhecimento produzido e, esta interação permitiu que os/as educadores/as tivessem a experiência de um contexto diferente com relação à aprendizagem dos saberes, como ressalta a educadora Evelyn ao explicitar como foi sua participação, no projeto INCUBAR:

A oportunidade de poder participar de um projeto de extensão foi uma experiência fantástica tanto em uma visão profissional e pessoal, tive a oportunidade de poder participar de um projeto como bolsista quando fui acadêmica, e observo quanto é importante para vida dos graduandos pois seus conhecimentos se expandem, vai além da sala de aula, com a participação em um projeto de extensão conseguimos vivenciar experiências que não teríamos em outro espaço. Nas atividades que realizamos, a cada contato que fazemos com os grupos foram muito importantes para o crescimento, o trabalho coletivo do núcleo me fez aprender a trabalhar com outras pessoas.

Nesse sentido, vale ressaltar a relevância de projetos de extensão como o INCUBAR nas instituições de ensino superior, vistos que são uma via para uma produção social do conhecimento que vai além da teoria acadêmica, pois fornecem aos/as estudantes uma oportunidade única de desenvolverem habilidades, atitudes e valores importantes para suas carreiras profissionais e para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

Como evidenciado pela educadora Evelyn, conseguimos compreender que o projeto INCUBAR proporcionou aos/as graduandos/as uma oportunidade valiosa de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Ao trabalhar diretamente com grupos da economia solidária, os/as estudantes vivenciam experiências reais, o que enriquece sua formação e sua compreensão sobre a aplicabilidade dos conceitos teóricos.

Participar de um projeto de extensão vai além dos limites da sala de aula, permitindo que os estudantes tenham contato direto com diferentes realidades e contextos sociais. Essa extensão de horizontes contribui para uma formação mais crítica e abrangente, ajudando a romper com visões restritas e desenvolver uma compreensão mais completa da sociedade.

A interação com grupos e empreendimentos da economia solidária, aproximam os/as estudantes da comunidade, permitindo que eles se envolvam em atividades de impacto social. Essa participação ativa na comunidade fomenta a empatia, a solidariedade e a consciência sobre a importância do papel social da universidade.

A experiência de trabalhar em projetos de extensão em equipe, como a educadora menciona sobre o trabalho coletivo do Núcleo Unitrabalho, é valioso para o desenvolvimento de habilidades colaborativas e para a compreensão da importância do trabalho conjunto na produção social do conhecimento.

Além disso, são os projetos de extensão como o INCUBAR que impactam positivamente os grupos e empreendimentos ao fornecerem apoio técnico, formação e orientações que fortalecem seus empreendimentos e iniciativas. O envolvimento dos/as estudantes em projetos de extensão incentiva a produção social de conhecimento mais relevante e contextualizada. A partir da interação direta com os grupos e suas demandas, os/as estudantes são motivados/as a buscar soluções criativas e efetivas para os desafios enfrentados pelos/as atores sociais envolvidos/as.

Seguindo essa linha de pensamento, a educadora Jucilene fala sobre a contribuição do projeto INCUBAR em sua formação, destacando que a:

Abrangência da formação com a extensão universitária no processo de troca de conhecimentos, organização social e desenvolvimento econômico sustentável promoveu a criação do estreitamento da relação comunidade com a universidade, considerando o fortalecimento de instituições articuladoras na cidade de Cáceres e região. O debate realizado com as instituições parceiras, refletiu na disseminação da metodologia de formação de formadores nas temáticas em economia solidária, educação do campo, educação popular, autogestão e cooperativismo e associativismo solidário, em 7 assentamentos de reforma agrária, 2 comunidades tradicionais, e 2 bairros urbanos na cidade de Cáceres. A perspectiva da formação além de realizar o processo educacional popular, contribuiu para/na formação política e cultural dos atores envolvidos.

Partindo, dessa maneira, de uma construção coletiva do conhecimento, visto que, ao invés de uma abordagem hierárquica ou centrada em especialistas, o conhecimento é construído, a partir das vivências e práticas cotidianas dos/as participantes, incorporando diferentes perspectivas e experiências. Com isso, valorizando os saberes locais, assim sendo, a produção social do conhecimento na incubação solidária valoriza os saberes locais, tradicionais e comunitários, reconhecendo a importância do conhecimento situado no contexto específico de cada empreendimento ou comunidade. Dessa forma, possibilitando que esses sujeitos subalternizados pela sociedade tivessem acesso a espaços antes “não permitidos”, como demonstra a educadora Jucilene ao afirmar que:

As atividades desenvolvidas no decorrer do projeto, contribuiu para ampliação e relação entre universidade, empreendimento, movimentos sociais, gestores públicos e comunidade, oportunizando os mesmos a participarem de cursos de extensão, feiras, eventos, seminários, curso de formação, buscando realizar formações dos sujeitos através da metodologia de que visam envolver e desenvolver a autogestão, economia solidária, trabalho associado, organização da produção, educação do consumo, comercialização, entre outros. Todo esse processo desenvolvido visa a produção social do conhecimento e incubação de empreendimentos econômicos solidários dos sujeitos participantes abrangendo, para o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis e solidárias.

Com isso, conseguimos aprender que a produção social do conhecimento contribui para o fortalecimento da autogestão nos empreendimentos solidários, permitindo que os membros participem ativamente das decisões e processos de produção, gestão e distribuição. Visando superar a centralização do conhecimento e a exploração de trabalhadores/as, características frequentemente encontradas em modelos econômicos tradicionais. Deste modo, enfatizamos a produção social do conhecimento, como fundamental para o fortalecimento da Economia Solidária, pois ambos os conceitos estão atrelados na busca por promover a autonomia, a cooperação e a solidariedade entre os/as participantes, criando um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável e inclusivo e de superação do modelo capitalista.

4.2 Incubação solidária: uma metodologia de compreensão

Iniciamos esta subseção evidenciando o porquê da decisão de utilizar o conceito de incubação solidária em nossa dissertação. No que tange ao termo incubação é muito amplo, o que pode levar ao vasto leque de interpretações, visto que existem variadas formas de incubação que não contribuem com nosso trabalho.

Ao adjetivar a incubação estamos afirmando de qual incubação estamos falando, querendo e, que realizamos nas ações do Núcleo Unitrabalho. Compreendemos a incubação solidária como uma aproximação que combina os princípios da Economia Solidária com o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis e, iniciativas sociais e econômicas. Essa interpelação intenta reforçar e apoiar o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, impulsionando-os a partir dos princípios e fundamentos da economia solidária.

Nesse sentido, a educadora Márcia declara que:

O Núcleo Unitrabalho era composto por bolsistas de graduação de diversos cursos da UNEMAT e, por bolsistas técnicos que eram orientados por professores pesquisadores da universidade. Os bolsistas passavam por um processo de formação por meio de grupos de estudos, rodas de conversas, palestras e oficinas. Com base nessa formação que os bolsistas recebiam, passavam a mobilizar, organizar e a

realizar a formação com os empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, colocando em prática o processo de incubação solidária.

Nessa fala é possível compreender que o processo de incubação solidária não acontece somente nas relações com os empreendimentos e grupos incubados, mas que ele comece na própria formação dos membros do Núcleo Unitrabalho, os quais compartilham o conhecimento entre si, para que possam após esse processo iniciar a formação.

Nesse momento colocamos a prova nossa atuação com a formação e acompanhamento dos empreendimentos, o assim chamado processo de incubação. Enquanto incubadores ou orientadores, racionalizamos nosso trabalho organizando nossa atuação, e aqui me refiro a uma equipe, que deve ser multidisciplinar, que orienta seguindo o que chamamos de fases e/ou etapas: sensibilização/conscientização, diagnóstico, parcerias, processo preparatório (cursos s/ associativismo/cooperativismo, gestão, liderança, técnicos de qualificação profissional), fundação e registro do empreendimento, assessoria/consultoria e finalmente, a autonomia do grupo c/ afastamento dos incubadores ou orientadores (CULTI, 2002, p. 09).

Além dos pontos evidenciados pela autora é importante retomar a discussão sobre como a metodologia de incubação solidária está ligada a educação popular. Cabe destacar que para que ela se desenvolva é necessário que os/as educadores/as envolvidos/as no processo estejam prontos não para somente ensinar, mas também, aprender com os/as educandos/as e com isso ter uma interação entre os saberes científico e popular.

O trabalho de incubação desenvolvido enquanto processo educativo fundamenta sua prática pedagógica nos pressupostos da Educação Popular, porque essa perspectiva teórico-metodológica contém os principais pontos de partida para o trabalho com grupos populares. Assim, a prática da incubação não deve ser compreendida como um mero conjunto de atividades e técnicas de ensino/ aprendizagem, mas como forma de iniciar a construção coletiva de uma leitura do mundo a partir da realidade dos (as) trabalhadores (as) associados (as). Trata-se de um processo de aprendizagem que ocorre no espaço de trabalho e precisa estar intimamente relacionado aos problemas, às necessidades e aos anseios dos grupos. Constitui uma metodologia de trabalho que leva em conta o saber popular e leva em consideração o conhecimento produzido dentro dos empreendimentos, reconhecendo-o como um conhecimento legítimo e necessário para a transformação da realidade. A metodologia de incubação busca estabelecer a aliança do conhecimento acadêmico com esse outro tipo de saber numa relação dialógica e destituída de hierarquização (MOURA, 2014, p. 15).

Nesse sentido, a incubação solidária é estabelecida como uma metodologia de trabalho que dá valor ao saber popular, dando a devida importância para os conhecimentos produzidos dentro dos empreendimentos e grupos, reconhecendo-os como conhecimentos verdadeiros e necessário para a transformação da realidade. Consequentemente, a metodologia de incubação visa determinar a associação do conhecimento acadêmico com o conhecimento popular, numa relação de dialogicidade em que seja destituída da hierarquização. Contudo, há uma necessidade de uma boa comunicação entre os/as participantes do processo de incubação solidária.

O papel do formador ou assessor de comunicação, enquanto comunicador popular, é fomentar e desenvolver a comunicação popular tanto nos grupos incubados quanto na incubadora. Tendo embasamento sobre a teoria da comunicação e o funcionamento dos meios tecnológicos de comunicação, o comunicador popular promove o diálogo e a troca de saberes entre os participantes do processo de comunicação de maneira que todos possam se apropriar da mídia utilizada. Desse modo, a comunicação não se resume a mera transmissão de informação, mas à tomada de consciência crítica (ITCP UNICAMP, 2012, p. 25).

Assim sendo, entendemos que as atividades realizadas durante o processo de incubação solidária no Núcleo Unitrabalho proporcionaram a abertura de um leque para a interdisciplinaridade, proporcionando um novo olhar sobre os saberes teóricos/científicos e práticos/populares. A metodologia de incubação solidária exige dos/as educadores/as o desenvolvimento de habilidades pedagógicas específicas, como a capacidade de facilitar processos participativos, de escutar ativamente as demandas dos grupos e de adaptar as metodologias de acordo com as características e necessidades dos/as participantes. Essas habilidades são valiosas para a formação dos/as educadores/as como profissionais mais sensíveis e comprometidos/as com a economia solidária e seus princípios.

Neste sentido, também é preciso que desenvolvamos posturas ativas diante das realidades sociais, que sempre apresentam situações e experiências diferentes, que surgem e trazem uma nova exigência dos/as educadores/as da incubadora e dos empreendimentos e grupos, portanto é necessário estar preparado para ter um posicionamento criativo e fundamentalmente ético.

Um dos diferenciais do trabalho da incubadora é a interdisciplinaridade que acontece dentro da academia e, também, com as comunidades envolvidas. É a partir desse meio que o projeto da incubadora se baseia, na realidade local, com intuito de proporcionar benefícios para todos/as. Consequentemente, tornando-se um processo gratificante que vai sendo construído ao longo dos trabalhos realizados, no qual a interação dialógica é importante, pois intenta proporcionar, ações que podem ser significantes e transformadoras para as pessoas. É o prazer de construir conhecimentos, e transformar o meio e ser transformado por ele.

Ainda, nesse sentido, a educadora Jucilene ressalta que:

Os resultados das atividades desenvolvidas no processo de incubação resultaram na formação e consolidação de empreendimentos informais e formação de agentes sociais, desencadeou demandas de trabalho para a formalização articulação de empreendimentos, advinda do processo de formação realizados, dando ênfase no trabalho associado para aplicação do conhecimento técnico tradicional na produção de bens e serviços, geraram iniciativas econômicas instigadas no processo de formação na promoção de uma revolução do mercado de trabalho para o mundo do trabalho.

Vale salientar que a incubação solidária se baseia em alguns princípios centrais da economia solidária, tais como, a autogestão que avulta que os empreendimentos incubados são orientados para a autogestão, ou seja, seus membros participam ativamente das decisões e do processo de gestão, promovendo a democracia interna e a distribuição igualitária do poder, Zart (2017).

Nessa perspectiva, o educador Douglas expõe que:

A proposta de contribuir nas atividades de mobilização e organização de grupos sociais para a construção de uma sociedade comercial com focos nas relações de comércio e ambiental, foi uma experiência extremamente complexa no que rege a conduta de aplicar processos da perspectiva da Solidariedade em um espaço com alto nível de individualidade, contudo percebe-se que mesmo realizando a sensibilização com a grande massa populacional foram desenvolvidas a transformação em grupos que possibilitam a continuação deste trabalho.

De acordo com a citação anterior, fica evidente que as ações de incubação solidária desenvolvidas pelo Núcleo Unitrabalho, junto ao projeto INCUBAR, geraram transformações positivas para os empreendimentos e grupos incubados, possibilitando através da produção social do conhecimento desenvolvida, meios para o crescimento econômico e social. Com práticas importantes como o cooperativismo, que a partir do incentivo à formação de cooperativas e o trabalho coletivo como forma de superar a exploração e a competição do modelo econômico tradicional capitalista.

Consequentemente, a solidariedade que é um princípio fundamental da economia solidária também é promovida na incubação solidária, encorajando a colaboração e o apoio mútuo entre os empreendimentos e grupos incubados e suas comunidades. Além disso, a incubação solidária prioriza o desenvolvimento de empreendimentos com enfoque na sustentabilidade social, econômica e ambiental, buscando equilibrar as necessidades do presente com as das gerações futuras.

A incubação solidária reconhece e valoriza os saberes populares e tradicionais presentes nas comunidades, incorporando-os ao processo de incubação e à construção do conhecimento, desde a interação entre os saberes, evidenciando a produção social do conhecimento.

A incubação solidária busca promover a inclusão de grupos marginalizados ou em situação de vulnerabilidade, como forma de combater a exclusão e as desigualdades sociais. Outro fator importante é a interação estreita entre os empreendimentos incubados e suas comunidades, buscando o desenvolvimento local e a promoção do bem-estar coletivo.

A incubação solidária como processo de educação popular é a afirmação superadora da concretude existencial das classes sociais populares. Por que afirmação? Porque ao

considerar o modo de vida dos populares avalia a existência como positiva na produção social de ser e de ter. Por que superadoras? Porque considera que as condições estruturais e materiais de redução à pobreza, à negação das identidades culturais, linguísticas, econômicas é própria do modo de ser das classes dominantes. A superação é o reconhecimento dos modos de ser, da ontologia social, dos povos que retomam sua cultura, sua história e a fortalecem, ampliam e aprofundam com novos conhecimentos (ZART, 2016, p. 09).

Por conseguinte, a incubação solidária é uma interpelação de apoio aos empreendimentos da economia solidária, que busca fortalecer e impulsionar suas iniciativas com base nos princípios e valores da economia solidária. Essa abordagem enfatiza a autogestão, o cooperativismo, a solidariedade, a sustentabilidade e a valorização do saber popular, visando a inclusão social e o desenvolvimento comunitário. A educadora Márcia ao explicitar sobre os resultados que a incubação solidária pode proporcionar para a sociedade, afirma que *“é possível que haja outra economia no nosso país, mais justa, humana, que valorize o bem viver das pessoas e não somente priorize o acúmulo de riquezas, pois a mudança é possível, basta mudar nossas concepções e lutarmos por isso”*.

A incubação solidária contribui para o fortalecimento e a consolidação de empreendimentos que buscam transformar as relações econômicas e sociais, promovendo um modelo mais justo, participativo e sustentável.

6 (IN)CONCLUSÕES

Chegando ao final deste estudo, iniciamos nossa última seção com a seguinte frase: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1997, p. 49), no qual traz à luz a necessidade de (re)construção da nossa compreensão sobre o educar. A educação é primordial para o avanço da economia solidária e esta deve ser àquela que inicia por negar que os papéis de educador/a e de educando/a sejam desempenhados sempre pelas mesmas pessoas.

Brandão (1986) permite-nos concluir que a interação de saberes é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os saberes populares e eruditos não devem ser vistos como opostos ou excludentes, mas sim, como complementares e interdependentes. Dessa forma, a Educação Popular surge como uma forma de promover a interação de saberes, possibilitando a troca de conhecimentos entre as pessoas e valorizando as diferentes formas de construção do conhecimento. Além disso, o autor destaca que a interação de saberes não se limita ao ambiente escolar, mas pode ocorrer em diferentes contextos, como nas famílias, nas comunidades e nos movimentos sociais. Em suma, a interação de saberes é fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva, e a Educação Popular é uma ferramenta importante para promover essa interação e valorizar as diferentes formas de produção social do conhecimento.

Nessa acepção, Frantz (2006, p. 08) evidencia que “a Economia Solidária, assim como, as práticas cooperativas e associativas, representa processos de produção de conhecimento, educação e aprendizagens. A educação é um fenômeno que acontece no espaço das relações sociais”. Ela acontece em todos os espaços que envolvam relações humanas, como nas ações do PRONINC desenvolvidas pelo Núcleo Unitrabalho no projeto INCUBAR, que são a comprovação de que é possível realizar processos educativos em todos os espaços. Sobretudo, fazê-los de maneira positiva, dialógica permitindo a interação de saberes, tornando a produção social de conhecimento na incubação solidária um processo relevante. Em consonância, Mézáros (2005) afirma que:

[...] o acesso à escola é condição necessária [ao processo educativo], mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. E que o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio de instituições da educação formal. O que está em jogo não é apenas a modificação política dos processos educacionais – que agravam o apartheid social –, mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil (2005, p. 11-12).

Convém mencionar a importância de não diminuir o trabalho de incubação a uma ação sistemática de monitoramento aos empreendimentos e grupo incubados. A ação de incubação, tal como a concebemos, constitui uma modalidade de educação não escolar que está a serviço da instauração de práticas de transformação social, constituindo uma proposta educacional que se coloca a favor do movimento social da economia solidária.

Além disso, o trabalho dos/as educadores/as diante da metodologia de incubação solidária não apenas contribui para o desenvolvimento das comunidades envolvidas, mas também, enriquece a formação desses ao possibilitar o contato direto com novos contextos, saberes e conceitos relacionados a economia solidária, cooperativismo, desenvolvimento sustentável, agroecologia, trabalho associado e tantos outros. Essa experiência prática do projeto INCUBAR proporciona uma reflexão crítica, que promove um aprendizado significativo e transformador para os/as educadores/as, capacitando-os/as para um trabalho mais efetivo e comprometido com a promoção de uma sociedade mais justa e sustentável, doravante à produção social do conhecimento constituída nessas inter-relações.

Após leituras, análises e vivências, podemos afirmar que uma ação educativa não escolar é aquela que parte das aprendizagens que acontecem no seio da vida cotidiana, na luta pela sobrevivência, em que se cria meios alternativos para atingir o mínimo necessário para a superação do modelo capitalista em que vivemos. Assim sendo, isso só é possível, porque a produção social do conhecimento é mais relevante, dando o devido respeito aos saberes dos/as trabalhadores/as, conforme Zart (2019) aponta que a:

[...] produção social do conhecimento é a lógica fundante que configura os conhecimentos sistematizados. A sociabilidade do conhecimento é uma estratégia de produção, aprendizagem e socialização que descentraliza o lócus de legitimidade das ciências. É a realização de diálogos profícuos e profundos entre os conhecimentos científicos das universidades e os saberes tradicionais predominantes nos grupos sociais. São os fluidos e os encontros dos diferentes tipos de saberes que se alimentam, se fertilizam e se fortificam para a apreensão e a compreensão adequada das realidades sociais e o exercício pertinente de práticas sociais (ZART, 2019, p. 10).

Por conseguinte, compreendemos que as ações construídas no Núcleo Unitrabalho, a partir das conversas com os educadores participantes demonstraram que a incubação solidária é capaz de proporcionar para as pessoas possibilidades de conquistar sua autonomia e independência. Quanto à autonomia, Rech (2000, 101) comenta que: “trata-se, pois, de desencadear um processo de passagem do trabalho alienado para o trabalho consciente (que pode ser utilizado como suporte do processo de libertação) e deste para a criatividade transformadora, onde a pessoa decide com autonomia e liberdade”.

Para tal, é necessário que todos/as os/as envolvidos/as assimilem os fundamentos da economia solidária, bem como a autogestão, em que se preconiza um esforço para ser realmente atingido de uma maneira verdadeira.

A adaptação do trabalhador à autogestão tem que levar em consideração a cultura e a história do grupo, seu envolvimento com o trabalho (não só na execução, mas no planejamento), e capacidade de crítica e superação de uma formação autoritária inculcada pelo meio social. Além disso, deve-se trabalhar para superar a mistificação das técnicas de gestão, por meio da prática de educação continuada, que deve se voltar para questões gerais e fundamentais da administração, reciclagem técnica, preparação específica para autogestão, buscando o aperfeiçoamento humano necessário à sobrevivência e crescimento no mercado concorrencial, assim como para engajar definitivamente o coletivo (BETANHO, 2008, p. 52).

A partir de uma análise reflexiva das atividades de formação desenvolvidas pelo Núcleo Unitrabalho vinculadas ao PRONINC, entendemos que esse caminho é árduo, mas não impossível, uma vez que pudemos constatar ao longo deste trabalho, resultados positivos, tanto nos empreendimentos, como nos grupos que foram abrangidos pelo projeto INCUBAR, as parceiras alcançadas e as redes criadas. Já para os educadores/as, estes ressaltam o crescimento pessoal e profissional que obtiveram durante o desenvolvimento do projeto, explicitando que o desenvolvimento gerado foi positivo e gratificante.

O trabalho com os/as trabalhadores/as, grupos sociais e empreendimentos proporcionaram aos/as educadores/as um espaço para a reflexão crítica sobre as dinâmicas sociais e a exclusão. Essa reflexão estimula o desenvolvimento do pensamento crítico e busca alternativas mais justas e esperançosas para os desafios enfrentados pela sociedade.

A relação entre incubação solidária e educação popular acontece através da utilização da metodologia de incubação como um processo educativo, que busca promover a formação dos empreendedores solidários de forma participativa e colaborativa. Nesse sentido, a incubação solidária torna-se uma ferramenta importante para a promoção da educação popular, permitindo aos empreendedores solidários o protagonismo de seu próprio processo de formação. Além disso, a produção social do conhecimento é um conceito fundamental para a construção de uma economia mais justa e solidária.

Pensar e agir na Economia Popular Solidária não é um jogo de retórica, ou um truque de persuasão, em que as forças que agem na sociedade apenas trocam o discurso, mantendo as práticas de exploração. A Economia Popular Solidária busca condições para romper com as dependências, busca a construção de práticas de produção, comercialização, gestão e relacionamento que sejam alternativas e concretas, transparentes e sustentáveis para uma sociedade justa e fraterna (BETANHO & FERNANDES, 2017, p. 58).

Nessa mesma linha de pensamento, Gadotti (2009) relata que a economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a

solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos econômicos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à disposição. O aprendizado é estendido, naturalmente, à prática de comércio justo entre os empreendimentos e aos relacionamentos solidários com fornecedores e consumidores, sem esquecer as práticas de participação na política e na cultura do país, da região e do mundo.

Enfim, essas concepções foram possíveis de se visualizar nas práticas do Núcleo Unitrabalho e perceber que o processo de incubação solidária é contínuo e que vai aos poucos mostrando que podemos ter uma sociedade mais justa e solidária.

A cultura capitalista gerou uma sociedade individualista, cética no trabalho cooperativo e coletivo. É difícil trabalhar nos grupos, tanto de incubados como de incubadores ou orientadores, a ideia de socialização do conhecimento. Foram séculos de favorecimento do individual sobre o coletivo e de desconfiança no outro. Vivemos num mundo competitivo, onde o saber, sob a forma de poder impede que as informações sejam serenamente coletivizadas. (CULTI, 2002, p. 13).

Com base na citação acima, podemos concluir que a cultura capitalista dificulta as ações da incubação solidária, mas não é uma sentença de morte, uma vez que é possível superá-la, construindo uma sociedade melhor, ao entendermos que:

[...] a construção da economia solidária é uma das outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção [...] coletivamente (SINGER, 2000, p. 138).

Compreendemos que na incubação solidária as práticas sociais de interação entre os/as atores/as é o que possibilita a problematização dialógica, pensada como uma possibilidade a partir da produção social do conhecimento de superação do modelo capitalista de competição, para a constituição de relações de solidariedade e cooperação.

A superação é um caminho de conflitos sociais. Nela ocorre a dialética da negação de valores, de linguagens, de gestos, de estruturas, de relações, de práticas que configuram a existência do mundo da afirmação da cultura da concorrência e da competição. Ao negar, a aprendizagem da educação popular propõe a geração, e por isso da afirmação de complexos de linguagens, valores e práticas sociais do mundo social da solidariedade e da cooperação (ZART, 2020, p. 210).

Portanto, devemos continuar realizando a integração entre o saber científico e o saber popular no processo de incubação de empreendimentos de economia solidária. Esse processo

vai contribuir para o fortalecimento dos empreendimentos solidários e para o alcance de resultados mais significativos no âmbito econômico, social e ambiental.

Além disso, ao entendermos o método de planejamento e organização da formação foi possível explicar e compreender a incubação no processo de mobilização e organização dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, uma vez que essa abordagem permite que as pessoas envolvidas no processo de incubação solidária tenham um papel ativo em sua própria aprendizagem e no desenvolvimento das ações propostas, fortalecendo o senso de pertencimento, empoderamento e responsabilidade sobre os resultados alcançados. A partir dessa troca de conhecimentos e da participação ativa dos/as sujeitos/as, a metodologia de incubação solidária promove uma educação mais significativa e transformadora, que seja de fato relevante para as necessidades e realidades das comunidades envolvidas.

A partir da análise reflexiva da interação entre a produção de conhecimento científico e a práxis dos empreendimentos, com vistas a Produção Social do Conhecimento na visão dos/as educadores/as, compreendemos que a produção social do conhecimento tem um impacto significativo para todos/as os/as envolvidos/as nas ações formativas/educativas realizadas pelo Núcleo Unitrabalho no projeto INCUBAR, uma vez que a produção social do conhecimento coloca os/as atores dos grupos empreendimentos como protagonistas do processo de produção do conhecimento. Isso fortalece o senso de pertencimento e a capacidade de autogestão dos grupos, permitindo que eles se tornem independentes e resilientes.

No tocante à produção social do conhecimento, os educadores/as do Núcleo Unitrabalho levam em consideração os contextos locais, culturais e socioeconômicos em que os empreendimentos estão inseridos. Isso possibilita que as ações e estratégias sejam adaptadas de acordo com as particularidades de cada grupo, aumentando a adesão das iniciativas. Portanto, é preconizada a valorização dos saberes locais e experiências dos grupos em que se fomenta a busca por soluções inovadoras e criativas para os desafios enfrentados pelos empreendimentos. Sendo possível, a partir da troca de conhecimentos e da construção coletiva surgirem novas ideias e abordagens impulsionando o crescimento e a diversificação das atividades.

Sob a ótica dos/as educadores/as é possível ressaltar que nas ações formativas/educativas do projeto INCUBAR, os atores têm a oportunidade de aprender com os grupos sociais e vice-versa. Essa troca de saberes enriquece o repertório teórico dos educadores/as, permitindo que eles compreendam melhor as realidades e desafios enfrentados pelas comunidades.

Dessa maneira, levando a uma reflexão crítica, visto que, a produção social do conhecimento desafia os/as educadores/as para uma necessidade de ressignificação dos seus

conhecimentos, pois é necessária a valorização dos saberes populares e tradicionais, reconhecendo sua importância como fontes de conhecimento válidas e relevantes. Assim sendo, os/as educadores/as incorporam esses saberes em suas práticas formativas/educativas, tornando-as mais sensíveis e mais próximas com as demandas dos grupos sociais.

Consoante a isso, foi possível compreender como o processo de formação em economia solidária aliada a metodologia de incubação solidária realizada pelo Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho), no Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) influenciou na produção social do conhecimento na percepção dos/as educadores/as; visto que a experiência com a produção social do conhecimento contribuiu para formar educadores/as mais sensíveis às questões sociais e comprometidas com a promoção da justiça social e do desenvolvimento sustentável. Essa formação vai além do conhecimento técnico e acadêmico, abrangendo também valores e atitudes necessárias para uma atuação efetiva na superação do modelo de sociedade perversa e excludente que nos encontramos.

Compreendemos que a produção social do conhecimento impacta positivamente nos grupos sociais, proporcionando maior autonomia, inovação e colaboração entre os/as atores. Ao mesmo tempo, enriquecendo teoricamente os/as educadores/as envolvidos/as no processo de incubação solidária, incentivando um aprendizado mútuo, uma reflexão crítica e uma postura mais sensível e comprometida com a transformação social da realidade. Fortalecendo a relação entre a academia e os grupos sociais, criando uma via de mão dupla para a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento sustentável.

Com base nessa experiência é possível afirmar que conseguiremos alcançar uma sociedade em que as pessoas sejam libertadas das contradições e conflitos inerentes ao capitalismo. Para que isso se concretize é necessário valorizar os saberes e todas as pessoas sem distinção; dar maior atenção aos grupos sociais subalternizados; ter a dialogicidade e a compreensão como um princípio fundamental, aprendendo na práxis transformadora que a produção social do conhecimento nos evidencia que um mundo novo é possível.

REFERÊNCIAS

AYRES, Sandra Regina Braz, GENTIL, Heloisa Salles, MILHOMEM, André Luiz Borges. **Balanco de produção científica: a utilização das TIC como ferramenta de pesquisa acadêmica.** In SemiEdu 2010 – ISSN: 1518-4846 – UFMT, Cuiabá-MT. Disponível em: http://www2.unemat.br/milhomem/files/dwl/artigos/SemiEdu2010_ISSN_1518_4846_07.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

AZEVEDO, Alessandra de. **Inovação Tecnológica em Empreendimentos Autogestionários: Utopia ou Possibilidade?** In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9, 15-19 de junho de 2003, Salvador, Bahia. Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador, 2003. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/tecno.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

BETANHO, Cristiane; FERNANDES, José Eduardo. **Economia Popular Solidária Nosso Sul: a transformação pela solidariedade.** BETANHO, Cristiane; FERNANDES, José Eduardo (Orgs). Uberlândia: Navegando, UFU, PROEXC, CIEPS, 2017. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/files/ugd/35e7c6_262cbe76c5f1414f9158b9452c6565a7.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

BETANHO, Cristiane; KAMIMURA, Renato. **INCUBAÇÃO EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: LIMITES E AVANÇOS NO ASSENTAMENTO PAULO DE FARIA (PRATA-MG).** In Revista Acadêmica PROCOAS – AUGM ISSN: 1852— 8538 2012/VOLUMEN1, ano 4. Disponível em: <https://rdu.unc.edu.ar/bitstream/handle/11086/4972/2885-9924-1-SM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BETANHO, Cristiane. **Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul.** 318 f. Tese (Doutorado) -Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3323/TeseCB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular.** Coleção Primeiros. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/ee3ade27-7263-444c-8361-88b1a23fb605/content>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Atlas de Economia Solidária no Brasil 2005**, Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas_parte_1.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Economia Solidária. *1ª Conferência Nacional de Economia Solidária: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável*, 2015. Disponível em: https://cdt.unb.br/images/CEDES/Plano_Nacional_de_Economia_Solidaria.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Economia Solidária.

CASTRILLON, Rafaela Grazielle *et al.* Formação de um ponto de comercialização na perspectiva agroecológica. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/43>. Acesso em: 10 set. 2022.

COOPERSSOL. *Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável. Estatuto Social da Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável - COOPERSSOL*. Certifico registro sob o nº 51400010544 em 07/01/2019 da Empresa COOPERATIVA DE CONSUMO SOLIDARIO E SUSTENTAVEL, Nire 51400010544 e protocolo 182328716. Estatuto Social da Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável: JUCEMAT, Cáceres, p. 1-58, 7 jan. 2019.

CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. 2006. 237 f. Tese (Dourado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20062007-120131/publico/TeseCompleta.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CULTI, Maria Nezilda. **Reflexões sobre o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários e seus limites**. 1º Conferência Nacional de Economia Solidária da Rede UNITRABALHO, 2002. São Paulo. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/reflexoes-sobre-processo-incubacao.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CUNHA, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva; VARANDA, Ana Paula de Moura. **Acompanhamento e avaliação de incubadoras de cooperativas populares - PRONINC: relatórios de seminários e oficinas**. Rio de Janeiro: FASE, 2007. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Author/Home?author=Cunha%2C+Pedro+Cl%C3%A1udio+Cunha+Bocayuva>. Acesso em: 06 jul. 2022.

CHAGAS, Danyelle Queiros Lima. **A emancipação dos associados do banco comunitário de desenvolvimento das timbaúbas (BCDT) face à um processo de incubação em economia solidária**. 2014. 91 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1410203. Acesso em: 28 jun. 2022.

EL ANDALOUSSI, Khalid. **Pesquisa-ações: ciências, desenvolvimentos, democracia**. Traduzido por Michel Thiollent. São Carlos: Ed UFSCar, 2004.

FERNANDES, José Eduardo. **FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO SOLIDÁRIO: O desenvolvimento da Economia Popular Solidária nas práticas do Cieps/UFU** / José Eduardo Fernandes, 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**. Ano XXII, n. 79, p. 257-272, ago., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jun.2022.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A perspectiva da economia solidária. In: FISCHER, Tania (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FRANTZ, Walter. **Organizações Solidárias e Cooperativas: esforços de educação e bases da Economia Solidária**. Série Economia Solidária nº 3. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006. (Coleção cadernos Unijuí).

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. – 162 p. – (Coleção educação à distância. Série livro-texto).

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica** / Moacir Gadotti. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular)

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n 84, 2009, p. 81-99. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/401>. Acesso em: 28 out. 2022.

GAVINO, Everton Randal. **Produção autogestionária de janelas e adequação sociotécnica. Caso: Marcenaria Coletiva de Mulheres, assentamento rural Pirituba II**. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102131/tde-25042014-163912/publico/dissertacaofinal.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

GONÇALVES, Thais Joana Tito; SOBRINHO, Aparecido Pires de Moraes. Economia Solidária: Um Caminho para a Geração de Renda e Inclusão Social. **Revista Geoingá**, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/49164/751375140353>. Acesso em: 03 jun. 2022.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES da UNICAMP. **A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COLETIVO DE FORMADORES**. In Revista Acadêmica PROCOAS – AUGM ISSN: 1852— 8538. Volume nº.1, ano 4, 2012.

LAVOIE, L. MARQUIS, D.; LAURIN, P. **La recherche-action: th -action éorie et pratique.** (Manuel d'autoformation). Canadá: Presses de l'Université du Québec, 1996.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil (palestra).** In: Economia Solidária. vol. 01. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 20 de março de 2002. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

MANCE, Euclides A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MELO, Teresa Julia de Araújo. **Utilidade social em empreendimentos da economia solidária: o caso das mulheres do artesanato.** 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/25774/1/Utilidadesocialempreendimentos_Melo_2018.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MORIN, André. **Recherche-action en éducation: de la pra tion tique à la théorie.** Rapport. Canadá: Université de Montreal, 1986.

MORIN, Edgar. **La méthode I. La nature de la nature.** Paris: Seul, 1981b.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. **O que estamos fazendo quando incubamos?** In: SCHOLZ, Robinson Henrique (Org.). **Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes.** São Leopoldo: Oikos, 2014. Disponível em: https://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/livro-Economia-solidaria-e-Incubacao-robinson_scholz.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

NEMIROVSKY, Gabriel Gualhanone. **À sombra do capital: as dimensões da reprodução metabólica da economia solidária.** 2012. 285 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/1625/1/Gabriel%20Gualhanone%20Nemirovsky.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.

OLIVEIRA, Atualpa Luiz de. **Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: um estudo sobre os vínculos sociais constituintes e mantenedores.** 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/1987>. Acesso em: 02 jun. 2022.

OLIVEIRA, Thiago Gomes de. **O artesanato ovino: campo de possibilidades para a cadeia produtiva do turismo rural em mato grosso do sul.** 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2013.

Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/1801/1/Thiago.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIBEIRO, Cristiane Gonçalves; DA SILVA, Renata Maria. Movimentos socioterritoriais: relações de produção agroecológica de jovens no assentamento Roseli Nunes, MT. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 138-161, Dossiê I ELAMSS, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/9099>. Acesso em: 07 ago. 2022.

SARDÁ, Maurício. **Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): significados e perspectivas.**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ago. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3961>. Acesso em: 20 set. 2022.

SGUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades - Digital 2**. Ed. [e-book] / Sandro Benedito Sguarezi. – Cáceres: Unemat Editora, 2020. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Editora/Autogest%C3%A3o%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20EBOOK.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SILVA, Sandro Pereira; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SILVA, Regilane Fernandes da. **Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental: uma análise processual das Conferências Nacionais de Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8254>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SILVEIRA, Vitor Cardoso da. **A Utilização da Contabilidade de Custos na Identificação dos Fatores mais Relevantes na Composição dos Preços das Diárias dos Hotéis na Cidade de Campo Grande – MS**. 2013. 236 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/1802>. Acesso em: 29 maio 2022.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, Paul. **Prefácio: um olhar diferente sobre a Economia Solidária**. In: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 05-09.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOLTEC Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ. **Avaliação do Proninc - Relatório Final 2017**. Rio de Janeiro: UDRJ, 2017. Disponível em: https://nides.ufrj.br/images/RelatorioProninc/Avaliacao_Proninc_2017.pdf. Acesso em: 04 maio 2022.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes.** Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 10, n. 2, maio/ago. p. 116-122, 2006. Disponível em: <http://www.unisinos.br>. Acesso em: 13 out. 2022.

TIRIBA, Lia. Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240766512_Educacao_popular_e_pedagogias_da_producao_associada. Acesso em: 07 ago. 2022.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27989/29770>. Acesso em: 04 jul. 2022.

VERONESE, Marília Veríssimo; SCHOLZ, Robinson Henrique. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v. 3, n. 2, p. 41-64, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/12792>. Acesso em: 20 fev. 2023.

YOKOO, Ricardo Nobuyuki Da Rosa. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento do turismo em Mato Grosso do Sul: O caso de Corumbá.** 2015. 81 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3300390. Acesso em: 02 jun. 2022.

ZART, Laudemir Luiz. **Caderno Pedagógico: glossário de economia solidária.** Universidade do Estado de Mato Grosso. – Vol. 05, n. 1 (2017). Cáceres: UNEMAT Editora, 2017.

ZART, Laudemir Luiz. **Caderno Pedagógico: práticas de incubação solidária.** Unemat. Vol. 4, n 1 (2016). Cáceres: Unemat Editora, 2016.

ZART, Laudemir Luiz. **Culturas e práticas sociais: leituras freireanas.** In: ZART, Laudemir Luiz; BITENCOURT, Lóriége Pessoa (Orgs.). – Cáceres: Unemat Editora, 2020.

ZART, Laudemir Luiz. *et al.* (Org.). **Educação e socioeconomia solidária: processos organizacionais e socioeconômicos na economia solidária.** (Sociedade solidária; v. 3, p. 228). Cáceres: Unemat, 2009.

ZART, Laudemir Luiz. **Educação e Sócio-Economia Solidária-Paradigmas de conhecimento e de sociedade.** Série Sociedade Solidária. Ano I, vol. 1. Organizado por: Laudemir Luiz Zart. Cáceres: Unemat Ed., 2004.

ZART, Laudemir Luiz. **Educação, Formação e Desenvolvimento do Campo.** p. 34. Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário/ PIESES, UNEMAT, PROEC-UNEMAT. – Cáceres [MT]: Editora Unemat, 2011. 38 p. (Série: Sociedade Solidária, Caderno Pedagógico I).

ZART, Laudemir Luiz. **Fundamentos da Produção Social do Conhecimento. Educação e Socioeconomia Solidária: fundamentos da produção social de conhecimentos.** In: ZART,

Laudemir Luiz; PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez; MARTINS, Jucilene de Oliveira (Orgs.) – Cáceres: Editora Unemat, 2019.

ZART, Laudemir Luiz. **Produção social do conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de movimentos sociais do campo.** 2012. 397 p. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286894>. Acesso em: 04 abr. 2022.

ZART, Laudemir Luiz. **Socioeconomia solidária/** Caderno Pedagógico, volume 2, nº 1 p. 13-17/UNEMAT Editora, 2013.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO

Este questionário é parte da caracterização de atores da dissertação de mestrado intitulada: Produção Social do Conhecimento na Incubação Solidária: Análise da formação desenvolvida pelo Núcleo Unitrabalho de 2014 a 2017, sob a ótica dos Educadores/as.

1 – Nome Completo:

2 – E-mail:

3 – Gênero:

4 – Telefone:

5 – Idade:

6 – Cor/Etnia:

() Amarelo/a

() Branco/a

() Indígena

() Negro/a

() Pardo/a

() Outro: _____

7 – Endereço:

8 – Cursou Ensino Superior? Se a resposta for sim, qual o curso de graduação?

9 – Cursou Pós-Graduação – Especialização? Se a resposta for sim, qual especialização?

10 – Cursou Pós-Graduação – Mestrado? Se a resposta for sim, qual programa de Mestrado?

11 – Cursou Pós-Graduação – Doutorado? Se a resposta for sim, qual programa de Doutorado?

12 – Fez ou faz parte da equipe do Núcleo Unitrabalho por quanto tempo:

() Menos de 1 ano

() 1 a 2 anos

() 2 a 3 anos

() 3 anos ou mais

13 – No período de 2014 a 2017, durante o desenvolvimento das atividades formativas do projeto de extensão: Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana – INCUBAR, qual a função que você estava vinculado/a no Núcleo Unitrabalho?

() Bolsista de Graduação

() Bolsista Técnico/a Graduado/a

- () Educador/a Pesquisador/a
- () Educador/a Convidado/a
- () Voluntário/a

14 – Na função que assinalou na questão acima, discorra sobre as atividades que desempenhava.

15 – Como era o processo de mobilização realizado no Núcleo Unitrabalho? Como você contribuiu nesse processo?

16 – Como eram as metodologias de organizações das atividades formativas no Núcleo Unitrabalho?

17 – O que te motivou a fazer parte da equipe do Núcleo Unitrabalho?

18 – As suas motivações foram alcançadas durante o período que está ou esteve vinculado/a ao Núcleo Unitrabalho?

19 – Qual a atividade profissional que você desempenha atualmente?

20 – As atividades que realizou no Núcleo Unitrabalho influenciaram de alguma maneira em sua atuação profissional? Se sim, como?

21 – Como era a metodologia utilizada durante as atividades formativas do projeto INCUBAR?

22 – Você acredita que a metodologia utilizada nas atividades formativas do projeto INCUBAR foi significativa para os educadores/as e educandos/as que fizeram parte do projeto?

23 – O que você compreende por Produção Social do Conhecimento?

24 – Como você entende que a Produção Social do Conhecimento se desenvolve na relação Educador/a x Educando/a?

25 – Como a metodologia de Incubação Solidária que era utilizada nas atividades formativas do projeto INCUBAR influi na Produção Social do Conhecimento entre Educadores/as e Educandos/as?